PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 01
Proc. 112
Rub.

Processo / Protocolo: 112/2026

Entrada: 06/04/2026

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Destino: Gabinete da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica Especializada na área Tributária, para patrocínio de demandas administrativas e contenciosas de interesse da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – PMAAP, e suas Secretarias.

Wualdren dos Santos Machado

Autuação
Wualdren dos Santos Machado
Matrícula nº 202721
Assessor de Gabinete

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Alto Alegre do Pindaré/MA, 06 de abril de 2026.

A Sua Excelência, o Senhor,
JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA
Av. João XXIII, S/N, Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA

Fls. 02
Proc. 112
Rub.

Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica Especializada na área Tributária, para patrocínio de demandas administrativas e contenciosas de interesse da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – PMAAP, e suas Secretarias.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré enfrenta desafios significativos na prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, afetando diretamente sua capacidade de gerir e otimizar a arrecadação de receitas públicas. Esses serviços são essenciais para garantir que o município possa atuar eficientemente em questões tributárias, tanto no âmbito administrativo quanto judicial. A ausência de uma assessoria adequada nesta seara pode resultar em prejuízos na defesa de interesses da Administração Pública, impactando a eficiência do sistema tributário local. O contrato atualmente vigente está prestes a encerrar sua vigência (30/04/2026), sendo que não pode ser renovado em razão do limite temporal imposto pela legislação que o rege (Lei nº 8.666/93).

As dificuldades observadas incluem a falta de especialistas capacitados para viabilizar a cobrança administrativa de autos de infração de lançamentos tributários (atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria jurídica na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle de arrecadação, além de assessoria na análise e atualização das normas municipais em conformidade com as regras tributárias vigentes.

Ademais, resta necessária a execução dos serviços de atuação jurídica voltada à cobrança e fiscalização de créditos não tributários de competência do Município, tais como Royalties,

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 03
Proc. 112
Rub.

Compensação financeira pela Exploração Mineral – CFEM, repasses decorrentes de transferências estaduais e federais, fundos de participação e verbas provenientes de cálculos populacionais.

Essa lacuna compromete a habilidade da Prefeitura em administrar suas demandas tributárias de forma estratégica, levando a potenciais perdas financeiras e à ineficiência na resolução de conflitos tributários.

É fundamental que a administração municipal tenha acesso a serviços que garantam a adequada orientação e defesa dos interesses tributários, visando sempre o fortalecimento da receita pública necessária para a realização de políticas públicas. A contratação desses serviços permitirá uma gestão mais efetiva das pendências e litígios fiscais, contribuindo diretamente para a recuperação e manutenção da saúde financeira do município.

Sob a perspectiva do interesse público, a superação dessa demanda é crucial para assegurar a transparência e a justiça fiscal, fundamentais na construção de um ambiente de confiança entre o município e seus cidadãos. Ao melhorar a prestação de serviços na área tributária, a Prefeitura poderá não apenas aumentar a arrecadação de tributos, mas também proporcionar um melhor atendimento aos munícipes, promovendo um desenvolvimento sustentável e equilibrado da cidade.

Portanto, é imprescindível que esta necessidade seja abordada de maneira urgente e conclusiva, garantindo que a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré possa atender as expectativas da população, fortalecendo a sua capacidade de gestão tributária e, consequentemente, sua relevância no contexto regional.

Desta forma, após elaboração do Estudo Técnico preliminar que segue em anexo, definiu-se que a escolha adequada será a contratação do escritório DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19 estabelecida na Rua das Juçaras, Quadra 44 - Casa 04, Jardim Renascença, CEP: 65075-230 - São Luís/MA, representada pelo Sr. DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Sócio administrador, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF, sob o 799.588.933-04, portador do R.G. nº 590077691, SEJUSPC/MA, por possuir notória especialização no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, conforme atestados de capacidade técnica expedidos por outras Prefeituras Municipais, que seguem anexos à proposta de preços.

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Alto Alegre do Pindaré - MA, 06 de Abril de 2026.

Atenciosamente,

MARCELO COELHO SOUSA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Fls. 04
Proc.
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 05
Proc.
Rub.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Alto Alegre do Pindaré/MA

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

Equipe de Planejamento
MARCELO COELHO SOUSA, Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Problema Resumido
A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré enfrenta carência na prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica Especializada na área Tributária, para patrocínio de demandas administrativas e contenciosas, em razão do término iminente da vigência do Contrato nº 089/2021.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré enfrenta desafios significativos na prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, afetando diretamente sua capacidade de gerir e otimizar a arrecadação de receitas públicas. Esses serviços são essenciais para garantir que o município possa atuar eficientemente em questões tributárias, tanto no âmbito administrativo quanto judicial. A ausência de uma assessoria adequada nesta seara pode resultar em prejuízos na defesa de interesses da Administração Pública, impactando a eficiência do sistema tributário local. O contrato atualmente vigente está prestes a encerrar sua vigência (30/04/2026), sendo que não pode ser renovado em razão do limite temporal imposto pela legislação que o rege (Lei nº 8.666/93).

As dificuldades observadas incluem a falta de especialistas capacitados para viabilizar a cobrança administrativa de autos de infração de lançamentos tributários (atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria jurídica na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 06
Proc. 112
Rub.

de arrecadação, além de assessoria na análise e atualização das normas municipais em conformidade com as regras tributárias vigentes.

Ademais, resta necessária a execução dos serviços de atuação jurídica voltada à cobrança e fiscalização de créditos não tributários de competência do Município, tais como Royalties, Compensação financeira pela Exploração Mineral – CFEM, repasses decorrentes de transferências estaduais e federais, fundos de participação e verbas provenientes de cálculos populacionais.

Essa lacuna compromete a habilidade da Prefeitura em administrar suas demandas tributárias de forma estratégica, levando a potenciais perdas financeiras e à ineficiência na resolução de conflitos tributários.

É fundamental que a administração municipal tenha acesso a serviços que garantam a adequada orientação e defesa dos interesses tributários, visando sempre o fortalecimento da receita pública necessária para a realização de políticas públicas. A contratação desses serviços permitirá uma gestão mais efetiva das pendências e litígios fiscais, contribuindo diretamente para a recuperação e manutenção da saúde financeira do município.

Sob a perspectiva do interesse público, a superação dessa demanda é crucial para assegurar a transparência e a justiça fiscal, fundamentais na construção de um ambiente de confiança entre o município e seus cidadãos. Ao melhorar a prestação de serviços na área tributária, a Prefeitura poderá não apenas aumentar a arrecadação de tributos, mas também proporcionar um melhor atendimento aos munícipes, promovendo um desenvolvimento sustentável e equilibrado da cidade.

Portanto, é imprescindível que esta necessidade seja abordada de maneira urgente e conclusiva, garantindo que a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré possa atender as expectativas da população, fortalecendo a sua capacidade de gestão tributária e, consequentemente, sua relevância no contexto regional.

Portanto, é imprescindível que esta necessidade seja abordada de maneira urgente e conclusiva, garantindo que a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA possa atender as expectativas da população, fortalecendo a sua capacidade de gestão tributária e, consequentemente, sua relevância no contexto regional.

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, diante das dificuldades na prestação de serviços técnicos especializados na área tributária, requer a contratação de uma empresa capaz de oferecer suporte administrativo e judicial diante das demandas que envolvem a área tributária. Para assegurar a eficácia e qualidade dos serviços a serem prestados, seguem os requisitos essenciais que a proposta deve atender:

1. Comprovação de experiência na prestação de serviços jurídicos especializados em matéria tributária,

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 07
Proc. 112
Rub.

com apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos ou entidades públicas ou privadas.

2. Equipe técnica composta por pelo menos um advogado especializado, com registro ativo na OAB e experiência comprovada.

3. Adoção de metodologia de trabalho que inclua etapas de diagnóstico inicial das questões tributárias, elaboração de pareceres legais, representação em instâncias administrativas e acompanhamento em processos judiciais pertinentes, garantindo a transparência e a prestação de contas à Prefeitura.

4. Apresentação dos profissionais designados, evidenciando capacitação técnica específica.

5. Capacidade para fornecer relatórios mensais detalhados sobre o andamento das ações realizadas nas esferas administrativa e judicial, apresentando métricas de sucesso e análise de impacto das medidas impetradas.

6. Compromisso com a ética e a integridade na apresentação e defesa de interesses, respeitando as normas e diretrizes que regem o exercício da advocacia e da consultoria tributária.

Além destes requisitos, restam necessários o cumprimento das seguintes exigências:

a) acompanhamento dos processos administrativos;

b) cobrança administrativa de autos de infração de lançamentos tributários.

c) atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria jurídica na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle de arrecadação;

d) assessoria na análise e atualização das normas municipais em conformidade com as regras tributárias vigentes, entre outros, ao Município;

e) atuação jurídica voltada à cobrança e fiscalização de créditos não tributários de competência do Município, tais como Royalties, Compensação financeira pela Exploração Mineral – CFEM, repasses decorrentes de transferências estaduais e federais, fundos de participação e verbas provenientes de cálculos populacionais, entre outros;

Com esses requisitos, a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré poderá realizar a contratação de forma eficaz, assegurando a qualidade na prestação dos serviços jurídicos necessários.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 08
Proc. 112
Rub.

Soluções Disponíveis:

1. Contratação de Escritório de Advocacia Especializado através de Inexigibilidade de Licitação (art. 74, III, da Lei nº 14.133/21)
Vantagens:
- Expertise: Escritórios especializados possuem experiência e conhecimento específico na área, garantindo serviços de alta qualidade.
- Flexibilidade: É possível ajustar o escopo dos serviços conforme as necessidades da Prefeitura, contratando apenas o que é necessário.
Desvantagens:
- Custo: Geralmente, a contratação de escritórios é mais cara do que soluções internas, impactando o orçamento municipal.
- Dependência: A administração pode se tornar dependente do escritório contratado para ações específicas, reduzindo a autonomia do quadro de servidores.

Solução 2: Criação de uma Equipe Interna de Especialistas

Vantagens:
- Controle Total: Desenvolvimento de expertise interna, oferecendo mais controle sobre os processos e decisões.
- Economia no Longo Prazo: Com salário fixo e ausência de honorários, pode ser economicamente mais vantajoso a longo prazo.
- Flexibilidade: Capacidade de adaptação a diferentes demandas e urgências administrativas.

Desvantagens:
- Alto Custo Inicial: Investimento alto em recrutamento, treinamento e benefícios dos funcionários.
- Dificuldade de Retenção: O mercado de trabalho competitivo pode dificultar a retenção de talentos.
- Tempo de Implementação: O processo de recrutamento e formação de equipe é prolongado e pode gerar lacunas temporais nos atendimentos.

Solução 3: Parcerias Público-Privadas (PPP)

Vantagens:
- Recursos Compartilhados: Distribuição de investimentos e riscos entre as partes, reduzindo a carga financeira sobre o município.
- Inovação: Muitas vezes, prestadores privados trazem inovações que melhoram a eficiência dos serviços.
- Acesso a Tecnologia: Possibilidade de acesso a tecnologias avançadas que melhoram a análise tributária.
Desvantagens:
- Complexidade Contratual: Processo de elaboração de contrato pode ser complicado e exigir tempo considerável.
- Falta de Controle: Menos controle sobre a execução do serviço, podendo trazer desafios na supervisão quanto à adequação e qualidade.
- Possíveis Custos Adicionais: Despesas extras que podem surgir durante a execução do contrato.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 09
Proc.
Rub.

Solução 4: Contratação por Meio de Concorrência Pública de Serviços

Vantagens:
- Acessibilidade Financeira: Potencial para obter propostas competitivas, promovendo preços mais acessíveis.
- Transparência: O processo licitatório assegura maior transparência e equidade entre os participantes.
- Diversidade de Fornecedores: Ampla gama de fornecedores disponíveis, aumentando as chances de encontrar uma solução sob medida.
Desvantagens:
- Tempo Prolongado: O processo licitatório pode ser moroso, atrasando o início dos serviços.
- Qualidade Variável: Não há garantia de que todas as propostas tenham a qualidade esperada, demandando uma avaliação cuidadosa.
- Limitações Orçamentárias: Limitações impostos pelo valor máximo da proposta podem restringir opções viáveis.

Análise Comparativa:

Solução	Custo	Qualidade	Flexibilidade	Adaptabilidade	Manutenção	Suporte	Tempo de Implementação
Consultoria Especializada	Alto	Alta	Média	Alta	Baixa	Alta	Médio
Equipe Interna	Alto (inicialmente)	Média	Alta	Alta	Alta	Média	Alto
PPP	Médio-alto	Alta	Média	Média	Média	Média	Alto
Licitação de Serviços	Variável (concorrência)	Variável	Média	Baixa	Baixa	Baixa	Alto

A escolha da solução deve considerar a relação entre custo, qualidade e a necessidade específica da Prefeitura, além da urgência da contratação e da complexidade dos serviços necessários.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

Justificativa técnica e econômica da escolha da solução:

A escolha da contratação de um escritório de advocacia especializado, por meio do processo de inexigibilidade de licitação, é justificada por diversas razões técnicas e operacionais que atendem diretamente às necessidades da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré no que tange à prestação de serviços técnicos especializados na área tributária.

Primeiramente, os aspectos técnicos relacionados à escolha dessa solução são evidentes. Escritórios de advocacia com especialização em problemas tributários não apenas possuem conhecimento aprofundado das leis fiscais pertinentes, como também estão atualizados sobre as constantes mudanças na legislação e jurisprudência. Essa expertise garante um desempenho superior na defesa dos interesses da Prefeitura, aumentando assim a probabilidade de êxito nas demandas administrativas e judiciais. Além disso, a compatibilidade entre as práticas e a equipe do escritório escolhido e as necessidades específicas da administração pública local facilitará a implementação dos serviços. A familiaridade com o cenário tributário regional permite uma atuação mais assertiva e alinhada às realidades enfrentadas pela Prefeitura.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 10
Proc. 112
Rub.

Desse modo, resta definida a escolha pela contratação do escritório DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19 estabelecida na Rua das Juçaras, Quadra 44 - Casa 04, Jardim Renascença, CEP: 65075-230 - São Luís/MA, representada pelo Sr. DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Sócio administrador, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF, sob o 799.588.933-04, portador do R.G. nº 590077691, SEJUSPC/MA, por possuir notória especialização no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, conforme atestados de capacidade técnica expedidos por outras Prefeituras Municipais, que seguem anexos à proposta de preços colhida a título de pesquisa preliminar.

QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R$ Unid.	R$ Total
1	Assessoria e Consultoria Jurídica Especializada na prestação de serviços técnicos na área tributária, para patrocínio de demandas administrativas e contenciosas de interesse da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – PMAAP, e suas Secretarias	Mês	12	R$ 12.000,00	R$ 144.000,00
	Valor Total				**R$ 144.000,00**

PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de escritório de advocacia especializado para atender à demanda de serviços técnicos na área tributária da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré não será parcelada, uma vez que a natureza e a complexidade dos serviços requerem uma abordagem contínua e integrada. O controle externo envolve análise crítica e acompanhamento de diversos aspectos legais e administrativos, que necessitam de um profissional com conhecimento aprofundado da legislação pertinente. A fragmentação do serviço por meio de parcelamento poderia comprometer a continuidade e a qualidade do atendimento, gerando lacunas na prestação dos serviços e dificultando a uniformidade nas orientações legais.

Além disso, a ineficiência em fragmentar a contratação pode acarretar em perda de tempo e recursos, pois cada etapa seria tratada de forma isolada, levando potencialmente à sobrecarga nos prazos de entrega e ao aumento da burocracia. A execução ineficaz dos serviços jurídicos devido ao parcelamento poderia resultar em desvio de foco e esforços da equipe, impactando negativamente o atendimento das demandas legais da administração pública, aumentando assim a vulnerabilidade jurídica da Prefeitura.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 11
Proc. 112
Rub.

Por fim, o atendimento às necessidades da Prefeitura e a eficiência na utilização dos recursos públicos dependem de uma solução robusta que não esteja sujeita aos desafios associados ao parcelamento. Um contrato único com um escritório especializado garantirá que os serviços sejam prestados de forma coerente e sincronizada, permitindo uma melhor alocação de recursos e assegurando que as demandas jurídicas sejam atendidas de maneira assertiva e tempestiva, beneficiando, portanto, o interesse público.

RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de serviços jurídicos para a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré visa sanar a deficiência na prestação de serviços elencados, proporcionando um atendimento adequado às necessidades da administração pública. A economicidade dessa solução é refletida na maximização do custo-benefício, uma vez que, ao contratar profissionais especializados, a prefeitura evita contratações onerosas e demoradas relacionadas à formação e capacitação de servidores próprios. Além disso, os serviços terceirizados costumam apresentar uma flexibilidade maior, permitindo ajustes nas demandas conforme a necessidade, o que resulta em gastos mais controlados e eficientes.

O aproveitamento eficiente dos recursos humanos se dá pela utilização de profissionais qualificados que já possuem experiência na área, reduzindo o tempo necessário para a execução das atividades e aumentando a qualidade dos serviços prestados. As equipes externas podem oferecer conhecimento técnico atualizado e soluções práticas, evitando retrabalhos e aumentando a eficácia dos processos administrativos. Isso permite que os servidores municipais se concentrem em outras atribuições dentro da administração pública, otimizando assim o uso do capital humano disponível.

Além disso, a economia gerada pelo pagamento apenas por serviços efetivamente executados possibilita um melhor planejamento orçamentário, garantindo que os recursos financeiros sejam utilizados com responsabilidade e transparência. Dessa forma, a contratação dos serviços jurídicos para apoio ao controle externo não só atende à demanda emergente, mas também proporciona ganhos concretos em economicidade e eficiência na gestão municipal.

A contratação de consultoria especializada em direito tributário visa maximizar o custo-benefício ao reduzir gastos com litígios e otimizar a recuperação de créditos tributários. A expertise da consultoria permitirá identificar oportunidades de economia fiscal e evitar penalidades, resultando em uma gestão financeira mais eficiente.

A alocação de consultores especializados permitirá que os recursos humanos internos sejam direcionados para atividades prioritárias, aumentando a produtividade. A consultoria também

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Proc.
Rub.

proporcionará acesso a ferramentas e metodologias avançadas, evitando a necessidade de investimentos adicionais em infraestrutura.

Espera-se uma melhoria significativa na prestação de serviços tributários, com processos mais ágeis e decisões mais embasadas. A consultoria contribuirá para a racionalização dos processos administrativos e judiciais, garantindo que os objetivos da contratação sejam alcançados de forma eficaz.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Propõe-se a formalização de um plano de trabalho específico para supervisão e apoio aos serviços que serão prestados. Esse plano deve conter metas claras, cronograma de execução e critérios de avaliação de desempenho, permitindo um acompanhamento efetivo da execução contratual e assegurando que as expectativas da Administração sejam atendidas.

Para viabilizar a contratação de consultoria especializada em Direito Tributário, a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré deve inicialmente assegurar que haja infraestrutura tecnológica adequada para a comunicação e troca de informações com a consultoria. Isso pode incluir a instalação ou atualização de sistemas de gestão tributária e plataformas de comunicação seguras, garantindo que todos os dados sensíveis sejam protegidos e que a troca de informações seja eficiente e confiável.

Essas providências visam promover um ambiente de trabalho eficiente, maximizando o uso dos recursos públicos e garantindo a qualidade e legalidade dos serviços prestados à Administração Pública.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e interdependentes à solução escolhida para o problema enfrentado pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré mostra que não existem contratações necessárias a serem realizadas antes da implementação da contratação de serviços jurídicos relacionados. A demanda por serviços jurídicos é específica e carece de suporte técnico especializado, onde a simples disponibilização de pessoal qualificado pode atender de forma direta as necessidades legais da administração pública.

No entanto, cabe mencionar que, apesar da ausência de contratações obrigatórias antes da execução da solução escolhida, é possível considerar algumas contratações complementares que poderiam otimizar a prestação deste serviço. Por exemplo, contratações relacionadas à manutenção de sistemas

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 13
Proc. 112
Rub.

de gestão ou tecnologia da informação que possibilitem um melhor acompanhamento e controle das atividades jurídicas.

Portanto, a solução mais adequada para resolver a deficiência apresentada na prestação de serviços jurídicos na Prefeitura de Alto Alegre do Pindaré é a contratação direta desses profissionais especializados, sem a necessidade de intervenções precedentes significativas.

IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de serviços jurídicos pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré pode gerar alguns impactos ambientais, mesmo que indiretos. Primeiramente, o uso de papel para documentos e comunicações pode resultar em um aumento do consumo de recursos florestais e na geração de resíduos. Para mitigar esse impacto, é fundamental implementar uma política de redução do uso de papel, promovendo o uso de documentos eletrônicos e a assinatura digital. Essa medida não só diminui o consumo de papel, mas também melhora a eficiência nos processos, reduzindo custos e agilidade.

Outro impacto ambiental a ser considerado refere-se ao consumo de energia elétrica nas atividades administrativas e jurídicas. Para minimizar esse impacto, recomenda-se a adoção de soluções de baixo consumo energético, como a utilização de equipamentos certificados em eficiência energética (como os da etiqueta Procel) e a implementação de práticas de gestão eficiente da energia, como desligar equipamentos quando não estão em uso e a utilização de iluminação natural sempre que possível.

Por fim, é importante fomentar a conscientização dos servidores sobre a importância da sustentabilidade e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis no cotidiano do trabalho. Treinamentos e campanhas educativas podem auxiliar na cultura de uso responsável dos recursos, refletindo imediatamente na postura adotada durante a execução dos serviços jurídicos contratados. A implementações dessas medidas contribuirá para a diminuição dos impactos ambientais associados à contratação de serviços, alinhando a administração pública com práticas de sustentabilidade.

CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Alto Alegre do Pindaré - MA, 06 de Abril de 2026.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

MARCELO COELHO SOUSA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Fls. 14
Proc.
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

TERMO DE REFERÊNCIA

Fls. 15
Proc.
Rub.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica Especializada na área Tributária, para patrocínio de demandas administrativas e contenciosas de interesse da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – PMAAP, e suas Secretarias.

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

A contratação por inexigibilidade de licitação encontra amparo no artigo 74, III, "c" e "e", da Lei n.º 14.133/2021, que prevê a contratação direta em casos de inviabilidade de competição. A presente contratação justifica-se pela notória especialização da empresa a ser selecionada, uma vez que:

As dificuldades observadas incluem a falta de especialistas capacitados para viabilizar a cobrança administrativa de autos de infração de lançamentos tributários (atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria jurídica na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle de arrecadação, além de assessoria na análise e atualização das normas municipais em conformidade com as regras tributárias vigentes.

Ademais, resta necessária a execução dos serviços de atuação jurídica voltada à cobrança e fiscalização de créditos não tributários de competência do Município, tais como Royalties, Compensação financeira pela Exploração Mineral – CFEM, repasses decorrentes de transferências estaduais e federais, fundos de participação e verbas provenientes de cálculos populacionais.

Essa lacuna compromete a habilidade da Prefeitura em administrar suas demandas tributárias de forma estratégica, levando a potenciais perdas financeiras e à ineficiência na resolução de conflitos tributários.

É fundamental que a administração municipal tenha acesso a serviços que garantam a adequada orientação e defesa dos interesses tributários, visando sempre o fortalecimento da receita pública necessária para a realização de políticas públicas. A contratação desses serviços permitirá

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

uma gestão mais efetiva das pendências e litígios fiscais, contribuindo diretamente para a recuperação e manutenção da saúde financeira do município.

Dessa forma, a contratação da pessoa jurídica DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19 estabelecida na Rua das Juçaras, Quadra 44 - Casa 04, Jardim Renascença, CEP: 65075-230 - São Luís/MA, representada pelo Sr. DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Sócio administrador, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF, sob o 799.588.933-04, portador do R.G. nº 590077691, SEJUSPC/MA possibilita ao Município o acesso a profissionais com expertise comprovada, garantindo maior eficiência, celeridade e segurança jurídica na condução das demandas judiciais.

3. DO VALOR CONTRATADO

Item	Especificação	Valor Mensal	Valor Anual
1	prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica Especializada na área Tributária, para patrocínio de demandas administrativas e contenciosas de interesse da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – PMAAP, e suas Secretarias.	R$ 12.000,00 (Doze mil) reais mensais	R$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2. Quando o patrocínio judicial ou extrajudicial promovido pelo contratado redundar em benefícios econômico ao município contratante seja a que título for, o contratado fará jus ao valor correspondente a 10% (dez por cento) do benefício econômico auferido pelo município, cujo pagamento dar-se-á na forma do recebimento ou mesmo quando da exclusão do débito ou cobrança indevida.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Natureza da Contratação e Enquadramento

- **Natureza Intelectual:** Os serviços são classificados como **técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**, conforme o Art. 6º, inciso XVIII, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021.
- **Serviço Contínuo:** A contratação é de **natureza continuada**, uma vez que o suporte jurídico na área tributária é essencial para a manutenção permanente e ininterrupta da regularidade administrativa e fiscal do Município.

Fls. 11
Proc.
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

- **Inexigibilidade:** Pela notória especialização exigida, a contratação fundamenta-se no **Art. 74, inciso III, alíneas "c" e "e"**, sendo inviável a competição objetiva por preço.

4.2. Requisitos de Qualificação Técnica (Art. 67) A contratada deverá demonstrar aptidão para a execução do objeto por meio de:

- **Capacidade Técnico-Operacional:** Apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público que comprovem a prestação anterior de serviços de consultoria jurídica em áreas correlatas.
- **Capacidade Técnico-Profissional:** A equipe técnica designada deverá possuir profissionais com **especialidade na área**.
- **Notória Especialização:** O profissional ou empresa deve possuir conceito firmado no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior e estudos, que permitam inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado ao objeto.

4.3. Vedações e Garantias

- **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto, considerando a natureza personalíssima dos serviços intelectuais de assessoria jurídica.
- **Garantia:** Fica dispensada a exigência de garantia da contratação prevista no Art. 96, considerando a natureza do serviço e o modelo de remuneração mensal.

Fls. 17
Proc.
Rub.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de vigência e execução da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

5.2. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a impossibilidade concreta de estipulação de um prazo de assessoria e consultoria perfeitamente definido para estas demandas.

5.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, após aferição dos respectivos serviços pela fiscalização designada pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, devendo o Contratado emitir Notas Fiscais/Faturas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega do faturamento, mediante a apresentação de Relatório e da Nota Fiscal, cuja fatura terá seu débito autorizado junto à tesouraria e da apresentação do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se for o caso, e dos encargos sociais.

6.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021, ou através do envio da documentação pelo

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 18
Proc. 112
Rub.

Contratado. Assim, antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5 Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

6.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da Regularidade Fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do Processo Administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

6.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.10 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:
EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;
Vp = Valor da parcela em atraso;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 19
Proc. 112
Rub.

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

6.12 Após o período de vigência deste Contrato, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido reajuste de preços para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desta avença, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Fornecer à CONTRATADA todos os subsídios, documentos e informações necessários ao pleno desempenho das atividades de assessoria jurídica, garantindo acesso aos processos administrativos de despesa, auditoria e correição.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de gestores e fiscais formalmente designados, anotando em registro próprio as ocorrências e determinando a regularização de eventuais falhas.

8.3. Efetuar o pagamento mensal à contratada, após a devida liquidação da despesa e atesto das Notas Fiscais e relatórios de atividades pelo fiscal do contrato.

8.4. Notificar formalmente a contratada sobre qualquer irregularidade, erro ou conduta inadequada detectada na prestação dos serviços, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

8.5. Disponibilizar instalações físicas ou recursos tecnológicos (como salas de reunião ou plataformas de videoconferência) para a realização de alinhamentos técnicos e sessões de capacitação previstas.

8.6. Analisar e decidir, em tempo hábil, sobre os pareceres e recomendações formulados pela assessoria jurídica, visando a implementação das melhorias na governança municipal

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Prestar os serviços técnicos de assessoria jurídica com o necessário zelo, ética, celeridade e rigor técnico, observando as normas do Estatuto da OAB e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, incluindo a composição da equipe técnica com profissionais pós-graduados em Direito Público ou áreas correlatas.

9.3. Responsabilizar-se civilmente por quaisquer danos diretos ou indiretos causados ao Município ou a terceiros em razão de dolo, culpa, imperícia ou negligência na emissão de pareceres ou condução de demandas.

9.4. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como despesas com transporte, alimentação e insumos de escritório de sua equipe.

9.5. Elaborar e entregar relatórios mensais detalhados de atividades, contendo o fluxo de monitoramento preventivo da despesa, pareceres emitidos e progresso na implementação de rotinas de controle interno.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

9.6. Manter estrito sigilo sobre todos os dados, documentos e informações do Município a que tiver acesso em razão do contrato, especialmente aqueles protegidos pela LGPD.

9.7. Comunicar imediatamente ao contratante qualquer impedimento legal ou ético que impossibilite a prestação de assessoria em determinada demanda específica.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:
10.1.1 Não assinar o contrato;
10.1.2 Não entregar a documentação exigida no edital;
10.1.3 Apresentar documentação falsa;
10.1.4 Causar o atraso na execução do objeto;
10.1.5 Não mantiver a proposta;
10.1.6 Falhar na execução do contrato;
10.1.7 Fraudar a execução do contrato;
10.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
10.1.9 Declarar informações falsas; e
10.1.10 Cometer fraude fiscal.

Fls. 20
Proc.
Rub.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei n° 11.488/07, ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da etapa de lances.

10.3 A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
10.3.1 Advertência por falta(s) leve(s), assim entendida(s) como aquela(s) que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
10.3.2 Multa de: a) 0,30% ao dia sobre o valor remanescente deste Contrato, no caso de atraso injustificado no entrega de qualquer serviço, limitada a incidência de 30(trinta) dias; b) até 10% cumulativo com a letra "a" deste inciso, sobre o valor remanescente do Contrato, no caso de atraso injustificado na entrega de qualquer serviço, superior a 30 (trinta) dias;
10.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
10.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n° 14.133/21.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

10.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7 O pagamento da multa não eximirá a contratada de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade.

Fls. 27
Proc.
Rub.

11. GERENCIAMENTO DO CONTRATO

11.1. O acompanhamento na execução do contrato ficará na responsabilidade da Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral do Município e Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

11.2 O órgão contratante se reserva do direito de realizar a seu critério a avaliação prévia do local de execução dos serviços como instrumento para verificação do conhecimento pleno das condições e peculiaridades acerca da prestação de serviço que constitui o objeto a ser contratado, sendo-lhe assegurado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário comercial.

11.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

12.1 Rotinas de fiscalização contratual

12.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
12.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
12.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
12.1.3.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.1.4 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
12.1.5 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

12.1.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
12.1.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
12.1.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
12.1.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
12.1.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
12.1.11 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
12.1.14 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento nas hipóteses das alíneas "c" e "e" do inciso III do art. 72 da Lei 14.133/2021.

13.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

13.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

13.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.5 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

13.6 Habilitação Jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Fls. 22
Proc. 112
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

b) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
c) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.7 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal;
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
e) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
i) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.7.10 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

14. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

14.1. É sabido que, no direito administrativo brasileiro a regra é a obrigatoriedade de licitação, tanto para aquisição de bens como para que haja prestação de serviços para a Administração, tendo como fundamento legal, na norma constitucional, o Art. 37, Inciso XXI, *in litteris*:

> *"Art. 37 - omissis:*
> *XXI - ressalvados os casos específicos na legislação, às obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas às condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá às exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".*

Fls. 23
Proc. 117
Rub.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

14.2. Sob o ponto de vista do enquadramento legal, pretende-se a presente contratação com base na autorização para dispensa de licitação, concedida nos termos do Art. 74, inciso III, alínea "c" e "e" da Lei Federal n.º 14.133/2021, a saber:

> *Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
>
> *(...)*
>
> *III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
> *(...)*
>
> *"c" - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*
>
> *"e"- patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*

Fls. 24
Proc. 112
Rub.

14.3. Quando a contratação envolver serviços técnicos profissionais especializados, poderá fazer-se diretamente, independentemente de procedimento formal licitatório. Isso não significa que a Administração possa escolher qualquer particular, a seu arbítrio, mas sempre que cumpridos requisitos subjetivos que decorram diretamente da causa motivadora da inexigibilidade da licitação.

14.4 É necessário, ainda, o requisito do reconhecimento da notoriedade. Não se exige que o profissional tenha reconhecimento de sua capacitação e especialização perante toda a comunidade. Exige-se, isto sim, que se trate de profissional destacado e respeitado no seio da comunidade de especialistas em que atua. Se não se reconhece a notoriedade quando o especialista tenha mero reconhecimento no âmbito da Administração, também não se exige notoriedade do público em geral. Quer-se, no mínimo, que sua especialização seja reconhecida no meio especializado em que desenvolve sua atividade específica.

14.5. No que diz respeito ao conceito de que desfruta o Escritório perante a sociedade e à qualidade dos trabalhos desenvolvidos por seu quadro técnico, como se pode comprovar através da juntada de seus certificados e experiências, corroborando, assim, com o fiel cumprimento das suas atividades laborativas em outros Município e Órgãos Públicos e Privados, fazendo assim com que a sua fama ultrapasse limites geográficos e temporais.

14.6. O Escritório escolhido dispõe de profissionais com ampla capacitação, conhecimento e larga experiência em administração pública, já tendo prestado os serviços objeto da contratação, demonstrando experiência prestada em diversos Municípios, logo, sendo considerada de notória especialização, existindo assim apenas uma possibilidade de contratação, qual seja a que aponta para o fornecedor acima indicado.

14.5.6. Ademais, acrescente-se que a notória especialização do escritório DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19, que ensejou o mesmo a ser escolhido para prestar os serviços sob referência, encontra-se presente na documentação acostada. Configurando que o corpo técnico jurídico desta Secretaria não tem condições para executar objeto da presente contratação, por não conter nenhum especialista nesta área de atuação, bem como a notória especialização, conforme se verifica na expertise apresentada.

15. DOS RECURSOS E DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

15.1. As despesas em questão serão custeadas com recursos provenientes de dotações próprias da Lei Orçamentária vigente.

15.2. Nos exercícios subsequentes, as despesas serão custeadas com as dotações específicas dos Orçamentos-programa de cada um.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16. 1. Quaisquer esclarecimentos sobre os serviços a serem executados poderão ser prestados pela Secretaria de Administração e Finanças.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 06 de abril de 2026.

Marcelo Coelho Sousa
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Harrison Marcelo Pinheiro Rodrigues
Procurador Geral do Município
OAB/MA 7.264

Fls. 75
Proc. 112
Rub.

DANIEL LEITE
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

Fls. 76
Proc. 112
Rub.

PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ – MA.

Senhores, A Firma DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, estabelecida na Rua das Juçaras, n° 04, Quadra 44, Jardim Renascença, São Luís/MA, inscrita no CNPJ n° 09.181.344/0001-19, telefone: (98) 3235-5687, neste ato representado por seu responsável, Daniel de Faria Jerônimo Leite, inscrito no CPF 799.588.933-04, vem pelo presente apresentar e propor entregar o objeto para contratação de serviços técnicos-jurídicos especializados em assessoria jurídica especializados com vista a cobrança administrativa de autos de infração de lançamentos tributários (atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria jurídica na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle de arrecadação, além de assessoria na análise e atualização das normas municipais em conformidade com as regras tributárias vigentes, entre outros, ao Município), para atender aos interesses da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA.

Para realização dos serviços supra referenciados, a estimativa de preço é de R$ 12.000,00 (doze mil reais) mensal, durante 12 (doze) meses, com valor total estimado de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

Quando o patrocínio judicial ou extrajudicial promovido pelo contratado redundar em benefícios econômico ao município contratante seja a que título for, o contratado fará jus ao valor correspondente a 10% (dez por cento) do benefício econômico auferido pelo município, cujo pagamento dar-se-á na forma do recebimento ou mesmo quando da exclusão do débito ou cobrança indevida.

Pelo presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os dispostos na Lei n° 14.133/2021.

a) PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: **90 (noventa) dias;**

LOCAL DO SERVIÇO: **Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA;**

b) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: **até 30 dias após a execução do serviço;**

c) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
BANCO DO BRASIL,
Agência: 2953-x,
Conta Corrente: 39371-1
Daniel Leite Advogados Associados.

Fls. 27
Proc. 112
Rub.

d) INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE DA EMPRESA: **DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Sócio Administrador, OAB/MA 5991;**

e) PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 48 (quarenta e oito) horas após recebimento da Ordem de Serviço

DECLARO que os valores acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, incluindo, entre outros tributos, encargos sociais, despesas administrativas, com exceção das despesas de responsabilidade da CONTRATANTE, na forma prevista no edital e no contrato.

São Luís (MA), 17 de março de 2026

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2026.03.17 16:02:44 -03'00'

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
Sócio-Administrador
OAB/MA 5991
CPF 799.588.933-04

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
09.181.344/0001-19 **MATRIZ**		**24/05/2007**

NOME EMPRESARIAL
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
69.11-7-01 - Serviços advocatícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
223-2 - Sociedade Simples Pura

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DAS JUCARAS	**04**	**QUADRA44**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.075-230	**RENASCENCA I**	**SAO LUIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 2311-721 / (98) 2311-721

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/05/2007**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **13/08/2025** às **11:02:07** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Fls. 28
Proc.
Rub.

Fls. 29
Proc. 112
Rub.

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 005 (INCLUSÃO DE SOCIO) E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão, sob o n°. 5991 e CPF sob o n°. 799.588.933-04, residente e domiciliado na Rua dos Curiós - Quadra 13 - Lote 17 - Jardim Renascença - São Luís - MA, CEP: 65 075-130.

LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o n°. 6542 e CPF sob o n°. 838.778.273-49, residente e domiciliado na Rua dos Angelins n°. 31 - Quadra 10 - São Francisco - São Luís - MA - CEP: 65076-030.

JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão sob o n° 2690, CPF n° 074.967.293-53, residente e domiciliado na Rua 11, Quadra 23, Casa 38, Cohatrac III, São Luís - MA- CEP: 65.054-685.

Sócios da sociedade de advogados de nome " DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS ", constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado e registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão sob n° 192, no livro "B-03", FIs. 116, com sede na Rua das Juçaras, n° 04, Quadra 44, Renascença, São Luís - MA, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n° 09.181.344/0001-19, firmam nesta oportunidade o presente instrumento para **quinta alteração** seguida de Consolidação do CONTRATO SOCIAL da sociedade acima mencionada, assim o fazendo através das cláusulas constantes abaixo:

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Nesta oportunidade, e na melhor forma de direito, inclui-se da sociedade o socio a seguir identificado:

JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão sob o n° 17194, CPF n° 651.301.383-88, residente e domiciliado na Rodovia MA 203, Quadra B, Casa 73, Condomínio Alphaville Araçagy, Araçagy, Paço do Lumiar - CEP: 65.130-000.

Fls. 30
Proc.
Rub.

Fls.
Proc.
Rub.

CLÁUSULA SEGUNDA. O Capital Social da sociedade de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), representado por 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e após cessão e transferência de quotas, e da admissão dos sócios, fica distribuído entre os sócios como se segue:

Socio	N° de Quotas	%	Valor R$
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE	30.400	76	30.400,00
LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	6.400	16	6.400,00
JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO	2.000	5	2.000,00
JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA	1.200	3	1.200,00
Total	40.000	100	40.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração e, em razão das alterações acima referidas, os sócios resolvem consolidar o contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS "DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS"

CLÁUSULA PRIMEIRA (RAZAO SOCIAL). A sociedade utilizara a razão social de "DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS".

Parágrafo Único - Em caso de falecimento de sócio cujo nome constar da razão social, fica facultado a manutenção da denominação atual.

.

CLÁUSULA SEGUNDA (SEDE). A sociedade tem sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, na Rua das Juçaras, Quadra 44, Casa 04, Renascença I, CEP n°. 65.075-230.

CLÁUSULA TERCEIRA (OBJETO). A sociedade tem como objetivo o exercício da advocacia, sendo vedada, a consecução de qualquer outra atividade.

CLÁUSULA QUARTA (PRAZO). O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo início em 26 de março de 2007.

CLÁUSULA QUINTA (CAPITAL SOCIAL). O capital social, inteiramente subscrito e

Fls. 31
Proc.
Rub.

integralizado, e de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 mil quotas, cada uma com o valor nominal de R$ 1,00 distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Socio	Nº de Quotas	%	Valor R$
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE	30.400	76	30.400,00
LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	6.400	16	6.400,00
JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO	2.000	5	2.000,00
JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA	1.200	3	1.200,00
Total	40.000	100	40.000,00

CLÁUSULA SEXTA (RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS). Além da sociedade, o socio responde subsidiaria e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer. Se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidaria;

Parágrafo único - Nas procurações outorgadas pelos clientes a Sociedade, os sócios serão nomeados individualmente. Os respectivos instrumentos de mandato deverão conter o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil de cada advogado.

CLÁUSULA SÉTIMA (ADMINISTRAÇÃO). A administração dos negócios sociais cabe ao socio DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, que usa o título de "Socio- Administrador".

Parágrafo 1° - É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação a Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefícios dos próprios sócios.

Parágrafo 2° - Serão atribuídos "pró-labore" mensais fixados por decisão dos sócios, na forma disposta no parágrafo 6° da cláusula oitava.

Parágrafo 3° - Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas a Sociedade, e cada um deles prestar contas aos demais sócios.

CLÁUSULA OITAVA (REUNIÃO DE SÓCIOS). As deliberações dos sócios serão tomadas em

Fls. 32
Proc. 110
Rub.

reunião, obedecidas as regras dispostas nesta cláusula.

Parágrafo 1° - A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.

Parágrafo 2° - As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocados por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo 3° - A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo 4° - As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar ciente do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo 5° - A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representados a maioria do Capital social, em primeira convocação, ou por qualquer um, nas demais convocações.

Parágrafo 6° - As deliberações serão tomadas por maioria do capital social, salvo nas hipóteses em que as normas aplicáveis prevejam quórum mais elevado.

Parágrafo 7° - As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA NONA (CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS). Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos a Sociedade, sem o consentimento expresso de todos os demais sócios.

Parágrafo Único - A cessão total ou parcial de quotas deverá operar-se por intermédio de alteração aprovada pela maioria do capital social.

CLÁUSULA DECIMA (RESULTADOS PATRIMONIAIS). O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurará os resultados.

Parágrafo 1° - Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente as contribuições de cada um para o resultado, conforme for deliberado pela maioria dos sócios, na

forma disposta no parágrafo 6° da cláusula oitava.

Fls. 33
Proc.
Rub.

Parágrafo 2° - Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios, proporcionalmente as suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo 3° - A sociedade pode levantar balanços relativos a períodos inferiores ao exercício social, incluindo balanços mensais, e distribuir resultados aos sócios com base neles.

Parágrafo 4° - Os sócios não poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA (RETIRADA DE SÓCIO). O socio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial.

Parágrafo 1° - A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data do recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo 2° - Os haveres do socio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em 6 (seis) prestações mensais, com a primeira parcela vencendo em 60 (sessenta) dias da data da comunicação da retirada.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA (CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE).

A sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios.

Parágrafo único - Em caso de morte de um dos sócios caberá aos sócios remanescentes decidirem sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do socio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de socio retirante, previstas na cláusula anterior.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA (EXCLUSÃO DE SÓCIOS). E facultada a exclusão de sócios, por maioria do capital social, nos termos de art. 4°, caput a apuração e pagamento dos haveres de

socio excluído deverão seguir o mesmo procedimento aplicável ao socio retirante.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA (ARBITRAGEM). Qualquer controvérsia ou disputa entre sócios, relativa a Sociedade deverá ser submetida arbitragem, perante a Câmara de Mediação e Arbitragem da OAB/MA, na cidade de São Luís (MA), de acordo com as regras procedimentais daquele órgão, vigentes na data submissão do pedido de arbitragem.

Parágrafo único - Para as demais questões oriundas deste contrato fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da cidade de São Luís (MA).

CLÁUSULA DECIMA QUINTA (DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO). Os sócios, DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO, LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES e JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA, declaram, sob as penas da lei, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

§ 1° - O socio DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, em razão do exercício do cargo de Procurador do Município de São Luís, está impedido de atuar contra esta Fazenda Pública, nos termos do inc. 1° do art. 30 da Lei 8.906/94.

§ 2° - O sócio Jardel Adriano Vilarinho da Silva, em razão do exercício do cargo de Auditor Estadual de Controle Externo, está impedido de atuar contra a Fazenda Pública Estadual e perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do inc. 1° do art. 30 da Lei 8.906/94 e do §1°, art. 117 da Lei nº 8.258, de junho de 2005.

São Luís, 12 de março de 2024.

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
OAB/MA 5.991

LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES
OAB / MA 6.542

JOÃO DA SILVA SANTIAGO FILHO
OAB / MA 2.690

JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA
OAB / MA 17.194

Fls. 34
Proc. 117
Rub.

Fls. 35
Proc.
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
07496729353	JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO
65130138368	JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA
79958893304	DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
83877827349	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/03/2024 09:46 SOB Nº 20240001780.
PROTOCOLO: EM 14/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12403789101. NÚMERO DE REGISTRO: OABMA192.
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

OAB MARANHÃO

GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
SÃO LUÍS, 16/03/2024
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Fls. 36
Proc. 113
Rub.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO

IDENTIDADE DE ADVOGADO



NOME
JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA

FILIAÇÃO
JOSE MENDES DA SILVA

INSCRIÇÃO
17194

NATURALIDADE
TERESINA-PI

DATA DE NASCIMENTO
14/09/1981

RG
1947927 - SSP/PI

CPF
651.301.383-68

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA
01

EXPEDIDO EM
18/03/2017

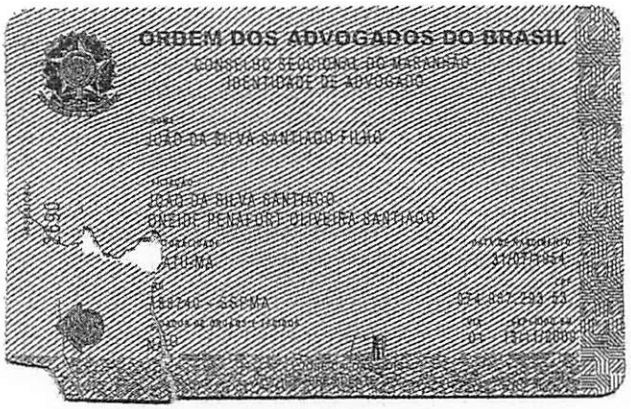
THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ
PRESIDENTE

Fls. 37
Proc. 118
Rub.



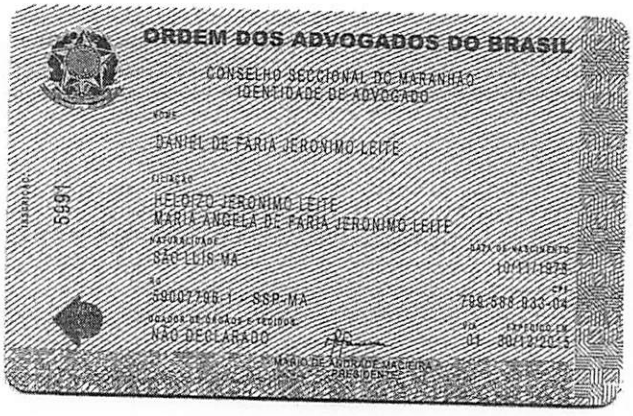


Fls. 38
Proc. 17
Rub.



Fls. 38
Proc. 117
Rub.





Fls. 40
Proc. 112
Rub.


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 02988270

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES


ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
LUIS EDUARDO FRANCO BOUÊRES

FILIAÇÃO
FRANCISCO JORGE DE OLIVEIRA BOUÊRES
MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO BOUÊRES

6542

NATURALIDADE
SÃO LUÍS-MA

DATA DE NASCIMENTO
22/01/1980

RG
733671977 - SSPMA

CPF
838.778.273-49

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA 01 EXPEDIDO EM 03/07/2008

JOSÉ CALDAS GÓIS
PRESIDENTE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Fls. 41
Proc. 112
Rub.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 09.181.344/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:42:05 do dia 29/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/06/2026.
Código de controle da certidão: **3EEF.6299.EB34.AD25**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls. 42
Proc. 12
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.181.344/0001-19
Certidão nº: 15383785/2026
Expedição: 10/03/2026, às 18:33:28
Validade: 06/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.181.344/0001-19, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Fls. 43
Proc.
Rub.

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.181.344/0001-19
Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Endereço: R DAS JUCARAS 04 QUADRA44 / RENASCENCA / SAO LUIS / MA / 65075-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:09/03/2026 a 07/04/2026

Certificação Número: 2026030903161607001745

Informação obtida em 10/03/2026 18:35:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fls. 44
Proc. 112
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 407164/25 **Data da Certidão:** 19/12/2025 10:51:26

CPF/CNPJ 09181344000119 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 19/03/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 10/03/2026 18:30:42

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fls. 45
Proc. 112
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 120337/25 **Data da Certidão:** 22/12/2025 10:20:45

CPF/CNPJ CONSULTADO: **09181344000119**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 22/03/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 10/03/2026 18:26:03

CERTIFICADO
10202600921263O0

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Fls. 46
Proc.
Rub.

Número da Certidão: 00013055712026

Validade: 19/06/2026

Certificamos que até a presente data não consta débito fiscal relativo a pessoa jurídica, descrita abaixo, reserva-se o direito de a fazenda municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista nos artigos 80 e 146, da lei 6.289, de 28/12/2017 do código tributário municipal.
#baixaempr

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 09.181.344/0001-19	**Inscrição Municipal:** 62370009
Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
691170100 – SERVICOS ADVOCATICIOS	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: RUA DAS JUCARAS	
Número: 04	**Complemento:** QUADRA44
Bairro: RENASCENCA I	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65075230

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **19 de fevereiro de 2026 as 10:38**, sob o código de autenticidade nº **113D2040B5AFC6273F4D4D0BA769EED7**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

Fls. 47
Proc. 117
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 10/03/2026 **Nº da certidão:** 12601049405

Data de validade: 10/05/2026 **Código de Validação:** 44cd40e7fa

NOME: DANIEL LEITE E ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ: 09.181.344/0001-19

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

Fls. 18
Proc.
Rub.

Cartório dos Feitos da Fazenda Pública
Fls. 18
Sct. Cibelle Ferreira

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Processo nº 004201/2001
Mandado de Segurança Coletivo
Impetrante: Conselho Seccional do Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil
Impetrado: Secretário Municipal da Fazenda de São Luís- Ma.
Distribuição: 19/03/2001

Vistos, etc.

"A liminar não é uma liberalidade da justiça; é medida acauteladora do direito do impetrante que não pode ser negada quando ocorrem os seus pressupostos, como também não deve ser concedida quando ausentes os requisitos da sua admissibilidade." (Hely Lopes Meirelles "in" Mandado de Segurança - Ação Popular - Ação Civil Pública - Mandado de Injunção - "Habeas Data". Ed. Revista dos Tribunais - São Paulo - 13ª Ed. - 1989).

Conselho Seccional do Maranhão, da Ordem dos Advogados do Brasil, devidamente qualificado na exordial de fls. 02, destes autos, impetrou perante este Juízo de Direito Mandado de Segurança Coletivo, com Pedido de Liminar, contra Ato do Sr. Secretário Municipal da Fazenda de São Luís- Ma., alegando que a autoridade apontada como coatora está exigindo dos advogados e das sociedades de advogados estabelecidos com escritórios nesta cidade o pagamento da Taxa de Renovação de Licença e Verificação Fiscal pela Localização dos Estabelecimentos, que entende ser "**devida por ocasião do licenciamento inicial, pela verificação fiscal do exercício de atividade em cada período anual subsequente e toda vez que se verificar mudança no ramo da atividade**", nos termos do art. 220, § 5º, inciso III, do Código Tributário do Município de São Luís (Lei nº 3.758/98). Em razão disso, aquela autoridade está notificando os advogados e sociedades de advogados do lançamento desse tributo para o exercício de 2001, sob denominação de "Taxa de Licença e Verificação Fiscal – Alvará", no valor de R$ 71,70, pagável em cota única, com vencimento para o dia 01/03/2001, conforme prova nos autos.

Dessa forma, o impetrante pondera que, aos advogados e às sociedades de advogados, o poder de polícia e a prestação de serviços por parte do Município de São Luís, só se legitimam para licenciar a localização do escritório respectivo, depois de verificado se o local escolhido atende às exigências da Legislação Municipal ou quando houver transferência do local da atividade. E, arremata para afirmar que o

AGSR

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Município não tem competência para fiscalizar o exercício da atividade do advogado ou da sociedade de advogados, que é mister da OAB, na forma do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94), matéria essa já pacificada pelo Sumo Pretório e pelo Excelso Superior Tribunal de Justiça.

O requerimento de liminar deve ser deferido porque, além de relevante o fundamento invocado, impossível ignorar que, sem a liminar, a medida resultará ineficaz, caso venha a ser concedida apenas pela sentença final.

Presentes, pois, os pressupostos indispensáveis à concessão da medida liminar *inaudita altera pars*, ou seja, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido na inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante, se vier a ser reconhecido na decisão de mérito, como se vê nas exaustivas razões do mesmo, o seu deferimento é obrigatório e não pode depender de qualquer condição (RSTJ 15/175, 18/281 e 22/ 169). *Ordeno*, assim, ao Sr. Secretário Municipal da Fazenda de São Luís- Ma., que faça o cancelamento imediato de todas as notificações de lançamento da Taxa de Licença e Verificação Fiscal – Alvará, para o corrente exercício, contra os advogados e sociedades de advogados, com escritórios nesta cidade, abstendo-se de sua exação nos próximos exercícios, verificadas as demais condições de regularidade da questão administrativa pela autoridade competente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 1.533/51).

Notifique-se, pois, a autoridade apontada como coatora do conteúdo da exordial de fls. 02, destes autos e de todo o teor desta decisão entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos para, no prazo de dez (10) dias, prestar as informações que achar necessárias (art. 7º , inciso I, da Lei nº 1.533/51).

Intimem-se.

São Luís (Ma.), 22 de março de 2001

Juiz Megbel Abdala Tanus Ferreira
Titular da 4ª Vara da Fazenda Pública

AGSR

Fls. 9
Proc. 112
Rub.

JUSTIÇA FEDERAL MARANHÃO
FLS. 10
3ª VARA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Maranhão - 3ª Vara

PROCESSO: 2002.37.00.004582-3.
CLASSE: 02200 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.
IMPTE: CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO, da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB.
IMPDO: SECRETÁRIO MUNCIPAL DA FAZENDA DE SÃO LUÍS.

DECISÃO

Trata-se de Ação de Mandado de Segurança impetrado pelo CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO, da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB, com pedido de liminar, contra ato do SECRETÁRIO MUNCIPAL DA FAZENDA DE SÃO LUÍS, alegando, em suma, que é ilegal e inconstitucional a cobrança de ISS à sociedades de advogados na forma prevista pelo §2º, do art. 145, do Código Tributário Municipal de São Luís, acrescentado a esse dispositivo pela Lei nº 4.019, de 27.12.2001. Pede, por conseqüência, a suspensão da exação.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 16/33.

Em despacho de fls. 03, o MM. Juiz reservou-se à análise da liminar para após a apresentação das informações.

Informações às fls. 37/57, acompanhada de um documento. Coloca, em caráter de preliminar que, a impetrada é parte ilegítima para figurar no polo passivo, pois não foi a autoridade que determinou o ato discutido; bem como que descabe mandado de segurança contra lei em tese. No mérito afirma que inexiste prova de direito líquido e certo, pois ausente qualquer documento nos autos que dê suporte à versão do impetrante; assim também que a cobrança do ISS se dá em estrita observância da competência constitucional, de lei complementar federal, bem como de lei ordinária municipal.

É o que se tem nos autos. Decido.

Inicialmente observo que a preliminar de ilegitimidade passiva para a causa deve ser afastada. A impetrada compareceu aos autos e defendeu o ato impugnado que foi realizado por subalterno da sua secretaria, atraindo para si o ônus do – em tese – ato abusivo praticado.[1]

Quanto à argüição que se trata de mandado de segurança que ataca lei em tese, entendo não ser pertinente. Restou demonstrado que há um vínculo entre a norma e a suposta violação de direito líquido e certo, pois está, o impetrante, buscando o afastamento, da referida violação, de efeitos individuais e concretos da norma legal.[2]

No que respeita à controvérsia da existência do direito líquido e certo, a matéria está, como não poderia deixar de ser, diretamente ligado ao mérito, à lide trazida em juízo. Como tal tenho que analisá-la.

Com efeito, entendo que não ser razoável supor que o Fisco Municipal vai deixar de exercer o seu mister de autuar a sociedade pelo não pagamento do ISS. Aqui, portanto, o fundamento do presente remédio constitucional que entendo suficiente à sua impetração, vez que o Conselho defende direito dos seus membros.

---

[1] AMS 1999.01.00.100270-1/MG. apelação em mandado de segurança. Desembargador Luciano Tolentino Amaral, Terceira Turma. DJ 12/04/2002, P 63

[2] (cf. TRF1, AMS 1997.01.00.034223-4/MT, Primeira Turma, Juíza convocada Mônica Neves Aguiar Castro, DJ 26/06/2000) e AMS 2000.34.00 033052-0/DF, apelação em Mandado de Segurança, Desembargador Federal Olindo Menezes (280), Juiz Saulo Jose Casali Bahia (conv.), Terceira Turma, dj 28/06/2002, p.96.

Resta, então, analisar a exação em si. O ISS, nos termos da Constituição Federal (art. 156, III), tem como entidade estatal competente para sua instituição os Municípios. Esta instituição, entretanto, deverá cingir-se aos contornos de lei complementar. O Decreto-lei 406/1968, foi recepcionado pela nova Carta como tal, sendo que, acredita-se, este entedimento é pacíficio.

Referido normativo federal estabelece em seu art. 9º e §1º e 3º, o seguinte:

> **"Art 9º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.**
> **§ 1º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.**
> **§ 3º Quando os serviços a que se referem os itens 1, 4, 8, 25, 52, 88, 89, 90, 91 e 92 da lista anexa forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável. (Redação dada pela Lei complementar nº 56, de 15.12.1987). (Grifos não existentes no original).**

O Município, no exercício de sua competência constitucional, criou o imposto. O tributo se encontra apto a ser exigido na forma das modificações estabelecidas pela Lei Municipal 4.019/2001, que deu nova redação às parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do art. 145, da Lei Municipal 3.758/98 (fl. 29).

Referida norma, estabeleceu que além do imposto ser cobrado na forma de alíquota fixa, calculado em relação a cada profissional habilitado, aumenta este valor na proporção do aumento da quantidade de advogados da sociedade.

Estabelece o §2º, art. 145, da Lei Municipal nº 3.578/1998:

> **"§2º - O imposto será calculado por profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, na proporção de:**
>
> **I – até 03 (profissional e por mês) R$ 163,00 (cento e sessenta e três reais);**
> **II – de 04 a 06 (por profissional e por mês) R$ 190,00 (cento e noventa reais);**
> **III – de 07 a 09 (por profissional e por mês) R$ 217,00 (duzentos e dezessete reais);**
> **IV – de 10 em diante (por profissional e por mês) R$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais)."**

Ante o princípio da compatibilidade vertical das normas, observo a inexistência de perfeita conformação entre os ditames da lei complementar e o previsto na lei ordinária municipal. Isto porque aquela lei de âmbito nacional não estabeleceu a distinção que o Município criou. Por outro lado, não há justificativa plausível para a discriminação no valor a ser pago, apenas em razão do número de advogados que compõem a sociedade.

Entendo que estar a se ferir os princípios da legalidade e da capacidade contributiva, motivo pelo qual, em sede de cognição sumária, presentes os requisitos legais, a relevância do pedido, bem como a ineficácia da medida se concedida somente ao final, **defiro** a liminar para determinar ao Sr. Secretário Municipal da Fazenda em São Luís que proceda a imediata suspensão da cobrança do ISS a que estão sujeitas as sociedades de advogados pela forma prevista no §2º, do art. 145 do CTN Municipal de São Luís (MA).

JUSTIÇA FEDERAL
MARANHÃO
Fls. 6
3ª VARA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Maranhão - 3ª Vara

Ao Ministério Público Federal para intervenção na qualidade de *custos legis*.

Intimem-se.

São Luís (MA), 22 de agosto de 2002 .

AGLIBERTO GOMES MACHADO
Juiz Federal Substituto,
3ª Vara.

TERMO DE DATA

Aos 23 dias do mês de CX de 2002 recebi estes autos vindo do Dr. Agliberto Gomes Machado.

Diretoria de Secret. II

Início
Primeiro Grau
Consulta Pública
Lista de Numerações Únicas
Pautas de Audiencias
Consulta de transação penal
Processos aptos para julgamento / devolvidos para a secretaria
Segundo Grau
Juizados Especiais
Turma Recursal
DPVAT
Push
Diario
Mulher
PJe 1º Grau
Projudi
Certidão Estadual

Problemas ou Sugestões
Seu Nome:
Seu email:
Mensagem (ex. código do erro):
Enviar

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
Consulta realizada em: 19/02/2018 18:01:10
Processo de 1º Grau

Fls. 55
Proc.
Rub.

Juiz:	NÃO INFORMADO
Numeração Única:	4201-48.2001.8.10.0001
Número:	42012001 (ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE)
Competência:	
Classe CNJ:	
Assunto(s):	
Data de Abertura:	19/03/2001 17:44:32
Comarca:	SAO LUIS
Volumes:	0 Qtd de Documentos: 7 Valor da Ação: R$ 1000
Observação:	JUNTOU 07-DOC.
Plantão:	Não
Assistência Jurídica:	Não
Parte Isenta Custas:	Não

CLASSIFICAÇÃO ANTIGA:

Natureza:	FAZENDA PÚBLICA
Tipo Ação:	MANDADO DE SEGURANCA
Procedimento:	ESPECIAL (JURISDICAO CONTENCIOSA)

Partes

IMPETRANTE:	CONSELHO SECCIONAL DO MARANHAO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Advogado(a):	KLEBER MOREIRA OAB: 296 UF: MA
IMPETRADO:	ATO DO SECRETARIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Distribuição

Data:	19/03/2001
Vara:	4ª VARA FAZENDA PUBLICA
Cartório:	SECRETARIA DA 4A VARA DE FAZENDA PUBLICA
Oficial de Justiça:	JACKSON SANTOS NETO
Tipo:	Sorteio

Todas as Movimentações

Terça-feira, 17 de Agosto de 2004

ÀS 16:20:18 - PROCESSO BAIXADO

PROC. BAIXADO CONF. OFICIO N. 213/2004, EXPEDIDO PELO 4º CARTORIO DA FAZENDA PUBLICA, DETERMINANDO A REF. BAIXA. R

97 dia(s) após a movimentação anterior

Quarta-feira, 12 de Maio de 2004

ÀS 10:13:31 - CONCLUSO AO M. M. JUIZ

Vista ao Dr. José de Jesus Costa.

1 dia(s) após a movimentação anterior

Quinta-feira, 12 de Julho de 2001

ÀS 12:27:18 - JUNTADA DE MANDADO

Nesta data faço juntada aos autos do Mandado de Notificação. Em, 12/07/01

42 dia(s) após a movimentação anterior

Quinta-feira, 31 de Maio de 2001

ÀS 12:26:22 - MANDADO

Nesta data expedi o Mandado de Notificação. Em, 31/05/01

69 dia(s) após a movimentação anterior

Sexta-feira, 23 de Março de 2001

ÀS 12:24:50 - DECISAO

Nesta data enviei ao Diário da justiça a decisão de fls. 18/19. Em, 23/03/01

ÀS 09:10:30 - DESPACHO

R.A. A Conclusão Em, 22/03/01

ÀS 09:09:30 - DECISAO

Certifico que enviei ao Diário da Justiça a decisão de fls. 18/19.

Fls. 56
Proc. 110
Rub.

1 dia(s) após a movimentação anterior

Quinta-feira, 22 de Março de 2001

ÀS 09:06:31 - DESPACHO

1- Em separado, por mim elaborada, em duas laudas, segue a decisão.

ÀS 09:05:17 - CONCLUSO AO M. M. JUIZ

sem informações adicionais

ÀS 08:35:31 - DECISAO

Presentes, pois, os pressupostos indispensáveis à concessão da medida liminar inaudita altera pars, ou seja, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido na inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante, se vier a ser reconhecido na decisão de mérito, como se vê nas exaustivas razões do mesmo, o seu deferimento é obrigatório e não pode depender de qualquer condição (RSTJ 15/175, 18/281 e 22/ 169). Ordeno, assim, ao Sr. Secretário Municipal da Fazenda de São Luís - Ma., que faça o cancelamento imediato de todas as notificações de lançamento da Taxa de Licença e Verificação Fiscal - Alvará, para o corrente exercício, contra os advogados e sociedades de advogados, com escritórios nesta cidade, abstendo-se de sua exação nos próximos exercícios, verificadas as demais condições de regularidade da questão administrativa pela autoridade competente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 1.533/55). Notifique-se, pois, a autoridade apontada como coatora do conteúdo da exordial de fls. 02, destes autos e de todo o teor desta decisão entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos para, no prazo de dez (10) dias, prestar as informações que achar necessárias (art. 7º, inciso I, da Lei nº 1.533/51). Intimem-se. São Luís (Ma), 22 de março de 2001 Juiz Megbel Abdala Tanus Ferreira Titular da 4ª Vara da Fazenda Pública

3 dia(s) após a movimentação anterior

Segunda-feira, 19 de Março de 2001

ÀS 17:44:32 - DISTRIBUICAO AUTOMATICA POR SORTEIO

sem informações adicionais

Petições Intermediárias

Data:	27/08/2001 13:12:59
Descrição:	JUNTADA AOS AUTOS
Observação:	

Data:	19/07/2001 14:51:23
Descrição:	PRESTAR INFORMACOES
Observação:	SECRETARIO DA FAZENDA DO MUNICIPIO DE SAO LUIS, NOS AUTOS DA ACAO, IMPETRADO PELO CONSELHO SECCIONAL DO MARANHAO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, VEM PRESTAR INFORMACOES. C

Saiba mais

Sobre o Sistema JurisConsult Versão 1.2

O Sistema JurisConsult é responsável pelo processamento de todas as consultas processuais públicas, e algumas privadas, disponíveis na Internet do Poder Judiciário do Maranhão, acessando de forma transparentes e distribuída os diversos servidores instalados nas comarcas do Estado. Todo o sistema foi elaborado no intuito de permitir o acesso a informação processual de forma fácil e prática, sem a necessidade de intervenção direta da Diretoria de Informática e Automação do TJMA. Em caso de dúvidas ou sugestões, favor utilizar a caixa

de mensagens a esquerda, abaixo do menu principal, para se comunicar com a nossa equipe de desenvolvimento.

Poder Judiciário do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Praça D. Pedro II s/n - Centro - São Luís - MA
Cep: 65.010-905 - CNPJ nº.05.288.790/0001-76

(98) 3194-6600

©2010 Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Fls. 57
Proc. 112
Rub.

Fls. 58
Proc.
Rub.

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Banco conta movimento (30)		
Banco do Brasil S/A. (35)	1-1-01-02-01	3.516.810,25D
=Banco conta movimento		****3.516.810,25D**
Aplicações (50)		
Banco do Brasil S/A. (55)	1-1-01-03-01	2.746.074,73D
=Aplicações		****2.746.074,73D**
=Disponível		****6.262.884,98D**
Clientes (85)		
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica (90)		
Duplicatas a receber (95)	1-1-04-01-01	314.089,67D
=Recebimentos Pessoa Física e Jurídica		******314.089,67D**
=Clientes		******314.089,67D**
Adiantamento (115)		
Adiantamentos a Funcionários (130)		
Décimo Terceiro Salário (145)	1-1-05-02-03	8.773,36D
=Adiantamentos a Funcionários		********8.773,36D**
=Adiantamento		********8.773,36D**
=T o t a l - Circulante		****6.585.748,01D**
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Informática (475)		
Equipamentos de Processamento - Hardware (480)	1-2-03-04-01	32.213,47D
=Informática		*******32.213,47D**
Móveis e utensílios (485)		
Móveis e Utensílios (490)	1-2-03-05-01	69.769,86D
=Móveis e utensílios		*******69.769,86D**
=Imobilizado		******101.983,33D**
=T o t a l - Ativo Não Circulante		******101.983,33D**
=T o t a l - Ativo		****6.687.731,34D**

Fls. 39
Proc. 112
Rub.

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Fornecedores (765)		
Pessoa Física e Pessoa Jurídica (770)		
Fornecedores de Serviços (780)	2-1-03-01-02	165.362,35C
=Pessoa Física e Pessoa Jurídica		****165.362,35C
=Fornecedores		****165.362,35C
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (800)	2-1-05-01-01	379.781,90C
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido -CSSL (805)	2-1-05-01-02	136.836,82C
Imposto Sobre Serviços - ISS (810)	2-1-05-01-03	362,48C
Contribuições Previdenciárias (820)	2-1-05-01-05	1.023,14C
FGTS a Recolher (825)	2-1-05-01-06	691,15C
COFINS e PIS / PASEP (830)	2-1-05-01-07	38.165,00C
Outros Impostos e Contribuições a Recolher (835)	2-1-05-01-08	20.203,45C
=Tributos e Contribuições		****577.063,94C
Retenções de Imposto e Contribuições (840)		
Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários (845)	2-1-05-02-01	54,00C
=Retenções de Imposto e Contribuições		*********54,00C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (885)		
Parcelamento de Tributos e Contribuições (890)	2-1-05-03-01	7.931,22C
Imposto de Renda (895)	2-1-05-03-02	5.913,62C
Contribuições Previdenciárias (920)	2-1-05-03-07	2.101,35C
=Parcelamento de Tributos e Contribuições		*****15.946,19C
=Tributos e Contribuições		****593.064,13C
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)		
Salários a Pagar (940)	2-1-06-01-01	72.128,12C
Pró-labore (3422)	2-1-06-01-02	39.404,23C
Autônomo (3429)	2-1-06-01-03	38.000,00C
=Salários		****149.532,35C
Honorários (980)		
Honorários a Pagar (985)	2-1-06-04-01	12.917,32C
=Honorários		*****12.917,32C
Décimo Terceiro Salário (1005)		
Décimo Terceiro Salário a Pagar (1010)	2-1-06-06-01	2.621,64C
=Décimo Terceiro Salário		******2.621,64C
=Obrigações com Pessoal		****165.071,31C
Credores (1055)		
Credores diversos (1060)		
Credores Pessoa Física e Jurídica (1065)	2-1-08-01-01	82.197,70C
=Credores diversos		*****82.197,70C

Descrição	Classificação	Exercício Atual
=Credores		*****82.197,70C**
Provisões (1095)		
Provisões (1100)		
Décimo terceiro Salário (1105)	2-1-10-01-01	3.512,36C
Tributos e Contribuições (1115)	2-1-10-01-03	4.387,27C
=Provisões		******7.899,63C**
=Provisões		******7.899,63C**
=T o t a l - Circulante		**1.013.595,12C**
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Capital Social (3408)		
Socio (3415)	2-3-02-07-01	40.000,00C
=Capital Social		*****40.000,00C**
=Reservas		*****40.000,00C**
Resultado do Execício Acumulado (1325)		
Resultado do Exercicio (1330)		
Lucros/Superávits Apurados (1335)	2-3-03-01-01	22.602.314,80C
Prejuízos/Déficits Apurados (1340)	2-3-03-01-02	4.968.178,58D
Dividendos Antecipados (1345)	2-3-03-01-03	12.000.000,00D
=Resultado do Exercicio		**5.634.136,22C**
=Resultado do Execício Acumulado		**5.634.136,22C**
=T o t a l - Patrimônio líquido		**5.674.136,22C**
=T o t a l - Passivo		**6.687.731,34C**

Fls. 60
Proc. 17
Rub.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE: 79958893304

Digitalmente assinado porDANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
DN:C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2024-08-21 11:03:08

NATHALIA DE SOUSA RAMOS: 01881769348

Digitalmente assinado porNATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
DN:C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39282591000172, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2024-08-21 11:04:01

Certifico o Presente Balanço Patrimonial Ano 2023 averbado na OAB/MA, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 22/08/2024.

8663-4919-B0

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita sobre Serviços			
Receita de serviços	3-1-02-01	1430	6.605.163,00C
=Receita sobre Serviços			****6.605.163,00C**
=T o t a l - Receita Bruta Vendas e Serviços			****6.605.163,00C**
Dedução de receita			
Dedução de receita sobre vendas			
Dedução da Receita	3-2-01-01	1450	754.025,18D
=Dedução de receita sobre vendas			******754.025,18D**
=T o t a l - Dedução de receita			******754.025,18D**
=T o t a l - Receita			****5.851.137,82C**
Despesas			
Despesas			
Despesas com Pessoal			
Despesas com Gestores/Diretoria	4-3-01-01	1835	15.768,00D
Despesas com Empregados	4-3-01-02	1880	181.486,32D
Despesas com Encargos Sociais	4-3-01-04	1955	74.789,10D
Despesas com Transporte de Empregados	4-3-01-07	1995	6.494,40D
Outras Despesas com Pessoal	4-3-01-08	2010	124.287,52D
=Despesas com Pessoal			******402.825,34D**
Despesas com Localização e Funcionamento			
Despesas com Localização e Manutenção	4-3-03-01	2075	120.146,43D
Despesas com Expediente	4-3-03-02	2115	25.632,36C
Despesas com Comunicação	4-3-03-04	2170	24.627,30D
Despesas com Seguros	4-3-03-06	2210	18.659,32C
=Despesas com Localização e Funcionamento			******100.482,05D**
=T o t a l - Despesas			******503.307,39D**
=T o t a l - Despesas			******503.307,39D**

Fls. 61
Proc.
Rub.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 5.851.137,82C

DESPESAS + CUSTO----------> 503.307,39D

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ***5.347.830,43

8663-4919-B0

ÍNDICES CONTÁBEIS - 2023

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua das Juçaras, 04, Quadra 44 - Renascença, São Luís (MA), CEP: 65075-230

CNPJ: 9.181.344/0001-19 I.M.: 62370009

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ILG = Ativo Circulante + A. Realizável a Longo Prazo ≥ 1
Passivo Circulante + P. Exigível a Longo Prazo

ILG = 6.585.748,01 + 0 / 1.013.595,12 + 0,00 = **6,50**

Fls. 62
Proc. 112
Rub.

ILC = Ativo Circulante ≥ 1
Passivo Circulante

ILC = 6.585.748,01 / 1.013.595,12 = **6,50**

ISG = Ativo Total ≥ 1
Passivo Circulante + Exigivel a longo prazo

ISG= 6.687.731,34 / 1.013.595,12 + - = **6,60**

IET = Passivo Circulante + Exigível a longo prazo ≤ 0,60
Ativo total

IET= 1.013.595,12 - / 6.687.731,34 = **0,15**

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2023.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304

Digitalmente assinado porDANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
DN:C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2024-08-21 11:03:19

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348

Digitalmente assinado porNATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
DN:C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39282591000172, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2024-08-21 11:03:51

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico o Presente Balanço Patrimonial Ano 2023 averbado na OAB/MA, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 22/08/2024.

8663-4919-B0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Daniel Leite @ Advogados Associados é uma sociedade simples pura, com sede e foro na cidade de São Luís/MA, tendo como objeto social Construção de edifícios, com início de atividades em 24/05/2007.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

O saldo das aplicações financeiras da empresa finalizou com um valor total de R$ 2.746.074,73 (dois milhões e setecentos e quarenta e seis mil e setenta e quatro reais e setenta e três centavos).

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição que totaliza o valor de R$ 101.983,33 (cento e um mil e novecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não conta com passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000,00 (quarenta mil) quotas de R$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Daniel de Faria Jerônimo Leite – 86%
João da Silva Santiago Filho – 8%
Luís Eduardo Franco Bouéres – 16%

Fls. 64
Proc. 112
Rub.

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
Não existem registros de propriedade para investimento.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Luís, 31 de dezembro de 2023

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE: 79958893304

Digitalmente assinado por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=38674525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2024-08-21 11:03:28

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
Sócio Administrador – CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS: 01881769348

Digitalmente assinado por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39282591000172, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2024-08-21 11:03:42

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

Certifico o Presente Balanço Patrimonial Ano 2023 averbado na OAB/MA, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 22/08/2024.

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#8663491 **Balanço patrimonial - pags. 1-7**

Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉIA SILVA SANTOS**, em 22/08/2024, às 17:15. **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 23/08/2024, às 10:04. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **8663-4919-B0.**

Fls. 65
Proc. 112
Rub.

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Banco conta movimento (30)	1-1-01-02	341.017,02D
Aplicações (50)	1-1-01-03	7.957.717,96D
=Disponível		****8.298.734,98D**
Clientes (85)		
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica (90)	1-1-04-01	468.355,03D
=Clientes		******468.355,03D**
Adiantamento (115)		
Adiantamentos a Funcionários (130)	1-1-05-02	13.335,72D
=Adiantamento		*******13.335,72D**
=T o t a l - Circulante		****8.780.425,73D**
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Informática (475)	1-2-03-04	37.836,83D
Móveis e utensílios (485)	1-2-03-05	95.402,21D
=Imobilizado		******133.239,04D**
=T o t a l - Ativo Não Circulante		******133.239,04D**
=T o t a l - Ativo		****8.913.664,77D**

Fls. 66
Proc. 112
Rub.

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:02

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Fornecedores (765)		
Pessoa Física e Pessoa Jurídica (770)	2-1-03-01	319.627,71C
=Fornecedores		****319.627,71C
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)	2-1-05-01	760.041,73C
Retenções de Imposto e Contribuições (840)	2-1-05-02	195,50C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (885)	2-1-05-03	15.946,19C
=Tributos e Contribuições		****776.183,42C
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)	2-1-06-01	19.618,50C
Honorários (980)	2-1-06-04	11.738,41C
Décimo Terceiro Salário (1005)	2-1-06-06	776,00C
=Obrigações com Pessoal		*****32.132,91C
Credores (1055)		
Credores diversos (1060)	2-1-08-01	82.197,70C
=Credores		*****82.197,70C
Provisões (1095)		
Provisões (1100)	2-1-10-01	7.899,63C
=Provisões		******7.899,63C
=T o t a l - Circulante		**1.218.041,37C
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Capital Social (3408)	2-3-02-07	40.000,00C
=Reservas		*****40.000,00C
Resultado do Execício Acumulado (1325)		
Resultado do Exercicio (1330)	2-3-03-01	7.655.623,40C
=Resultado do Execício Acumulado		**7.655.623,40C
=T o t a l - Patrimônio líquido		**7.695.623,40C
=T o t a l - Passivo		**8.913.664,77C

Fls. 67
Proc.
Rub.

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:02

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita sobre Serviços			
Receita de serviços	3-1-02-01	1430	7.883.310,90C
=Receita sobre Serviços			****7.883.310,90C**
=T o t a l - Receita Bruta Vendas e Serviços			****7.883.310,90C**
Dedução de receita			
Dedução de receita sobre vendas			
Dedução da Receita	3-2-01-01	1450	1.430.086,82D
=Dedução de receita sobre vendas			****1.430.086,82D**
Dedução de receita sobre serviços			
Dedução da Receita	3-2-02-01	1485	6.067,83D
=Dedução de receita sobre serviços			********6.067,83D**
=T o t a l - Dedução de receita			****1.436.154,65D**
=T o t a l - Receita			****6.447.156,25C**
Despesas			
Despesas			
Despesas com Pessoal			
Despesas com Gestores/Diretoria	4-3-01-01	1835	35.261,25D
Despesas com Empregados	4-3-01-02	1880	201.362,36D
Despesas com Encargos Sociais	4-3-01-04	1955	69.493,78D
Despesas com Transporte de Empregados	4-3-01-07	1995	9.174,00D
Outras Despesas com Pessoal	4-3-01-08	2010	154.407,81D
=Despesas com Pessoal			******469.699,20D**
Despesas com Localização e Funcionamento			
Despesas com Localização e Manutenção	4-3-03-01	2075	362.283,58D
Despesas com Expediente	4-3-03-02	2115	5.623,36C
Despesas com Comunicação	4-3-03-04	2170	24.942,00D
Despesas com Seguros	4-3-03-06	2210	25.632,35C
=Despesas com Localização e Funcionamento			******355.969,87D**
=T o t a l - Despesas			******825.669,07D**
=T o t a l - Despesas			******825.669,07D**

Fls. 68
Proc. 112
Rub.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 6.447.156,25C

1138-5111-6D

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
DESPESAS + CUSTO---------->			825.669,07D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:			***5.621.487,18

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.

Fls. 69
Proc. 10
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:02

ÍNDICES CONTÁBEIS - 2024
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua das Juçaras, 04, Quadra 44 - Renascença, São Luís (MA), CEP: 65075-230
CNPJ: 9.181.344/0001-19 I.M.: 62370009

Fls. 70
Proc.
Rub.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ILG = Ativo Circulante + A. Realizável a Longo Prazo ≥ 1
Passivo Circulante + P. Exigível a Longo Prazo

ILG = 8.780.425,73 + 0 = **7,21**
1.218.041,73 + 0,00

ILC = Ativo Circulante ≥ 1
Passivo Circulante

ILC = 8.780.425,73 = **7,21**
1.218.041,73

ISG = Ativo Total ≥ 1
Passivo Circulante + Exigivel a longo prazo

ISG= 8.913.664,77 = **7,32**
1.218.041,73 + -

IET = Passivo Circulante + Exigível a longo prazo ≤ 0,60
Ativo total

IET= 1.218.041,73 - = **0,14**
8.913.664,77

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2024.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Digitalmente assinado por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304 DN:C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304 Razão:Eu sou o autor deste arquivo Localização: Data:2025-05-23 10:35:39

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Digitalmente assinado por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348 DN:C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348 Razão:Eu sou o autor deste arquivo Localização: Data:2025-05-23 10:34:48

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Daniel Leite & Advogados Associados é uma sociedade simples pura, com sede e foro na cidade de São Luís/MA, tendo como objeto social Construção de edifícios, com início de atividades em 24/05/2007.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

O saldo das aplicações financeiras da empresa finalizou com um valor total de R$ 7.957.717,96 (dois milhões e setecentos e quarenta e seis mil e setenta e quatro reais e setenta e três centavos).

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição que totaliza o valor de R$ 133.239,04 (cento e trinta e três mil e duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos).

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

Fls. 71
Proc. 142
Rub.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não conta com passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000,00 (quarenta mil) quotas de R$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Daniel de Faria Jerônimo Leite – 76%
Luís Eduardo Franco Bouéres – 16%
João da Silva Santiago Filho – 5%
Jardel Adriano Vilarinho da Silva – 3%

Fls. 72
Proc. 112
Rub.

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Não existem registros de propriedade para investimento.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Luís, 31 de dezembro de 2024

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304

Digitalmente assinado por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
DN:C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2025-05-23 10:35:59

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
Sócio Administrador – CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348

Digitalmente assinado por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
DN:C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2025-05-23 10:35:06

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#11385111 **Balanço patrimonial averbado/certificado - pags. 1-7**

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 23/05/2025, às 13:57. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 26/05/2025, às 17:54. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **1138-5111-6D.**

Fls. 73
Proc. 112
Rub.

CERTIDÃO

Fls. 96
Proc. 112
Rub.

Certifico, que o Balanço Patrimonial referente no exercício de **2024** da sociedade denominada **"DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS" CNPJ 09.181.344/0001-19** inscrita no Conselho Seccional sob número da **OAB 192** desde **24 de maio de 2007,** foi registrado e arquivado nesta Seccional, conforme **Protocolo nº10.0000.2025.007838-1 ID#11385111,** na forma do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), Regulamento Geral e Provimento **nº 112/2006.** Por ser expressão da verdade lavro a presente certidão, que vai assinada por **DANIEL BLUME, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.**

1138-5733-66
OAB ASSINADO

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#11385733 **Certidão de balanço patrimonial - pags. 1-1**

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 23/05/2025, às 14:26. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 26/05/2025, às 17:54. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **1138-5733-66.**

Fls. 75
Proc. 110
Rub.

Livro Diário Nro.: 000016

Fls. 76
Proc. 112
Rub.

Termo de Abertura

Contém o presente Livro Mercantil de 000086 (oitenta e seis) folhas numeradas Automaticamente por Processamento de Dados de 000001(um) a 000086 (oitenta e seis), que servirá de Livro Diário Nro. 000016 da empresa abaixo qualificada para Lançamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024:

Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Endereço: RUA DAS JUCARAS, 04, QUADRA 44

Bairro: RENASCENÇA

Cidade / UF: SAO LUIS / MA

Cep: 65075230

CNPJ/CEI: 09.181.344/0001-19

Inscr.Municipal: 62370009

Registro na OAB/MA: 192

Data Registro: 24/05/2007

SAO LUIS / MA, 01 de Janeiro de 2024

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE: 79958893304

Digitalmente assinado por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
DN:CN=BR, OU=CP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2025-05-23 17:54:47

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Sócio-Administrador - CPF: 799.588.933-04
OAB/MA: 5.991

NATHALIA DE SOUSA RAMOS: 01881769348

Digitalmente assinado por NATHALIA DE SOUSA RAMOS 01881769348
DN:CN=BR, OU=CP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Razão:Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data:2025-05-23 17:52:09

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

TERMO DE ABERTURA

Certifico que o presente Livro Diário nº 000016, referente ao exercício de 2024, composto por 086 (oitenta e seis) folhas eletrônicas numeradas sequencialmente de 000001 a 000086, da sociedade "DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS", devidamente strada nesta Seccional sob o nº 192, em conformidade com o disposto no art. 9º do Provimento nº 112/2006 do Estatuto da

1139-5211-9C
OAB ASSINADO

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.090,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.090,00	
		Total do Dia:	**1.090,00**	
				1.090,00
05 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		721,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,77
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		169,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	721,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,77	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	169,18	
		Total do Dia:	**20.248,72**	
				20.248,72
08 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		826,73
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	826,73	
		Total do Dia:	**826,73**	
				826,73
10 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		383,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.204,65
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	383,00	
		*** A Transportar:	383,00	2.560,60

Fls. 72
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		383,00	2.560,60
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.204,65	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	
		Total do Dia:	**2.560,60**	
				2.560,60

12 de janeiro de 2024

Fls. 78
Proc. 12
Rub.

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		264,14
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		150,08
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	264,14	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	150,08	
		Total do Dia:	**414,22**	
				414,22

15 de janeiro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		76,11
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	76,11	
		Total do Dia:	**2.091,29**	
				2.091,29

18 de janeiro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		3.000,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	3.000,00	
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**14.956,54**	
				14.956,54
19 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.775,71
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.775,71	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
		Total do Dia:	**6.149,04**	
				6.149,04
25 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.509,52
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		11.582,40
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.509,52	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	11.582,40	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		706,62
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	706,62	
		Total do Dia:	**14.798,54**	
				14.798,54
31 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	344.490,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	CSLL	3457		74.455,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRPJ 4°T 2023	3464		225.889,44
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <01/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		27,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA	825		112,96
		*** A Transportar:	344.490,00	306.661,36

Fls. 79
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		344.490,00	306.661,36
02-01]	BARROS <01/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <01/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		27,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	940		2.714,19
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	940		2.714,19
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <01/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <01/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <01/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	27,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-	IRRF <01/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	27,00	
	*** A Transportar:		345.682,24	331.947,20

Fls. 80
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		345.682,24	331.947,20
01]				
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	35	2.714,19	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	35	2.714,19	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <01/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <01/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		344.490,00
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL	35	74.455,00	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ 4°T 2023	35	225.889,44	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		292.357,47
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	1.045.169,53	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	292.357,47	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		1.045.169,53
		Total do Dia:	**2.013.964,20**	
				2.013.964,20

Fls. 81
Proc. 117
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.090,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.090,00	
		Total do Dia:	**1.090,00**	
				1.090,00
05 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		721,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		742,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		704,46
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	721,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	742,69	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	704,46	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**19.838,94**	
				19.838,94
07 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.158,24
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.158,24	
		Total do Dia:	**1.158,24**	
				1.158,24
09 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		249,65
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	249,65	

Fls. 82
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**249,65**	
				249,65
10 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.204,14
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.204,14	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	
		Total do Dia:	**2.577,78**	
				2.577,78
15 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		72,53
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	72,53	
		Total do Dia:	**2.087,71**	
				2.087,71
18 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	**11.956,54**	
				11.956,54
19 de fevereiro de 2024				

*** A Transportar:	11.956,54	11.956,54

Fls. 83
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		11.956,54	11.956,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**373,33**	
				373,33

Fls. 811
Proc.
Rub.

20 de fevereiro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.881,83
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.881,83	
		Total do Dia:	**5.881,83**	
				5.881,83

21 de fevereiro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	**579,00**	
				579,00

23 de fevereiro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		10.334,70
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.239,19
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.239,19	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	10.334,70	
		Total do Dia:	**12.573,89**	
				12.573,89

25 de fevereiro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		706,62
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	706,62	
		Total do Dia:	**706,62**	
				706,62

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
29 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	715.494,34	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <02/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <02/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <02/2024>	985		1.256,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <02/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	825		159,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO	35	112,96	
	*** A Transportar:		715.960,26	31.602,76

Fls. 85
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		715.960,26	31.602,76
06]	SILVA <02/2024>			
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	35	159,68	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <02/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <02/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	35	1.996,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <02/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <02/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		715.494,34
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		523.320,97
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	485.215,70	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	523.320,97	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-	RESGATE	35		485.215,70
	*** A Transportar:		1.755.633,77	1.755.633,77

Fls. 86
Proc. 117
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:06:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.755.633,77	1.755.633,77

03-01]

Total do Dia: **1.755.633,77**

1.755.633,77

Fls. 87
Proc. 12
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.090,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.090,00	
		Total do Dia:	**1.090,00**	
				1.090,00
05 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		721,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		736,17
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		704,46
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	721,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	736,17	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	704,46	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**20.967,22**	
				20.967,22
10 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.195,43
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.195,43	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	

Fls. 88
Proc. 110
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**2.569,07**	
				2.569,07

Fls. 89
Proc. 112
Rub.

11 de março de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		247,55
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		586,96
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	247,55	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	586,96	
		Total do Dia:	**834,51**	
				834,51

12 de março de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	**550,46**	
				550,46

15 de março de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		384,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	384,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	
		Total do Dia:	**2.472,76**	
				2.472,76

18 de março de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-	Água	35	348,84	

*** A Transportar:	11.956,54	11.956,54

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico		C/P	Débito	Crédito
		*** Transporte		11.956,54	11.956,54
04]					
			Total do Dia:	**11.956,54**	
					11.956,54

Fls. 90
Proc. 117
Rub.

19 de março de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**373,33**	
				373,33

20 de março de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
		Total do Dia:	**5.854,23**	
				5.854,23

25 de março de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		4.650,71
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		21.464,83
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	4.650,71	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	21.464,83	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
		Total do Dia:	**26.835,98**	
				26.835,98

31 de março de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	1.574.288,56	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	825		240,00
		*** A Transportar:	1.574.288,56	1.764,96

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.574.288,56	1.764,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <03/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <03/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <03/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <03/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	35	240,00	
	*** A Transportar:		1.575.313,84	31.602,76

Fls. 91
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.575.313,84	31.602,76
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <03/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <03/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <03/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <03/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocaticios	35		1.574.288,56
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		2.280.390,38
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	1.897.215,37	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	2.280.390,38	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		1.897.215,37
(1335) Lucros/Superávits Apurados [2-3-03-01-01]	Saldos	2800		2.138.215,15
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Saldos	2800	2.634.272,90	
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	Saldos	2800		9.399,42
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	Saldos	2800		43.381,93
	*** A Transportar:		8.417.769,97	7.974.493,57

Fls. 97
Proc. 117
Rub.

1139-5211-9C
OAB ASSINADO

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		8.417.769,97	7.974.493,57
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	Saldos	2800		74.455,00
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	Saldos	2800		225.889,44
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Saldos	2800		550,46
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Saldos	2800		17.511,77
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Saldos	2800		3.963,00
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Saldos	2800		33.776,58
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Saldos	2800		20.333,20
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Saldos	2800		5.897,01
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Saldos	2800		54.795,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Saldos	2800		6.104,40
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3457	74.455,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1470	9.399,42	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1475	43.381,93	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1500	550,46	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1960	17.511,77	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2090	20.333,20	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2110	54.795,54	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2095	5.897,01	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3380		2.634.272,90
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2000	3.963,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2180	6.104,40	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3464	225.889,44	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3394	33.776,58	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1335	2.138.215,15	
		Total do Dia:	**11.052.042,87**	
				11.052.042,87

Fls. 93
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.090,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.090,00	
		Total do Dia:	**1.090,00**	
				1.090,00
04 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		710,30
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	710,30	
		Total do Dia:	**710,30**	
				710,30
05 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		721,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	721,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**19.526,59**	
				19.526,59
10 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.206,26
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.206,26	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	

Fls. 84
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:58

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**2.579,90**	
				2.579,90
11 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		237,55
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		1.850,95
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	237,55	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	1.850,95	
		Total do Dia:	**2.088,50**	
				2.088,50
12 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	**550,46**	
				550,46
15 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,27
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,27	
		Total do Dia:	**2.807,03**	
				2.807,03
16 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	**579,00**	
				579,00
18 de abril de 2024				
		*** A Transportar:	579,00	579,00

Fls. 117
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		579,00	579,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	**11.956,54**	
				11.956,54

Fls. 96
Proc. 112
Rub.

19 de abril de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**6.227,56**	
				6.227,56

25 de abril de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		47.228,66
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		10.232,88
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	10.232,88	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	47.228,66	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
		Total do Dia:	**58.181,98**	
				58.181,98

30 de abril de 2024

*** A Transportar:		58.181,98	58.181,98

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		58.181,98	58.181,98
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	1.025.106,22	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRPJ 1ºT 2025	3464		204.741,83
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	CSLL 1ºT 2025	3457		75.867,06
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <04/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <04/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <04/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <04/2024>	985		1.256,68
	*** A Transportar:		1.083.288,20	370.393,63

Fls. 97
Proc. 116
Rubr.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.083.288,20	370.393,63
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <04/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <04/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <04/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <04/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		1.025.106,22
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL 1°T 2025	35	75.867,06	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ 1°T 2025	35	204.741,83	
	*** A Transportar:		1.395.499,85	1.395.499,85

Fls. 98
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.395.499,85	1.395.499,85
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		1.423.785,15
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	967.835,18	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	1.423.785,15	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		967.835,18
		Total do Dia:	**3.728.938,20**	
				3.728.938,20

Fls. 99
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
		Total do Dia:	**1.193,97**	
				1.193,97
05 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,27
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,27	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**20.668,10**	
				20.668,10
06 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		731,52
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	731,52	
		Total do Dia:	**731,52**	
				731,52
10 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.233,17
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,65
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
		*** A Transportar:	400,69	2.606,51

Fls. 100
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		400,69	2.606,51
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.233,17	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,65	
		Total do Dia:	**2.606,51**	
				2.606,51

Fls. 104
Proc.
Rub.

13 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		261,53
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		157,39
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	261,53	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	157,39	
		Total do Dia:	**969,38**	
				969,38

15 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		75,50
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	75,50	
		Total do Dia:	**2.090,68**	
				2.090,68

18 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**11.956,54**	
				11.956,54
19 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**373,33**	
				373,33
20 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
		Total do Dia:	**5.854,23**	
				5.854,23
24 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		30.753,19
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		6.663,19
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	6.663,19	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	30.753,19	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		386,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	386,00	
		Total do Dia:	**37.802,38**	
				37.802,38
25 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		760,43
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	760,43	
		Total do Dia:	**760,43**	
				760,43
28 de maio de 2024				
		*** A Transportar:	760,43	760,43

Fls. 102
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		760,43	760,43
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		193,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	193,00	
		Total do Dia:	**193,00**	**193,00**

Fls. 113
Proc.
Rub.

31 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	1.286.841,78	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <05/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <05/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	940		1.430,18
	*** A Transportar:		1.286.841,78	25.838,09

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.286.841,78	25.838,09
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <05/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <05/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <05/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <05/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <05/2024>	35	1.780,00	
	*** A Transportar:		1.317.187,86	31.602,76

Fls. 104
Proc. 11
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:58

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.317.187,86	31.602,76
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <05/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		1.286.841,78
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		3.012.462,02
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	926.895,84	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	3.012.462,02	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		926.895,84
		Total do Dia:	**5.257.802,40**	
				5.257.802,40

Fls. 105
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
		Total do Dia:	**1.193,97**	
				1.193,97
05 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		997,65
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,27
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	997,65	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,27	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**22.810,75**	
				22.810,75
10 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.219,67
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,65
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.219,67	
		*** A Transportar:	1.620,36	2.593,01

Fls. 106
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.620,36	2.593,01
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,65	
		Total do Dia:	**2.593,01**	
				2.593,01

Fls. 107
Proc. 11
Rub.

11 de junho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		272,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		163,75
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	272,80	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	163,75	
		Total do Dia:	**436,55**	
				436,55

12 de junho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	**550,46**	
				550,46

15 de junho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	
		Total do Dia:	**2.088,76**	
				2.088,76

18 de junho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		13.618,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		248,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	13.618,68	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	248,84	

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**13.867,52**	
				13.867,52
19 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**373,33**	
				373,33
20 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	**6.203,07**	
				6.203,07
21 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	**579,00**	
				579,00
25 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
		Total do Dia:	**720,44**	
				720,44
26 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		38.732,64
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		8.392,07
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	8.392,07	
		*** A Transportar:	8.392,07	47.124,71

Fls. 108
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		8.392,07	47.124,71
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	38.732,64	
		Total do Dia:	**47.124,71**	
				47.124,71

30 de junho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	370.640,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <06/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <06/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	940		2.727,99
	*** A Transportar:		370.640,00	28.566,08

Fls. 109
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		370.640,00	28.566,08
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <06/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <06/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <06/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <06/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <06/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <06/2024>	35	1.256,68	
	*** A Transportar:		402.242,76	31.602,76

Fls. 118
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:18:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		402.242,76	31.602,76
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		370.640,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		5.328.417,75
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	5.328.417,75	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	2.205.054,47	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		2.205.054,47
(1335) Lucros/Superávits Apurados [2-3-03-01-01]	Saldos	2800		2.111.939,61
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Saldos	2800	2.682.588,00	
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	Saldos	2800		25.288,14
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	Saldos	2800		116.714,49
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	Saldos	2800		75.867,06
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	Saldos	2800		204.741,83
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Saldos	2800		1.651,38
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Saldos	2800		17.562,69
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Saldos	2800		1.737,00
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Saldos	2800		36.136,40
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Saldos	2800		22.581,15
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Saldos	2800		7.376,48
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Saldos	2800		54.795,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Saldos	2800		6.196,23
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3457	75.867,06	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1470	25.288,14	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1475	116.714,49	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1500	1.651,38	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1960	17.562,69	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2090	22.581,15	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2110	54.795,54	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2095	7.376,48	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3380		2.682.588,00
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2000	1.737,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-	Saldos	2180	6.196,23	
	*** A Transportar:		10.948.073,14	13.300.890,98

Fls.
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		10.948.073,14	13.300.890,98
01-01-01]				
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3464	204.741,83	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3394	36.136,40	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1335	2.111.939,61	
		Total do Dia:	**13.300.890,98**	
				13.300.890,98

Fls. 412
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
		Total do Dia:	**1.193,97**	
				1.193,97
04 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		784,78
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	784,78	
		Total do Dia:	**784,78**	
				784,78
05 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.638,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,27
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.638,28	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,27	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**22.316,58**	
				22.316,58
10 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		450,69

Fls. 113
Proc.
Rub.

*** A Transportar: 3.691,44

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte			3.691,44
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.222,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		269,02
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		150,02
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	450,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.222,51	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	269,02	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	150,02	
		Total do Dia:	**6.305,94**	
				6.305,94

Fls. 114
Proc.
Rub.

12 de julho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	**550,46**	
				550,46

13 de julho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	**579,00**	
				579,00

15 de julho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**2.088,76**	
				2.088,76

18 de julho de 2024

Fls. 115
Proc. 112
Rub.

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		13.618,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		248,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	13.618,68	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	248,84	
		Total do Dia:	**14.216,36**	
				14.216,36

19 de julho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	**6.227,56**	
				6.227,56

25 de julho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.409,16
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		11.119,20
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.409,16	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	11.119,20	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
		Total do Dia:	**14.248,80**	
				14.248,80

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
31 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	412.930,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	CSLL 2°T 2024	3457		77.258,53
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRPJ 2°T 2024	3464		208.607,04
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <07/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <07/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <07/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <07/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO	35	112,96	
	*** A Transportar:		413.042,96	317.468,33

Fls. 116
Proc. 117
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:06:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		413.042,96	317.468,33
06]	SILVA <07/2024>			
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <07/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <07/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <07/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <07/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		412.930,00
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL 2°T 2024	35	77.258,53	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ 2°T 2024	35	208.607,04	
	*** A Transportar:		730.398,33	730.398,33

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		730.398,33	730.398,33
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		6.920.876,93
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	1.907.016,58	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	6.920.876,93	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		1.907.016,58
		Total do Dia:	**9.558.291,84**	
				9.558.291,84

Fls. 118
Proc. 119
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
		Total do Dia:	**1.193,97**	
				1.193,97
05 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.638,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		571,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		724,59
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.638,28	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	571,80	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	724,59	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
		Total do Dia:	**23.808,16**	
				23.808,16
09 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		147,25
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	147,25	

Fls. 118
Proc. 117
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**147,25**	
				147,25

Fls. 120
Proc. 112
Rub.

10 de agosto de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		450,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.206,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	450,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.206,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	
		Total do Dia:	**5.871,15**	
				5.871,15

12 de agosto de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	**550,46**	
				550,46

13 de agosto de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	**579,00**	
				579,00

15 de agosto de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**2.088,76**	
				2.088,76

Fls. 121
Proc. 112
Rub.

18 de agosto de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.175,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		281,13
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.175,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	281,13	
		Total do Dia:	**15.154,44**	
				15.154,44

19 de agosto de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
		Total do Dia:	**376,62**	
				376,62

20 de agosto de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
		Total do Dia:	**5.854,23**	
				5.854,23

23 de agosto de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		12.387,90
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.684,05
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.684,05	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	12.387,90	

1139-5211-9C
ASSINADO

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**15.071,95**	
				15.071,95
25 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
		Total do Dia:	**720,44**	
				720,44
31 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	329.140,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <08/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <08/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS	940		2.727,99

*** A Transportar:	329.140,00	24.407,91

Fls. 127
Proc. 12
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		329.140,00	24.407,91
02-01]	AMARAL <08/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <08/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <08/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <08/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <08/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA	35	2.727,99	
	*** A Transportar:		357.706,08	31.602,76

Fls. 123
Proc. 12
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		357.706,08	31.602,76
01]	FONSECA <08/2024>			
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <08/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <08/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		329.140,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		787.011,37
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	6.691.855,83	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	787.011,37	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		6.691.855,83
		Total do Dia:	**7.839.609,96**	
				7.839.609,96

Fls. 124
Proc. 173
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
		Total do Dia:	**1.193,97**	
				1.193,97
05 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.638,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		654,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		724,59
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.638,28	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	654,82	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	724,59	
		Total do Dia:	**23.891,18**	
				23.891,18
10 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		450,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.209,02
		*** A Transportar:		4.900,46

Fls. 125
Proc. 12
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte			4.900,46
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		981,06
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	450,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.209,02	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	981,06	
		Total do Dia:	**5.881,52**	
				5.881,52

Fls. 126
Proc.
Rub.

11 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		157,36
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	157,36	
		Total do Dia:	**157,36**	
				157,36

12 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <09/2024>	940		2.111,99
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <09/2024>	35	2.111,99	
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		296,20
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	296,20	
		Total do Dia:	**2.958,65**	
				2.958,65

14 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	**579,00**	
				579,00

15 de setembro de 2024

*** A Transportar:		579,00	579,00

1139-5211-9C
OAB ASSINADO

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		579,00	579,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		75,05
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	75,05	
		Total do Dia:	**2.090,23**	
				2.090,23

Fls. 127
Proc. 112
Rub.

18 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.175,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.175,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	**14.873,31**	
				14.873,31

19 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
		Total do Dia:	**585,96**	
				585,96

20 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	

1139-5211-9C
ASSINADO

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**5.854,23**	
				5.854,23
25 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
		Total do Dia:	**720,44**	
				720,44
30 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	251.240,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		10.037,12
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.174,71
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <09/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <09/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS	940		2.727,99

*** A Transportar:	251.240,00	35.094,78

Fls. 128
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		251.240,00	35.094,78
02-01]	AMARAL <09/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <09/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <09/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	35	240,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <09/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <09/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <09/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <09/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		251.240,00
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.174,71	
	*** A Transportar:		282.062,33	292.099,45

Fls. 113
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:58

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		282.062,33	292.099,45
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	10.037,12	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		960.273,65
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	785.933,29	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	960.273,65	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		785.933,29
(1335) Lucros/Superávits Apurados [2-3-03-01-01]	Saldos	2800		498.630,10
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Saldos	2800	993.310,00	
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	Saldos	2800		7.267,92
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	Saldos	2800		33.544,22
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	Saldos	2800		77.258,53
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	Saldos	2800		208.607,04
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Saldos	2800		1.651,38
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Saldos	2800		17.562,69
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Saldos	2800		1.737,00
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Saldos	2800		41.969,94
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Saldos	2800		36.768,95
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Saldos	2800		5.305,42
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Saldos	2800		56.619,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Saldos	2800		6.387,27
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3457	77.258,53	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1470	7.267,92	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1475	33.544,22	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1500	1.651,38	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1960	17.562,69	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2090	36.768,95	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2110	56.619,54	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2095	5.305,42	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3380		993.310,00
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2000	1.737,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2180	6.387,27	
	*** A Transportar:		3.275.719,31	4.024.926,39

Fls. 130
Proc. 11
Rub.

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		3.275.719,31	4.024.926,39
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3464	208.607,04	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3394	41.969,94	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1335	498.630,10	
		Total do Dia:	**4.024.926,39**	
				4.024.926,39

Fls. 131
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
		Total do Dia:	**1.193,97**	
				1.193,97
04 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		673,68
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	673,68	
		Total do Dia:	**673,68**	
				673,68
05 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.638,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		724,59
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.638,28	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	724,59	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
		Total do Dia:	**23.236,36**	
				23.236,36

Fls. 138
Proc. 117
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
10 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.197,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.046,23
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.197,80	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.046,23	
		Total do Dia:	**5.885,47**	
				5.885,47
11 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		275,58
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		151,63
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	275,58	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	151,63	
		Total do Dia:	**427,21**	
				427,21
12 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	**579,00**	
				579,00
14 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	**550,46**	
				550,46
15 de outubro de 2024				
		*** A Transportar:	550,46	550,46

Fls. 133
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		550,46	550,46
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		74,80
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	74,80	
		Total do Dia:	**2.089,98**	
				2.089,98

Fls. 134
Proc. 110
Rub.

18 de outubro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.175,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,51
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,51	
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.175,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	**20.727,82**	
				20.727,82

19 de outubro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
		Total do Dia:	**376,62**	
				376,62

25 de outubro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		734,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	734,54	

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**734,54**	
				734,54

30 de outubro de 2024

Fls. 135
Proc. 112
Rub.

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		1.649,22
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		7.537,20
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	1.649,22	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	7.537,20	
		Total do Dia:	**9.186,42**	
				9.186,42

31 de outubro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	446.450,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	CSLL 3°T 2024	3457		28.607,33
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRPJ 3°T 2024	3464		73.464,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <10/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <10/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES	940		1.837,54

*** A Transportar: 446.450,00 122.227,09

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		446.450,00	122.227,09
02-01]	LOBATO <10/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <10/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <10/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	35	240,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <10/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <10/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <10/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <10/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços	Prestação de Serviços Advocatícios	35		446.450,00
	*** A Transportar:		475.097,62	577.169,75

Fls. 136
Proc.
Rub.

1139-5211-9C
OAB ASSINADO

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		475.097,62	577.169,75
Advocatícios [3-1-02-01-02]				
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL 3°T 2024	35	28.607,33	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ 3°T 2024	35	73.464,80	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		638.553,87
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	419.983,13	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	638.553,87	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		419.983,13
		Total do Dia:	**1.635.706,75**	
				1.635.706,75

Fls. 137
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
		Total do Dia:	**1.193,97**	
				1.193,97
05 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.463,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		741,97
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.463,69	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	741,97	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
		Total do Dia:	**22.167,15**	
				22.167,15
10 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
		Total do Dia:	**3.641,44**	
				3.641,44

Fls. 138
Proc. 112
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
11 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		299,79
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		163,33
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	299,79	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	163,33	
		Total do Dia:	**463,12**	
				463,12
12 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	**550,46**	
				550,46
13 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.237,22
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.049,41
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.237,22	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.049,41	
		Total do Dia:	**2.286,63**	
				2.286,63
15 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		75,30
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	75,30	
		Total do Dia:	**3.002,48**	
				3.002,48
18 de novembro de 2024				

*** A Transportar:	3.002,48	3.002,48

Fls. 139
Proc. 110
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		3.002,48	3.002,48
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.173,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.173,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	**14.871,31**	
				14.871,31

Fls. 140
Proc. 112
Rub.

19 de novembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.501,06
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.501,06	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
		Total do Dia:	**5.877,68**	
				5.877,68

20 de novembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	**579,00**	
				579,00

25 de novembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		734,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	734,54	
		Total do Dia:	**734,54**	
				734,54

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
30 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	248.540,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA	1010		706,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	1010		1.500,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <11/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS	1010		706,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> MARCIO DA SILVA CABRAL	1010		998,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO	1010		998,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	1010		1.500,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <11/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	940		2.012,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	940		2.012,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	940		2.835,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	940		2.835,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	940		4.227,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	940		4.227,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <11/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE	985		1.256,68

Fls. 141
Proc. 117
Rub.

*** A Transportar:	248.540,00	41.463,62

1139-5211-9C
OAB ASSINADO

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		248.540,00	41.463,62
02-01]	<11/2024>			
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	35	240,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <11/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <11/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	35	2.012,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	35	2.012,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	35	2.835,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	35	2.835,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	35	4.227,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	35	4.227,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <11/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <11/2024>	35	1.256,68	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA	35	706,00	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	1.500,00	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS	35	706,00	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> MARCIO DA SILVA CABRAL	35	998,00	
(1010) Décimo Terceiro Salário a	Pagamento de <11/2024> DANDARA FLAVIA ALVES	35	998,00	
	*** A Transportar:		288.503,62	41.463,62

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		288.503,62	41.463,62
Pagar [2-1-06-06-01]	LOBATO			
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	1.500,00	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		248.540,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		490.426,01
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	594.602,71	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	490.426,01	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		594.602,71
		Total do Dia:	**1.375.032,34**	
				1.375.032,34

Fls. 143
Proc. 118
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
		Total do Dia:	**1.193,97**	
				1.193,97
05 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.213,90
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		724,59
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.213,90	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	724,59	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
		Total do Dia:	**22.811,98**	
				22.811,98
10 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.205,45
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.014,31
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
		*** A Transportar:	3.240,75	5.861,20

Fls. 144
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		3.240,75	5.861,20
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.205,45	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.014,31	
		Total do Dia:	**5.861,20**	
				5.861,20

11 de dezembro de 2024

Fls. 145
Proc. 11
Rub.

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		270,49
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		146,52
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	270,49	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	146,52	
		Total do Dia:	**417,01**	
				417,01

15 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		76,22
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	76,22	
		Total do Dia:	**2.091,40**	
				2.091,40

16 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		14.455,59
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		3.132,04
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		563,23
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	3.132,04	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	14.455,59	
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	563,23	
		Total do Dia:	**18.150,86**	
				18.150,86

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
18 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.175,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.175,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	**15.452,31**	
				15.452,31
19 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
		Total do Dia:	**376,62**	
				376,62
20 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	940		600,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	940		600,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	940		839,54

*** A Transportar: 3.091,42

Fls. 146
Proc. 110
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte			3.091,42
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	940		839,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	940		1.227,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	940		1.227,99
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	240,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	600,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	600,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	35	839,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	839,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	1.227,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	1.227,99	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.501,06
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.501,06	
		Total do Dia:	**11.888,00**	
				11.888,00

24 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		1.615,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	1.615,51	
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	

Fls. 147
Proc. 142
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	**2.165,97**	
				2.165,97

Fls. 148
Proc. 112
Rub.

25 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		735,85
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	735,85	
		Total do Dia:	**735,85**	
				735,85

30 de dezembro de 2024

(145) Décimo Terceiro Salário [1-1-05-02-03]	Décimo terceiro Salário	1010	4.562,36	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Décimo terceiro Salário	145		4.562,36
		Total do Dia:	**4.562,36**	
				4.562,36

31 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	878.150,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <12/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <12/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA	940		1.306,10

*** A Transportar:	878.150,00	16.479,88

1139-5211-9C
ASSINADO

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		878.150,00	16.479,88
02-01]	BARROS <12/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <12/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <12/2024>	985		1.256,68
(800) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ [2-1-05-01-01]	IRPJ	3464		119.851,20
(805) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido -CSSL [2-1-05-01-02]	CSLL	3457		45.306,43
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	240,00	
(830) COFINS e PIS / PASEP [2-1-05-01-07]	COFINS	1475		5.707,98
(830) COFINS e PIS / PASEP [2-1-05-01-07]	PIS	1470		26.344,50
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <12/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <12/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL	35	1.837,54	
	*** A Transportar:		896.467,42	225.857,73

Fls. 149
Proc. 112
Rub.

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		896.467,42	225.857,73
01]	<12/2024>			
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <12/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <12/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		878.150,00
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	830	26.344,50	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	830	5.707,98	
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL	805	45.306,43	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ	800	119.851,20	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		1.068.156,85
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	587.611,56	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	1.068.156,85	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		587.611,56
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Honorários a Pagar	1840		35.261,25
(1840) Honorários de Diretoria [4-3-01-01-01]	Honorários a Pagar	985	35.261,25	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	855	512,30	
(95) Duplicatas a receber [1-1-04-01-01]	Fornecedores de Serviços	780	154.265,36	
(480) Equipamentos de Processamento - Hardware [1-2-03-04-01]	Material de Informática	2904	5.623,36	
(490) Móveis e Utensílios [1-2-03-05-01]	Bens Móveis	2225	25.632,35	
(780) Fornecedores de Serviços [2-1-03-01-02]	Fornecedores de Serviços	95		154.265,36
(855) Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte [2-1-05-02-03]	Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	35		512,30
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Salários e Ordenados	1885		201.362,36
(1885) Salários e Ordenados [4-3-01-02-01]	Salários e Ordenados	940	201.362,36	
(2904) Material de Informática [4-3-03-02-06]	Material de Informática	480		5.623,36
(2225) Bens Móveis [4-3-03-06-03]	Bens Móveis	490		25.632,35
(1335) Lucros/Superávits Apurados [2-3-03-01-01]	Saldos	2800		872.702,32
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Saldos	2800	1.573.140,00	
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	Saldos	2800		32.741,27
	*** A Transportar:		4.755.573,12	4.087.876,71

Fls. 150
Proc.
Rub.

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		*** Transporte	4.755.573,12	4.087.876,71
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	Saldos	2800		27.700,77
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	Saldos	2800		73.913,76
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	Saldos	2800		193.316,00
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Saldos	2800		2.214,61
(1840) Honorários de Diretoria [4-3-01-01-01]	Saldos	2800		35.261,25
(1885) Salários e Ordenados [4-3-01-02-01]	Saldos	2800		201.362,36
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Saldos	2800		16.856,63
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Saldos	2800		1.737,00
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Saldos	2800		42.524,89
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Saldos	2800		36.205,15
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Saldos	2800		4.074,06
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Saldos	2800		57.531,54
(2904) Material de Informática [4-3-03-02-06]	Saldos	2800	5.623,36	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Saldos	2800		6.254,10
(2225) Bens Móveis [4-3-03-06-03]	Saldos	2800	25.632,35	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3457	73.913,76	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1470	32.741,27	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1475	27.700,77	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1500	2.214,61	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1840	35.261,25	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1885	201.362,36	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1960	16.856,63	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2090	36.205,15	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2225		25.632,35
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2110	57.531,54	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2095	4.074,06	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3380		1.573.140,00
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2000	1.737,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2180	6.254,10	
(2800) Resultado do exercício [5-1-	Saldos	3464	193.316,00	
		*** A Transportar:	5.475.997,33	6.385.601,18

Fls. 151
Proc. 11
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		5.475.997,33	6.385.601,18
01-01-01]				
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3394	42.524,89	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2904		5.623,36
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1335	872.702,32	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Dividendos Antecipados	1345		3.600.000,00
(1345) Dividendos Antecipados [2-3-03-01-03]	Dividendos Antecipados	35	3.600.000,00	
		Total do Dia:	**9.991.224,54**	
				9.991.224,54

Fls. 152
Proc. 117
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Banco conta movimento (30)	1-1-01-02	341.017,02D
Aplicações (50)	1-1-01-03	7.957.717,96D
=Disponível		****8.298.734,98D**
Clientes (85)		
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica (90)	1-1-04-01	468.355,03D
=Clientes		******468.355,03D**
Adiantamento (115)		
Adiantamentos a Funcionários (130)	1-1-05-02	13.335,72D
=Adiantamento		*******13.335,72D**
=T o t a l - Circulante		****8.780.425,73D**
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Informática (475)	1-2-03-04	37.836,83D
Móveis e utensílios (485)	1-2-03-05	95.402,21D
=Imobilizado		******133.239,04D**
=T o t a l - Ativo Não Circulante		******133.239,04D**
=T o t a l - Ativo		****8.913.664,77D**

Fls. 153
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Fornecedores (765)		
Pessoa Física e Pessoa Jurídica (770)	2-1-03-01	319.627,71C
=Fornecedores		****319.627,71C
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)	2-1-05-01	760.041,73C
Retenções de Imposto e Contribuições (840)	2-1-05-02	195,50C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (885)	2-1-05-03	15.946,19C
=Tributos e Contribuições		****776.183,42C
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)	2-1-06-01	19.618,50C
Honorários (980)	2-1-06-04	11.738,41C
Décimo Terceiro Salário (1005)	2-1-06-06	776,00C
=Obrigações com Pessoal		*****32.132,91C
Credores (1055)		
Credores diversos (1060)	2-1-08-01	82.197,70C
=Credores		*****82.197,70C
Provisões (1095)		
Provisões (1100)	2-1-10-01	7.899,63C
=Provisões		******7.899,63C
=T o t a l - Circulante		**1.218.041,37C
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Capital Social (3408)	2-3-02-07	40.000,00C
=Reservas		*****40.000,00C
Resultado do Execício Acumulado (1325)		
Resultado do Exercicio (1330)	2-3-03-01	7.655.623,40C
=Resultado do Execício Acumulado		**7.655.623,40C
=T o t a l - Patrimônio líquido		**7.695.623,40C
=T o t a l - Passivo		**8.913.664,77C

Fls. 154
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita sobre Serviços			
Receita de serviços	3-1-02-01	1430	7.883.310,90C
=Receita sobre Serviços			****7.883.310,90C**
=T o t a l - Receita Bruta Vendas e Serviços			****7.883.310,90C**
Dedução de receita			
Dedução de receita sobre vendas			
Dedução da Receita	3-2-01-01	1450	1.430.086,82D
=Dedução de receita sobre vendas			****1.430.086,82D**
Dedução de receita sobre serviços			
Dedução da Receita	3-2-02-01	1485	6.067,83D
=Dedução de receita sobre serviços			********6.067,83D**
=T o t a l - Dedução de receita			****1.436.154,65D**
=T o t a l - Receita			****6.447.156,25C**
Despesas			
Despesas			
Despesas com Pessoal			
Despesas com Gestores/Diretoria	4-3-01-01	1835	35.261,25D
Despesas com Empregados	4-3-01-02	1880	201.362,36D
Despesas com Encargos Sociais	4-3-01-04	1955	69.493,78D
Despesas com Transporte de Empregados	4-3-01-07	1995	9.174,00D
Outras Despesas com Pessoal	4-3-01-08	2010	154.407,81D
=Despesas com Pessoal			******469.699,20D**
Despesas com Localização e Funcionamento			
Despesas com Localização e Manutenção	4-3-03-01	2075	362.283,58D
Despesas com Expediente	4-3-03-02	2115	5.623,36C
Despesas com Comunicação	4-3-03-04	2170	24.942,00D
Despesas com Seguros	4-3-03-06	2210	25.632,35C
=Despesas com Localização e Funcionamento			******355.969,87D**
=T o t a l - Despesas			******825.669,07D**
=T o t a l - Despesas			******825.669,07D**

Fls. 155
Proc.
Rub.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 6.447.156,25C

1139-5211-9C
ASSINADO

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
DESPESAS + CUSTO---------->			825.669,07D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:			***5.621.487,18

Fls. 156
Proc.
Rub.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

ÍNDICES CONTÁBEIS - 2024
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua das Juçaras, 04, Quadra 44 - Renascença, São Luís (MA), CEP: 65075-230
CNPJ: 9.181.344/0001-19 I.M.: 62370009

Fls. 82
Proc.
Rub.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ILG = Ativo Circulante + A. Realizável a Longo Prazo ≥ 1
Passivo Circulante + P. Exigível a Longo Prazo

ILG = 8.780.425,73 + 0 / 1.218.041,73 + 0,00 = **7,21**

ILC = Ativo Circulante ≥ 1
Passivo Circulante

ILC = 8.780.425,73 / 1.218.041,73 = **7,21**

ISG = Ativo Total ≥ 1
Passivo Circulante + Exigivel a longo prazo

ISG= 8.913.664,77 / 1.218.041,73 + - = **7,32**

IET = Passivo Circulante + Exigível a longo prazo ≤ 0,60
Ativo total

IET= 1.218.041,73 - / 8.913.664,77 = **0,14**

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2024.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS: 01881769348

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

1139-5211-9C

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Daniel Leite & Advogados Associados é uma sociedade simples pura, com sede e foro na cidade de São Luís/MA, tendo como objeto social Construção de edifícios, com início de atividades em 24/05/2007.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

O saldo das aplicações financeiras da empresa finalizou com um valor total de R$ 7.957.717,96 (dois milhões e setecentos e quarenta e seis mil e setenta e quatro reais e setenta e três centavos).

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição que totaliza o valor de R$ 133.239,04 (cento e trinta e três mil e duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos).

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

Fls. 158
Proc.
Rub.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não conta com passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000,00 (quarenta mil) quotas de R$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Daniel de Faria Jerônimo Leite – 76%
Luís Eduardo Franco Bouéres – 16%
João da Silva Santiago Filho – 5%
Jardel Adriano Vilarinho da Silva – 3%

Fls. 159
Proc.
Rub.

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Não existem registros de propriedade para investimento.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Luís, 31 de dezembro de 2024

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE: 79958893304

Digitalmente assinado por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Razão: Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data: 2025-05-23 17:55:42

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
Sócio Administrador – CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS: 01881769348

Digitalmente assinado por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Razão: Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data: 2025-05-23 17:50:41

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Fls. 160
Proc. 112
Rub.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : NATHALIA DE SOUSA RAMOS
REGISTRO..... : MA-012218/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.817.693-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 23/05/2025 as 17:18:42.
Válido até: 21/08/2025.
Código de Controle: 761393.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

ELIANE RODRIGUES MACEDO - 27/05/2025 09:08:59

Fls. 161
Proc.
Rub.

Folha: 000086

Livro Diário Nro.: 000016

Termo de Encerramento

Contém o presente Livro Mercantil de 000086 (oitenta e seis) folhas numeradas Automaticamente por Processamento de Dados de 000001(um) a 000086 (oitenta e seis), que servirá de Livro Diário Nro. 000016 da empresa abaixo qualificada para Lançamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024:

Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Endereço: RUA DAS JUCARAS, 04, QUADRA 44

Bairro: RENASCENÇA

Cidade / UF: SAO LUIS / MA

Cep: 65075230

CNPJ/CEI: 09.181.344/0001-19

Inscr.Municipal: 62370009

Registro na OAB/MA: 192

Data Registro: 24/05/2007

SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2024

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE: 79958893304

Digitalmente assinado por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=EM BRANCO, OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Razão: Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data: 2025-05-23 17:58:06

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Sócio-Administrador - CPF: 799.588.933-04
OAB/MA: 5.991

NATHALIA DE SOUSA RAMOS: 01881769348

Digitalmente assinado por NATHALIA DE SOUSA RAMOS 01881769348
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=EM BRANCO, OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Razão: Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data: 2025-05-23 17:50:23

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

TERMO DE AENCERRAMENTO

Certifico que o presente Livro Diário nº 000016, referente ao exercício de 2024, composto por 086 (oitenta e seis) folhas eletrônicas numeradas sequencialmente de 000001 a 000086, da sociedade "DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS", devidamente [illegible] strada nesta Seccional sob o nº 192, em conformidade com o disposto no art. 9º do Provimento nº 112/2006 do Estatuto da [illegible] entro ao em vigor desde 25 de maio de 2007.

1139-5211-9C

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#11395211 **Livros contábeis - pags. 1-86**

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 26/05/2025, às 10:06. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 26/05/2025, às 17:54. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **1139-5211-9C.**

Fls. 162
Proc. 112
Rub.

Fls. 163
Proc. 112
Rub.

CERTIDÃO

Certifico que consta do **Livro Diário nº 000016, exercício 2024,** contendo **000086** folhas a sociedade denominada **"DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS"** sob **Protocolo nº 10.0000.2025.007838-1 ID#11395211,** desde **25 de maio de 2007** atendendo ao estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB) Regulamento Geral e Provimento **n°112/2006.** Por ser expressão da verdade lavro a presente certidão, que vai assinada por **DANIEL BLUME, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.**

1140-0874-BD
OAB ASSINADO

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#11400874 **Certidão de livros contábeis (diário/razão) - pags. 1-1**

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 26/05/2025, às 13:43. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 26/05/2025, às 17:54. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **1140-0874-BD.**

Fls. 164
Proc.
Rub.

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Banco conta movimento (30)		
Banco do Brasil S/A. (35)	1-1-01-02-01	235.165,67D
=Banco conta movimento		****235.165,67D
Aplicações (50)		
Banco do Brasil S/A. (55)	1-1-01-03-01	3.068.379,80D
=Aplicações		**3.068.379,80D
=Disponível		**3.303.545,47D
Clientes (85)		
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica (90)		
Duplicatas a receber (95)	1-1-04-01-01	148.727,32D
=Recebimentos Pessoa Física e Jurídica		****148.727,32D
=Clientes		****148.727,32D
Adiantamento (115)		
Adiantamentos a Funcionários (130)		
Décimo Terceiro Salário (145)	1-1-05-02-03	5.261,00D
=Adiantamentos a Funcionários		******5.261,00D
=Adiantamento		******5.261,00D
=T o t a l - Circulante		**3.457.533,79D
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Informática (475)		
Equipamentos de Processamento - Hardware (480)	1-2-03-04-01	6.581,11D
=Informática		******6.581,11D
Móveis e utensílios (485)		
Móveis e Utensílios (490)	1-2-03-05-01	51.110,54D
=Móveis e utensílios		*****51.110,54D
=Imobilizado		*****57.691,65D
=T o t a l - Ativo Não Circulante		*****57.691,65D
=T o t a l - Ativo		**3.515.225,44D

Fls. 165
Proc.
Rub.

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.

Fls. 166
Proc.
Rub.

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (800)	2-1-05-01-01	153.892,46C
Contribuição Social Sobre o Lucro Liquido -CSSL (805)	2-1-05-01-02	62.381,82C
Imposto Sobre Serviços - ISS (810)	2-1-05-01-03	362,48C
FGTS a Recolher (825)	2-1-05-01-06	691,15C
COFINS e PIS / PASEP (830)	2-1-05-01-07	24.073,08C
Outros Impostos e Contribuições a Recolher (835)	2-1-05-01-08	16.050,12C
=Tributos e Contribuições		****257.451,11C**
Parcelamento de Tributos e Contribuições (885)		
Parcelamento de Tributos e Contribuições (890)	2-1-05-03-01	34.463,36C
Imposto de Renda (895)	2-1-05-03-02	14.482,98C
Contribuições Previdenciárias (920)	2-1-05-03-07	1.736,15C
=Parcelamento de Tributos e Contribuições		*****50.682,49C**
=Tributos e Contribuições		****308.133,60C**
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)		
Salários a Pagar (940)	2-1-06-01-01	84.760,12C
Pró-labore (3422)	2-1-06-01-02	39.404,23C
Autônomo (3429)	2-1-06-01-03	38.000,00C
=Salários		****162.164,35C**
Honorários (980)		
Honorários a Pagar (985)	2-1-06-04-01	36.917,32C
=Honorários		*****36.917,32C**
Décimo Terceiro Salário (1005)		
Décimo Terceiro Salário a Pagar (1010)	2-1-06-06-01	883,32C
=Décimo Terceiro Salário		********883,32C**
=Obrigações com Pessoal		****199.964,99C**
Credores (1055)		
Credores diversos (1060)		
Credores Pessoa Fisica e Jurídica (1065)	2-1-08-01-01	180.821,06C
=Credores diversos		****180.821,06C**
=Credores		****180.821,06C**
=T o t a l - Circulante		****688.919,65C**
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Capital Social (3408)		
Socio (3415)	2-3-02-07-01	40.000,00C
=Capital Social		*****40.000,00C**
=Reservas		*****40.000,00C**
Resultado do Execício Acumulado (1325)		

Descrição	Classificação	Exercicio Atual
Resultado do Exercicio (1330)		
Lucros/Superávits Apurados (1335)	2-3-03-01-01	17.254.484,37C
Prejuízos/Déficits Apurados (1340)	2-3-03-01-02	4.968.178,58D
Dividendos Antecipados (1345)	2-3-03-01-03	9.500.000,00D
=Resultado do Exercicio		****2.786.305,79C**
=Resultado do Execício Acumulado		****2.786.305,79C**
=T o t a l - Patrimônio líquido		****2.826.305,79C**
=T o t a l - Passivo		****3.515.225,44C**

Fls. 167
Proc.
Rub.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304 Dados: 2023.04.26 13:09:06 -03'00'

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Assinado de forma digital por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348 Dados: 2023.04.26 13:11:09 -03'00'

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita sobre Serviços			
Receita de serviços			
Prestação de Serviços Advocatícios	3-1-02-01-02	3380	4.237.385,86C
=Receita de serviços			**4.237.385,86C
=Receita sobre Serviços			**4.237.385,86C
=T o t a l - Receita Bruta Vendas e Serviços			**4.237.385,86C
Dedução de receita			
Dedução de receita sobre vendas			
Dedução da Receita			
PIS	3-2-01-01-04	1470	27.182,69D
COFINS	3-2-01-01-05	1475	125.458,63D
CSLL	3-2-01-01-06	3457	126.890,42D
IRPJ	3-2-01-01-07	3464	330.862,85D
=Dedução da Receita			****610.394,59D
=Dedução de receita sobre vendas			****610.394,59D
Dedução de receita sobre serviços			
Dedução da Receita			
Imposto Sobre Serviços - ISS	3-2-02-01-03	1500	5.963,25D
=Dedução da Receita			******5.963,25D
=Dedução de receita sobre serviços			******5.963,25D
=T o t a l - Dedução de receita			****616.357,84D
=T o t a l - Receita			**3.621.028,02C
Despesas			
Custos diretos da produção			
Mão de obra direta			
Pessoal			
Salários e ordenados	4-1-03-01-01	1755	35.436,23D
=Pessoal			*****35.436,23D
=Mão de obra direta			*****35.436,23D
=T o t a l - Custos diretos da produção			*****35.436,23D
Despesas			
Despesas com Pessoal			

Fls. 168
Proc. 10
Rub.

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Despesas com Gestores/Diretoria			
Honorários de Diretoria	4-3-01-01-01	1840	11.362,32D
=Despesas com Gestores/Diretoria			*****11.362,32D
Despesas com Empregados			
Salários e Ordenados	4-3-01-02-01	1885	24.536,32D
13º Salário	4-3-01-02-04	1900	38.256,32D
Outras Despesas	4-3-01-02-09	1925	9.000,00D
=Despesas com Empregados			*****71.792,64D
Despesas com Encargos Sociais			
Previdência Social	4-3-01-04-01	1960	50.899,94D
FGTS	4-3-01-04-02	1965	14.125,36D
Outras Despesas	4-3-01-04-03	1970	1.177,28D
=Despesas com Encargos Sociais			*****66.202,58D
Despesas com Transporte de Empregados			
Vale Transporte	4-3-01-07-01	2000	5.341,10D
=Despesas com Transporte de Empregados			******5.341,10D
Outras Despesas com Pessoal			
Plano de saúde empresarial BRADESCO	4-3-01-08-03	3394	91.492,20D
=Outras Despesas com Pessoal			*****91.492,20D
=Despesas com Pessoal			****246.190,84D
Despesas com Serviços de Terceiros			
Remuneração por Serviços de Terceiros			
Outras Despesas	4-3-02-01-06	2055	65.285,32D
Apcef-Clube	4-3-02-01-10	2946	404,00D
=Remuneração por Serviços de Terceiros			*****65.689,32D
=Despesas com Serviços de Terceiros			*****65.689,32D
Despesas com Localização e Funcionamento			
Despesas com Localização e Manutenção			
Condomínios e Taxas	4-3-03-01-03	2090	62.132,72D
Água, Luz e Gás	4-3-03-01-04	2095	15.821,35D
Outras Despesas	4-3-03-01-07	2110	20.682,34D
=Despesas com Localização e Manutenção			*****98.636,41D
Despesas com Expediente			
Material de Informática	4-3-03-02-06	2904	8.450,20D
=Despesas com Expediente			******8.450,20D

Fls. 169
Proc. 112
Rub.

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Despesas com Comunicação			
Malotes e Correspondências	4-3-03-04-01	2175	58,60D
Telefone e Telegramas	4-3-03-04-02	2180	20.917,71D
=Despesas com Comunicação			*****20.976,31D**
Despesas com Seguros	4-3-03-06	2210	0,00D
=Despesas com Localização e Funcionamento			****128.062,92D**
=T o t a l - Despesas			****439.943,08D**
Tributos			
Tributos			
Contribuições			
PIS/PASEP	4-4-01-02-01	2390	9.856,32D
Outras Contribuições	4-4-01-02-03	2400	118.385,74D
=Contribuições			****128.242,06D**
=Tributos			****128.242,06D**
=T o t a l - Tributos			****128.242,06D**
=T o t a l - Despesas			****603.621,37D**

Fls. 120
Proc.
Rub.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 3.621.028,02C
DESPESAS + CUSTO----------> 603.621,37D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ***3.017.406,65

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304 Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304 Dados: 2023.04.26 13:12:23 -03'00'

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348 Assinado de forma digital por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348 Dados: 2023.04.26 13:12:55 -03'00'

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.

ÍNDICES CONTÁBEIS - 2022

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua das Juçaras, 04, Quadra 44 - Renascença, São Luís (MA), CEP: 65075-230

CNPJ: 9.181.344/0001-19 I.M.: 62370009

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ILG = Ativo Circulante + A. Realizável a Longo Prazo ≥ 1
Passivo Circulante + P. Exigível a Longo Prazo

ILG =	3.457.533,79	+ 0 =		**19,12**
	180.821,06	+ 0,00		

Fls. 171
Proc.
Rub.

ILC = Ativo Circulante ≥ 1
Passivo Circulante

ILC =	3.457.533,79	=	**19,12**
	180.821,06		

ISG = Ativo Total ≥ 1
Passivo Circulante + Exigivel a longo prazo

ISG=	3.515.225,44	=	**19,44**
	180.821,06 + -		

IET = Passivo Circulante + Exigível a longo prazo ≤ 0,60
Ativo total

IET=	180.821,06 -	=	**0,05**
	3.515.225,44		

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2022.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304 — Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304 Dados: 2023.04.26 13:13:30 -03'00'

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348 — Assinado de forma digital por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348 Dados: 2023.04.26 13:15:36 -03'00'

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Fls. 122
Proc. 112
Rub.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Daniel Leite @ Advogados Associados é uma sociedade simples pura, com sede e foro na cidade de São Luís/MA, tendo como objeto social Construção de edifícios, com início de atividades em 24/05/2007.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

O saldo das aplicações financeiras da empresa finalizou com um valor total de R# 3.068.379,80 (três milhões e sessenta e oito mil e trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada que totaliza o valor de R$ 57.691,65 (cinquenta e sete mil e seiscentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos).

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não conta com passivo,= relacionado à empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000,00 (quarenta mil) quotas de R$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Daniel de Faria Jerônimo Leite – 86%
João da Silva Santiago Filho – 8%
Luís Eduardo Franco Bouéres – 16%

Fls. 173
Proc.
Rub.

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Não existem registros de propriedade para investimento.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Luís, 31 de dezembro de 2022.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Dados: 2023.04.26 13:13:55 -03'00'

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
Sócio Administrador – CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Assinado de forma digital por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Dados: 2023.04.26 13:14:33 -03'00'

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Fls. 174
Proc. 12
Rub.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	NATHALIA DE SOUSA RAMOS
REGISTRO..... :	MA-012218/O-0
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.817.693-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 23/04/2023 as 16:27:45.
Válido até: 22/07/2023.
Código de Controle: 476507.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

Documento(s) assinado(s) eletrônicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#5078940 **Documento inicial - pags. 1-10**

Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 28/04/2023, às 15:21. **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 28/04/2023, às 15:21. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site https://validador.oab.org.br, informando o código **5078-9408-66.**

Fls. 175
Proc.
Rub.

ATUAÇÃO JURÍDICA – PROCESSOS EM INSTÂNCIA SUPERIOR
LICITANTE: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Superior Tribunal de Justiça - STJ

Fls. 126
Proc.
Rub.

	PROCESSO	Ação	PARTE	TRIBUNAL DE ORIGEM
1	00004962420168100031	AREsp 1732249/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE CHAPADINHAAGRAVADO:BENEDITA DO NASCIMENTO DE SOUZA	TJMA
2	00003966920168100031	AREsp 1732231/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE CHAPADINHAAGRAVADO:BENEDITA DO NASCIMENTO DE SOUZA	TJMA
3	00002891020148100091	REsp 1882463/MA	RECORRENTE:MUNICIPIO DE AXIXARECORRIDO:EVERALDO FREITAS OLIVEIRARECORRIDO:LUIS AUGUSTO CANTANHEDE FREITAS	TJMA
4	00001936220068100127	AREsp 1643232/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃOAGRAVADO:ROSIMAR SILVA ALMEIDAAGRAVADO:JOSEANE RAMOS DE ABREU	TJMA
5	00433921720128100001	AREsp 1616847/MA	AGRAVANTE:LIMP FORT - ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA AGRAVADO:S G P	TJMA
6	00001924220168100090	AREsp 1578740/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE HUMBERTO DE CAMPOSAGRAVADO:JF CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	TJMA
7	00004648620118100130	AREsp 1485252/MA	AGRAVANTE:ENCIZA ENGENHARIA MECANICA LTDA - MEAGRAVADO:FRANCISCO JERONIMO NASCIMENTO DOS SANTOSREPR. POR:FRANCINALDO AMADO DOS SANTOSAGRAVADO:RAQUEL LUCIA COELHO AMADO	TJMA
8	00000626420148100044	AREsp 1457076/MA	AGRAVANTE:KARLA BATISTA CABRAL SOUZAAGRAVADO:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	TJMA
9	08108397120181000000	SLS 2471/MA	REQUERENTE:MUNICIPIO DE MORROS - CAMARA MUNICIPALREQUERIDO:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	TJMA
10	0810839712018100000	SLS 2470/MA	REQUERENTE:MUNICIPIO DE MORROS - CAMARA MUNICIPALREQUERIDO:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO	TJMA

			MARANHÃOINTERES.:FABIO LUIS SANTOS LISBOA	
11	00007540220148100129	REsp 1780513/MA	RECORRENTE:CONSTRUTORA CENTRO SUL LTDARECORRIDO:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	TJMA
12	00072181920068100001	REsp 1695329/MA	RECORRENTE:MINERADORA ITAMIRIM INDUSTRIA E COMERCIO EIRELIRECORRIDO:E MELLO	TJMA
13	00002304220048100036	AREsp 1146732/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE ESTREITOAGRAVADO:FRAMIEL SILVA VIANA	TJMA
14	00002182820138100128	AREsp 1146679/MA	AGRAVANTE:MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO MARANHAOAGRAVADO:ARYANNE CRISTINE SOUZA CALDAS	TJMA
15	00006899620118100101	AREsp 11211092/MA	AGRAVANTE:MUNICIPIO DE MONÇÃOAGRAVADO:TEREZA GORETH FURTADO ROCHA	TJMA
16	00010792820138100091	AREsp 1078598/MA	AGRAVANTE:MUNICIPIO DE AXIXAAGRAVADO:JOSE RAIMUNDO BRANDAO SANTOSAGRAVADO:JAIRON PEREIRA ANDRADE	TJMA
17	00007237120118100101	AREsp 1075617/MA	AGRAVANTE:MUNICIPIO DE MONÇÃOAGRAVADO:SELMA ANTONIA PINHEIRO DA COSTA	TJMA
18	00025387620158100000	AREsp 1074205/MA	AGRAVANTE:MUNICIPIO DE MONÇÃOAGRAVADO:MARIA DE JESUS RAMOS PEREIRA	TJMA
19	00000304920138100091	AREsp 1071434/MA	AGRAVANTE:MUNICIPIO DE AXIXAAGRAVADO:MIRIAN CONCEICAO SANTOS SOUSAAGRAVADO:ANAIR DE JESUS BORRALHO SANTOS	TJMA
20	00006166320148100055	AREsp 1044792/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE TURILÂNDIAAGRAVADO:MOISÉS DA SILVA FEITOSA	TJMA

Fls. 177
Proc. 112
Rub.

DANIEL LEITE
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

Fls. 178
Proc.
Rub.

Comprovação da prática forense em 2º grau, retirado através de pesquisa junto ao PJE 2º Grau Maranhão, em demandas Tributárias e Direito Público:

Processo Características	Órgão julgador	Autuado em	Classe judicial	Polo ativo	Polo passivo	Última moviment.
0800825-25.2018.8.10.0001)	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	02/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	WILLIAM NEGREIROS SOARES e outros (1	1 ZONA DE REGISTRO DE IMOVEIS DE SAO LUIS/MA	Recebidos os auto
0800731-14.2019.8.10.0140	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	02/02/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	DÍDIMA COELHO	WILNA RODRIGUE S JARDIM	Publicado Decisão (expediente) em 12/03/2021
0833148-49.2019.8.10.0001	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	01/02/2021	APELAÇÃO CÍVEL	AV BRASIL COMERCIA L EIRELI - EPP	Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Capital	Decorrido prazo de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Capital em 19/02/2021 23:59:59.
0819119-60.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	22/12/2020	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	ENCIZA ENGENHAR IA CIVIL LTDA	ESTADO DO MARANHA O e outros (1)	Decorrido prazo de ENCIZA ENGENH ARIA CIVIL LTDA em 16/03/2021 23:59:59.
0816319-59.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	04/11/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MSC INCORPOR ACAO E ADMINISTR ACAO DE IMOVEIS LTDA	ANTONIO OLIVEIRA JUNIOR e outros (16)	Pedido de inclusão em pauta virtual
0000163-46.2010.8.10.0140	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	03/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	MUNICIPIO DE VITORIA DO MEARIM	COMPANHI A ENERGETIC A DO MARANHA O-CEMAR	Redistribuí do por encaminha mento em razão de Determinação judicial
0800666-19.2019.8.10.0140	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	03/11/2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	LUCIENE CORREA SAMPAIO	DIDIMA MARIA CORREA COELHO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0813205-15.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	16/09/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Fazenda Pública do Município de São Luis	MEIRE LUCIA DIAS NUNES	Conclusos ao relator ou relator substituto

0828264-45.2017.8.10.0001	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	02/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	JOSE RAIMUNDO PINHEIRO NETO	SIMONE DO SOCORRO DA SILVA LOPES e outros (3)	Publicado Acórdão (expediente) em 09/03/2021
0035161-93.2015.8.10.0001	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	14/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	TARCISO ALVES GOMES	PAULO ROBERTO SOUSA VELOSO	Redistribuí do por encaminhamento em razão de Determinação judicial
0805363-78.2020.8.10.0001	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	06/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	ABDON JOSE MURAD JUNIOR e outros (1)	ERONILDES DO NASCIMENTO BARROS LIMA	Decorrido prazo de ESTADO DO MARANH AO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA em 03/12/2020 23:59:59.
0809483-70.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	20/07/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO PARÁ	RAFAELLE DE MORAES MOREIRA SOARES	Juntada de malote digital
0809483-70.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	20/07/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO PARÁ	RAFAELLE DE MORAES MOREIRA SOARES	Juntada de malote digital
0808925-98.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	14/07/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	MUNICIPIO DE ANAPURUS	JEANE ALVES RODRIGUES	Publicado Decisão (expediente) em 02/03/2021
0808919-91.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	14/07/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	MUNICIPIO DE ANAPURUS	HEVYLLA GLAUCIA GONCALVES SIMOES MENDES	Decorrido prazo de HEVYLLA GLAUCIA GONCALVES SIMOES MENDES em 29/01/2021 23:59:59.
0800981-68.2019.8.10.0036	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	19/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	IVANEIDE SANTOS GOMES	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de recurso extraordinário (212)

0802667-40.2018.8.10.0001	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	17/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	RICARDO DA SILVA GONCALVES	JOSE REINALDO DIAS MACHADO	Decorrido prazo de JOSE REINALD O DIAS MACHAD O em 09/03/2021 23:59:59.
0800829-20.2019.8.10.0036 18/05/ 2020 Decorrido prazo de MUNICIPI O DE ESTREIT O em 08/03/2021 23:59:59.	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	18/05/2020	APELAÇÃO CÍVEL	GILSENIA DA SILVA SANTOS	MUNICIPIO DE ESTREITO	Decorrido prazo de MUNICIPI O DE ESTREIT O em 08/03/2021 23:59:59.
0805457-29.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	14/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Ministério Público do Estado do Maranhão	JOSE MARIA DA ROCHA TORRES e outros (1)	Juntada de agravo interno cível (1208)
0804163-39.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	20/04/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHÃO	ASSOCIAC AO DOS PRODUTOR ES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DO MARANHA O - APROSOJA/ MA	Juntada de petição
0802110-45.2018.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recurso s Constitucionais	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	DULCE SILVA MILHOMEM	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.
0800580-69.2019.8.10.0036	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	LUCINETE MARINHO CUNHA PAIXAO	MUNICIPIO DE ESTREITO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0801005-96.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	EUDILAMA R MARINHO DA COSTA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.

	Justiça na Coordenação de Recurso s Constitucionais					
0801039-71.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	ANGELA MARCIA ROCHA DA SILVA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica
0801584-44.2019.8.10.0036	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	06/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	ANTONIO SOUSA BRITO	MUNICIPIO DE ESTREITO	Decorrido prazo de MUNICIPI O DE ESTREIT O em 27/10/2020 23:59:59.
0802079-25.2018.8.10.0036	Gabinet e Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	DINER VIEIRA DE SOUSA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de petição
0800541-72.2019.8.10.0036	Gabinet e Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	MARIA DE JESUS CONCEICA O DA SILVA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Baixa Definitiva
0802022-07.2018.8.10.0036	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	KEILA LIMA COELHO	MUNICIPIO DE ESTREITO	Decorrido prazo de MUNICIPI O DE ESTREIT O em 08/03/2021 23:59:59.
0801972-78.2018.8.10.0036)	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	CLEILMA MENEZES FERREIRA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de recurso extraordinário (212
0800811-96.2019.8.10.0036	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	LIGIA SOUSA DA COSTA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de recurso extraordinário (212)
0001165-23.2015.8.10.0125	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	30/03/2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	MARIA DA CONCEICA O LIMA MARTINS	MUNICIPIO DE SAO JOAO BATISTA	Baixa Definitiva
0803273-03.2020.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	26/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	DIMENSAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	Ministério Público Estadual	Arquivado Definitivamente
0803257-49.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Anildes de	26/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	PROMOTOR IA DE JUSTIÇA DE BOM JARDIM	FRANCISCO ALVES DE ARAÚJO E	Decorrido prazo de DIMENSA O DISTRIBU

	Jesus B. Chaves Cruz				OUTROS e outros (11)	IDORA DE MEDICA MENTOS EIRELI - ME em 03/02/2021 23:59:59
0800994-67.2019.8.10.0036	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	25/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0802225-09.2020.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueire do dos Anjos	05/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHAO	CELIA MARIA DOS SANTOS RODRIGUE S e outros (3)	Conclusos ao relator ou relator substituto
0007842-24.2013.8.10.0001	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	17/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	WAGNER CARLOS SILVA	NORPLAN CONSTRUC AO E PLANEJAM ENTO S A e outros (3)	Conclusos ao relator ou relator substituto
0801393-73.2020.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	12/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	FERROVIA NORTE SUL S/A	MUNICIPIO DE PORTO FRANCO	Expedição de Comunicação eletrônica.
0800931-19.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	04/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	UNIMED SEGUROS SAUDE S/A	ANILDES DE JESUS BERNARDE S CHAVES CRUZ e outros (2)	Expedição de Comunicação eletrônica
0801012-88.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recurso s Constitucionais	30/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	JOANACI FERREIRA DE SA BARBOSA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.
0802342-65.2018.8.10.0001	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	29/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	ANA HELENA LOBATO JINKINGS PAVAO	CEUMA ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR	Redistribuí do por prevenção em razão de modificação da competência
0801141-93.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	28/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	CLEONILDE AGUIAR DE BARROS	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.

0801175-68.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	22/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	IRLANA GOMES DA PAIXAO CUNHA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de petição
0800024-44.2020.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	03/01/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	DIOCESE DE CAROLINA	Decorrido prazo de DIOCESE DE CAROLIN A em 12/03/2021 23:59:59
0811940-12.2019.8.10.0000 O	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	19/12/2019	DIRETA DE INCONSTITUCI ONALIDADE	ESTADO DO MARANHA O - PROCURAD ORIA GERAL DA JUSTICA	MUNICIPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHA	Conclusos ao relator ou relator substituto
0811319-15.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	05/12/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	Juntada de petição
0811293-17.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	04/12/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	Arquivado Definitiva mente
0840496-89.2017.8.10.0001	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recurso s Constitucionais	02/12/2019	APELAÇÃO CÍVEL	AMERICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e outros (1)	WALTER MARQUES CRUZ	Conclusos para decisão
0810933-82.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	28/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	LUIS CELSO RANGRAB	LUIZ BERTON e outros (4)	Juntada de cópia de decisão
0810898-25.2019.8.10.0000	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	27/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	DANIEL DOS SANTOS SILVA REGIO	Juntada de parecer do ministério público
0800833-57.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recurso s Constitu cionais	18/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	ANA RITA DA SILVA BRANDAO	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.
0810281-65.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	11/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	ARYVELTO MIRANDA SILVA	Juntada de certidão

0802198-83.2018.8.10.0036	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	25/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	ELZENITA FERREIRA RODRIGUES	MUNICIPIO DE ESTREITO	Incluído em pauta para 23/03/2021 15:00:00 Sala Virtual - 2ª Câmara Cível.
0809672-82.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	21/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	GIOVANA TEIXEIRA DO BONFIM MARTINS e outros (4)	ESTADO DO MARANHAO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0802034-21.2018.8.10.0036	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	10/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	NATALIA LOPES DOS SANTOS	MUNICIPIO DE ESTREITO	Baixa Definitiva
0808182-25.2019.8.10.0000	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	13/09/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	ANTONIO DE SOUSA MACIEL FILHO	Arquivado Definitiva mente
0808072-26.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recurso s Constitucionais	10/09/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	RODRIGO ARAUJO DE OLIVEIRA	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	Arquivado Definitivamente
0801406-32.2018.8.10.0036	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	02/09/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SUELY CARNEIRO LOPES	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de petição
0800444-72.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	IVANE FERREIRA MARINHO SOUZA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Recurso Especial não admitido
0800471-55.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	WANDERLE IA SILVA DE OLIVEIRA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de certidão de encaminha mento a instância superior
0800432-58.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Baixa Definitiva

0807248-67.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça	20/08/2019	SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	Município de Porto Franco	JUIZ DE DIREITO DA 1 VARA DE PORTO FRANCO	Arquivado Definitivamente
0801799-54.2018.8.10.0036.	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	19/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	IRENILDE DE BRITO AIRES	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica
0800383-17.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	16/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SUSANNA SIMONELL E DE SANTANA SANTOS	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de petição
0806722-03.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	08/08/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ARILSON SANTOS DE ANDRADE e outros (5)	MUNICIPIO DE BOM LUGAR - CAMARA MUNICIPAL e outros (6)	Arquivado Definitivamente
0806205-95.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	24/07/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	MARIA RICARTE DE SOUSA	Publicado Intimação em 02/02/2021
0806169-53.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	23/07/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	JOANA DARC PEREIRA DE SOUZA	Arquivado Definitivamente
0804669-49.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	04/06/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHAO	SUPRITECH COMERCIO E SERVICOS LTDA	Arquivado Definitivamente
0804083-12.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	17/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	MATEUS RODRIGUES MONTELES	Arquivado Definitivamente
0804080-57.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	17/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	EDUARDO MAGALHA ES ARAUJO	Arquivado Definitivamente
0803950-67.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	JACQUELIN E DOS SANTOS COELHO	Arquivado Definitivamente

0803947-15.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	RENATO LUIZ RIBEIRO OLIVEIRA	Arquivado Definitivamente
0803946-30.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	BRIGIDA LIMA DE OLIVEIRA	Arquivado Definitiva mente
0803945-45.2019.8.10.0000	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	DAVID LUIS DE CARVALHO	Decorrido prazo de MUNICIPI O DE ANAPUR US em 19/07/2019 23:59:59
0803943-75.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	FRANCISCO DAS CHAGAS GALENO MACHADO	Decorrido prazo de MUNICIPI O DE ANAPUR US em 08/07/2020 23:59:59.
0803942-90.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	SAMIA MARIA SOUSA MARQUES	Arquivado Definitiva mente
0803674-36.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	06/05/2019	CORREIÇÃO PARCIAL CÍVEL	Ministério Público do Estado do Maranhão	Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Santa Inês	Arquivado Definitiva mente
0803607-71.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Bernardo Silva Rodrigues	03/05/2019	HABEAS CORPUS CRIMINAL	JANILSON SANTOS CORREA	JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE VIANA MARANHÃO	Arquivado Definitiva mente
0803093-21.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	11/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	IONEL TEIXEIRA GOMES FERREIRA JUNIOR e outros(4)	ESTADO DO MARANHA O - PROCURAD ORIA GERAL DO ESTADO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0803092-36.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	11/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MARIA IRENE RABELO PEREIRA e outros (6)	ESTADO DO MARANHA O - PROCURAD ORIA GERAL DO ESTADO	Arquivado Definitivamente
0802730-34.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	01/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	AGAMENO N SAMPAIO DE MELO e outros (4)	CAMARA MUNICIPAL DE BOM LUGAR e outros (6)	Arquivado Definitivamente

0801881-62.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	KEILE SIMOES SOUZA	Decorrido prazo de KEILE SIMOES SOUZA em 12/03/2021 23:59:59.
0801868-63.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	MAYANNE CALDAS MONTELES	Arquivado Definitivamente
0801815-82.2019.8.10.0000.	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	28/02/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	FRANCISCA LEILA OLIVEIRA LIMA	Decorrido prazo de MUNICIPI O DE ANAPUR US em 03/08/2020 23:59:59
0800904-70.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	05/02/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	PRISCILA FERNANDA COSTA E SILVA DOS REIS e outros (1)	CONDOMIN IO EDIFICIO CENTRO COMERCIA L DE SAO LUIS	Conclusos ao relator ou relator substituto
0000020-11.2018.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	17/12/2018	PETIÇÃO CRIMINAL	RODRIGO ARAUJO DE OLIVEIRA	ESTADO DO MARANHA O - PROCURAD ORIA GERAL DA JUSTICA	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0000522-22.2016.8.10.0031	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	26/11/2018	APELAÇÃO CÍVEL	EDSON DA SILVA DE SOUZA	MUNICIPIO DE CHAPADINHA	Remetidos os Autos (outros motivos) para a instância de origem
0003880-65.2016.8.10.0040	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recurso s Constitucionais	16/10/2018	APELAÇÃO CÍVEL	BANCO DA AMAZONIA SA	R.R. MAIA COMERCIO E CONSULTO RIA LTDA - ME	Remetidos os Autos (outros motivos para Coordenação de Recursos Constitucionais)
0000496-24.2016.8.10.0031	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na	27/09/2018	APELAÇÃO CÍVEL	AURILENE VIANA DA COSTA	MUNICIPIO DE CHAPADINHA	Juntada de termo

	Coordenação de Recursos Constitucionais					
0807688-97.2018.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	06/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	DANIEL ARAGAO DE ALBUQUERQUE FILHO e outros (2)	RICARDO DA SILVA GONCALVES e outros (1)	Publicado Acórdão (expediente) em 16/03/2021
0807423-95.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	29/08/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SEBASTIAO TORRES MADEIRA	ESTADO DO MARANHAO	Juntada de parecer do ministério público
0806842-80.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	14/08/2018	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	AURICEA MARIA DA SILVA FREIRE	CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	Arquivado Definitivamente
0806596-84.2018.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	06/08/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHAO	ESTADO DO MARANHAO e outros (1)	Arquivado Definitivamente
0806478-11.2018.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	02/08/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	AGRONEL - AGRONEGOCIO E EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP	ESTADO DO MARANHAO	Publicado Acórdão (expediente) em 05/03/2021
0806418-38.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	31/07/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	KARLA DANIELLE CALDAS ALVES	Gilmar Moreira Silva e Outros; Invasores	Arquivado Definitivamente
0848809-39.2017.8.10.0001	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	31/07/2018	APELAÇÃO CÍVEL	ESTADO DO MARANHÃO	ANTONIO ROBERTO SANTOS JUNIOR	Baixa Definitiva
0804354-55.2018.8.10.0000	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	21/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	LAILSON FERNANDES CARDOSO	Ministério Público do Estado do Maranhão	Decorrido prazo de Ministério Público do Estado do Maranhão em 21/10/2020 23:59:59.
0804092-08.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	14/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	PAULO FRANCISCO DE ALBUQUERQUE e outros (1)	JAIRO APARECIDO YAMAMOTO e outros (4)	Arquivado Definitivamente
0003216-18.2009.8.10.0060	Gabinete do Presidente do Tribunal de	23/04/2018	APELAÇÃO CRIMINAL	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL	JOSE ANTUNES DE	Remetidos os Autos (outros motivos) para

	Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais				MACEDO JUNIOR	Coordenação de Recursos Constitucionais
0802147-83.2018.8.10.0000 s	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjo	23/03/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHA O e outros (1)	AGRONEL - AGRONEGOCIO E EMPREENDIMENTOS INDUSTRIA IS LTDA - EPP	Publicado Acórdão (expediente) em 05/03/2021
0801631-63.2018.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	07/03/2018	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SUPRITECH COMERCIO E SERVICOS LTDA	SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO	Arquivado Definitiva mente
0800895-45.2018.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	08/02/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	FILIPE MARINHO MOURA	GUSTAVO MADEIRA DE MELO e outros (1)	Arquivado Definitiva mente
0004758-76.2017.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	01/11/2017	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	MINISTERI O PÚBLICO	RODRIGO ARAUJO DE OLIVEIRA e outros (7)	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0805635-80.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	23/10/2017	RECLAMAÇÃO	VALE S.A.	CAFE TOCANTINO LTDA	Decorrido prazo de VALE S.A. em 03/02/2021 23:59:59.
0805566-48.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	20/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	RITA DE CASSIA FERRAZ FRAZAO	OCEANOS INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP	Decorrido prazo de OCEANO S INVESTIMENTOS IMOBILIA RIOS LTDA - EPP em 11/12/2020 23:59:59.
0805250-35.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	17/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	VALE S.A.	CAFÉ TOCANTINO LTDA	Decorrido prazo de CAFÉ TOCANTINO LTDA em 11/02/2021 23:59:59.
0803699-94.2017.8.10.0040	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	11/10/2017	APELAÇÃO CÍVEL	MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTIRIOS	WELLINGTON DE SOUSA PINTO	Conclusos para despacho

0805077-11.2017.8.10.0000	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	10/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ANTONIO FAUSTO SILVA	ASSOCIAC AO FOLCLORICA, CULTURAL E BENEFICENTE ORIENT	Arquivado Definitiva mente
0000649-25.2013.8.10.0108	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	06/09/ 2017	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DO MARANHÃO	HENRIQUE CALDEIRA SALGADO e outros (2)	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0803640-32.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	30/08/ 2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	PIPES EMPREEND IMENTOS LTDA	MUNICIPIO DE CAROLINA	Arquivado Definitiva mente
0803334-63.2017.8.10.0000	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	18/08/ 2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	WELKER CARLOS ROLIM	OCEANOS INVESTIME NTOS IMOBILIARI OS LTDA - EPP	Arquivado Definitiva mente
0802473-77.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	24/07/ 2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	KAMILLY BORSOI BARROS	DESEMBAR GADOR VICENTE DE PAULA GOMES DE CASTRO	Arquivado Definitiva mente
0802394-98.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	20/07/ 2017	DIRETA DE INCONSTITUCI ONALIDADE	PREFEITO MUNICIPAL DE CAROLINA - ERIVELTON TEIXEIRA NEVES	MUNICIPIO DE CAROLINA - CAMARA MUNICIPAL	Arquivado Definitiva mente
0802377-62.2017.8.10.0000	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	19/07/ 2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	DARCI ANTONIO CAMERA e outros (5)	BANCO PAN S.A.	Arquivado Definitiva mente
0028539-03.2012.8.10.0001	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	30/06/ 2017	APELAÇÃO CÍVEL	TELEMAR NORTE LESTE S/A e outros (1)	VIACOM NEXT GENERATI ON COMUNICA CAO LTDA - EPP e outros (1)	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenaç ão de Recursos Constitucio nais
0801803-39.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	19/06/ 2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	JOSE HENRIQUE DE ARAUJO SILVA	MUNICIPIO DE MONCAO	Decorrido prazo de MUNICIPI O DE MONCAO

						em 28/05/2019 23:59:59
0801200-63.2017.8.10.0000	Gabinete Desª. Cleonice Silva Freire	27/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	RAFAELLA MARINHO MOURA e outros (3)	MINISTERI O PÚBLICO ESTADUAL	Deliberado em Sessão - Retirado
0801125-24.2017.8.10.0000	Gabinete Desª. Cleonice Silva Freire	23/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE VITORIA DO MEARIM	MARE CIMENTO LTDA	Arquivado Definitiva mente
0801064-66.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	17/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE PORTO FRANCO	SINDICATO DOS TRABALHA DORES EM EDUCACAO BASICA DAS REDES PUBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAI S DO ESTADO DO MARANHA O	Arquivado Definitiva mente
0800994-49.2017.8.10.0000	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	07/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ASSOCIAC AO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	NATHALIA FONSECA MELONIO	Arquivado Definitivamente
0800831-69.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	24/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHAO	SUPRITECH COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	Conclusos para decisão
0800615-11.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	01/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Espólio de João Luiz Alves Ferraz e Teresinha de Jesus Moreira Ferraz representado pela inventariante Rita de Cássia Ferraz Frazão	OCEANOS INVESTIME NTOS IMOBILIARI OS LTDA - EPP e outros (1)	Decorrido prazo de Espólio de João Luiz Alves Ferraz e Teresinha de Jesus Moreira Ferraz representado pela inventariante Rita de Cássia Ferraz Frazão em 25/01/2021 23:59:59.
0800942-87.2016.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	18/11/2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MIRELLA BRITO ROSA e outros (3)	AURINO DA ROCHA LUZ	Decorrido prazo de AURINO DA ROCHA LUZ em

						04/03/2021 23:59:59.
0800396-32.2016.8.10.0000	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	13/09/2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	BRADESCO SAUDE S/A	RAIMUNDO NONATO LIMA SANTOS JUNIOR	Arquivado Definitivamente
0800390-25.2016.8.10.0000	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	12/09/2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Espólio de João Luiz Alves Ferraz e Teresinha de Jesus Moreira Ferraz, representado pela Inventariante Rita de Cássia Ferraz Frazão	OCEANOS INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP	Arquivado Definitivamente
0002415-61.2004.8.10.0001	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	29/09/2015	APELAÇÃO CÍVEL	TELEMAR NORTE LESTE S/A	COMUNICATIVA PROPAGANDA PROMOCAO E TELEMARKETING LTDA - ME	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0001416-27.2014.8.10.0044..	Gabinet e do Presiden te do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	22/09/2015	APELAÇÃO CÍVEL	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A	MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTIRIOS	Expedição de Outros documentos

Fls. 193
Proc. 113
Rub.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, e com base no art.30 da Lei 8.666/1993, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Firma DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, 04, Qd 44, Renascença I, São Luís-MA, CEP 65075-230, neste ato representado pelo(a) Sr(a). DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, residente na Rua dos Curiós, Qd 13, Lote 17, Ponta do Farol, São Luís- MA, CEP 65000-000, portador do(a) CPF 799.588.933-04, prestou serviços ao MUNICÍPIO DE BERNARDO MEARIM/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.345/0001-69 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Arlindo de Moura Xavier Junior, **os serviços Consultoria jurídica, que não se enquadram, pela sua natureza, dentre que não se enquadrem dentre os trabalhos rotineiramente prestados pelo corpo permanente, no âmbito da Administração Pública Municipal para atender as necessidades do Município de Bernardo do Mearim pelo prazo de 12 (doze) meses, referente ao Contrato nº 010/2021 assinado em 12 de abril 2021, oriundo da Tomada de Preços nº 005/2021**.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Bernardo Mearim - Ma, 20 de março de 2022.

ARLINDO DE MOURA XAVIER JUNIOR:65630009400
Assinado de forma digital por ARLINDO DE MOURA XAVIER JUNIOR:65630009400
Dados: 2022.03.23 10:13:18 -03'00'

MUNICÍPIO DE BERNARDO MEARIM
Arlindo de Moura Xavier Junior
Prefeito Municipal

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI
GABINETE DA PREFEITURA

Cajari
É o povo

Fls. 194
Proc. 13
Rub.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, e com base no art.30 da Lei 8.666/1993, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Firma DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, 04, Qd 44, Renascença I, São Luís-MA, CEP 65075-230, neste ato representado pelo(a) Sr(a). DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, residente na Rua dos Curiós, Qd 13, Lote 17, Ponta do Farol, São Luís- MA, CEP 65000-000, portador do(a) CPF 799.588.933-04, prestou serviços ao MUNICÍPIO DE CAJARI/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 06.469.837 /0001-60, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Constancio Alessanco Coelho De Souza**, **os serviços Consultoria jurídica, que não se enquadram, pela sua natureza, dentre que não se enquadrem dentre os trabalhos rotineiramente prestados pelo corpo permanente, no âmbito da Administração Pública Municipal para atender as necessidades do Município de Cajari pelo prazo de 12 (doze) meses, referente ao Contrato nº 062/2021 assinado em 27 de maio de 2021, oriundo do processo administrativo 014/2021 e da Tomada de Preços nº 005/2021.**

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Cajari/Ma, 10 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE CAJARI
Constancio Alessanco Coelho De Souza
Prefeito Municipal

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS/MA

Certifico e dou fé que a presente fotocópia é reprodução fiel da original que me foi apresentada. Poder Judiciário -- TJMA Selo: AUTENT029983U8JNGACAH4RFTN63 Escrevente: LARISSA MARIA RODRIGUES FERREIRA ,Data/Hora: 25/03/2022 16:04:44 Emolumentos:R$ 5,14, FERC: R$0,15, FADEP: R$0,20, FEMP: R$ 0,20 Valor Total R$5,69.
Consulte a validade deste selo em: https://selo.tjma.jus.br

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

Fls. 195
Proc. 112
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ GRANDE
CNPJ: 06.323.208/0001-28
Rua São Francisco, s/n, centro – Igarapé Grande - MA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, com base no art.30 da Lei 8.666/1993, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Firma DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, 04, Qd 44, Renascença I, São Luís-MA, CEP 65075-230, , neste ato representado pelo(a) Sr(a). DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, residente na Rua dos Curiós, Qd 13, Lote 17, Ponta do Farol, São Luís- MA, CEP 65000-000, portador do(a) CPF 799.588.933-04, prestou serviços ao MUNICÍPIO DE IGARAPÉ GRANDE/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 06.323.208/0001-28 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Erlanio Xavier, **os serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para atividades que envolvem as demandas do município pelo prazo de 12 (doze) meses, referente ao Contrato nº 027/2017/PMIG assinado em 03 de março de 2017, oriundo da Tomada de Preços nº 004/2017.**

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Igarapé Grande/Ma, 20 de março de 2022.

7º Tabelionato

MUNICÍPIO DE IGARAPÉ GRANDE
Erlanio Xavier
Prefeito Municipal

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ERLANIO FURTADO LUNA XAVIER
São Luís, 25/03/2022 14:40:35 Susana 7833
Susana Maria Silva Belo - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794TZ4HOSC6RUAEB313 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$5.69 Total:R$5.69
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

7º TABELIONATO DE NOTAS São Luís-MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
Conferido e achado conforme original apresentado. Dou fé.
São Luís, 25/03/2022 14:40:49 Susana/9415
Susana Maria Silva Belo - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: AUTEN1156794XRH1X538547CGD88 - Ato: 13.18
Emolumentos e taxas:R$5.69 Total:R$5.69
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Fls. 196
Proc. 12
Rub.

Coren MA
Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão

CONTRATO Nº42/2024
PROCESSO Nº262/2024

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO – COREN/MA E DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA ATUAR EXCLUSIVAMENTE JUNTO AO SETOR DE LICITAÇÃO.

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO– COREN/MA**, por intermédio do Setor de Licitações e Compras, com sede na cidade de São Luís/MA, à Rua Carutapera, nº 03, Jardim Renascença, CEP: 65.075-690, tel.: (98)3194-4200, e-mail: gestaodecontratos@corenma.gov.br no CNPJ sob o n.º06.272.868/0001-27, neste ato representado por sua Presidente Interina a Sra. **TELCIANE MARTINS FEITOSA RIOS,** enfermeira, brasileira, portadora do RG n.º 0283482220049, CPF n.º ***.213.***-06, residente nesta capital, e por sua Tesoureira a Sra. **NELCIANE MESQUITA PINHEIRO**, técnica de enfermagem, brasileira, portadora do RG n.º 0262585220032,CPF n.º***.214.***-90, residente nesta capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º09.181.344/0001-19, sediado(a) na Rua das Juçaras, n.º04, Quadra 44, Jardim Renascença I, CEP: 65.075-230, São Luís/MA, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Daniel de Faria Jeronimo Leite, portador da OAB n.º5991, e CPF n.º***.588.***-04, tendo em vista o que consta no **Processo nº262/2024,** em observância às disposições da Lei n.º14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 75, de 2021, **RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.º005/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1.O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA ATUAR EXCLUSIVAMENTE JUNTO AO SETOR DE LICITAÇÃO.**

2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1.O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura deste termo.

3.CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1.Pela contratação de prestação de serviços de advocacia, assessoria e consultoria jurídica para atuar exclusivamente junto ao setor de licitação, o COREN-MA pagará à CONTRATADA, o valor global de R$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais) conforme ordem de serviço.

4.CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1.As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Coren/MA, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.33.90.039.001–SERVIÇOS TERCEIRIZADOS–PESSOAS JURÍDICAS.

Nota de Empenho n°: 880/2024.

5.CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1.O pagamento será efetuado em favor da Contratada através de transferência bancária até 15(quinze) dias consecutivos após a entrega do documento de cobrança a administração do COREN-MA e o atesto da nota fiscal pelo FISCAL do contrato.

5.2.As notas fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade(certidão negativa) perante a Seguridade Social(INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço(FGTS).

5.3.Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL(Lei Complementar n° 123/2006), pela entrega de declaração. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao COREN-MA qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do contrato.

5.4.Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.

Coren MA
Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão

5.5.Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

5.6.No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

6.CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1.As condições de garantia serão exigidas conforme Termo de Referência.

7.CLAÚSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

7.1.A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

8.CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1.1.Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

a.Indicar, quando da retirada da nota de empenho, o endereço, telefone fixo, celular de contato do escritório de representação em São Luís/MA, ou da sede da empresa, qualquer que seja seu endereço;

b.Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados no Termo de Referência;

c.Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

d.Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

e.Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

f.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes

de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

g.Manter todas as condições de habilitação e qualificação, que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

h.Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus colaboradores;

i.Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Termo de Referência e seus Anexos;

8.2.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

8.2.1.Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

a.Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência e seus Anexos;

b.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;

c.Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d.Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

e.Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) objeto(s) fora da especificação ou com problemas;

f.Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados.

9.CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1.As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– RESCISÃO

Coren MA
Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão

10.1.O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2.Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

10.2.1.Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

10.2.1.1.ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

10.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3.O contrato pode ser extinto, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2.A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.2.1.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4.O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

10.4.1.Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1.É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1.Os casos de alteração serão disciplinados pelos artigos 124 a 132, 134 e 136 da Lei n.º14.133/2021.

12.2.O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3.As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1.Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1.É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Maranhão para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/21.Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2(Duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Luís, 15 de julho 2024.

Telciane Martins Feitosa Reis
Presidente Interina
COREN-MA 336.138-ENF

CONTRATANTE
Presidente Interina COREN-MA

CONTRATANTE
Tesoureira do COREN-MA

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Dados: 2024.07.11 13:11:42 -03'00'

CONTRATADA
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Fls. 207
Proc. 112
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 20250328001/2025

INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE QUE FAZEM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA** E A EMPRESA **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS.**

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA**, ente de direito público, situada na Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro - CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araioses/MA, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 06.450.191/0001-70, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO**, portador da carteira de identidade n.º 038633252009-9 SESP/MA e inscrito no CPF sob o n.º 099.155.913-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.181.344/0001-19, sediado(a) na Rua das Juçaras, n.º04, Quadra 44, Jardim Renascença, na cidade de São Luís/MA, neste ato representado(a) por **DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE**, inscrito no CPF n.º 799.588.933-04, portador da OAB/MA 5991, tendo como e-mail para correspondência eletrônica dandara@danielleiteadvogados.com, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA**, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da modalidade **INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araioses/MA**, nas condições estabelecidas no Termo de Reterência.

1.2. O valor do presente Contrato é de **R$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL UNIT	VL TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araioses/MA.	MÊS	12	R$ 30.000,00	R$ 360.000,00
VALOR TOTAL DE R$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS)					

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
BANCO DO BRASIL
Ag: 2953-x
c/c: 39371-1

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Aviso de Contratação Direta;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência da contratação terá início a partir da data de sua assinatura com início em **28/03/2025 até 28/03/2026,** condicionada sua efcácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração determo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. É vedada a Subcontratação desta Contratação.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **01 (um) ano** contado da data da celebração do instrumento contratual.

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) defnitivo(s).

5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente,o(s) defnitivo(s).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento detodas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Reterência;

6.3. Notifcar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verifcadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da **CONTRATANTE** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-fnanceiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2. Entregar o objeto nas condições estabelecidas neste edital;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

7.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifcarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.8. Quando não for possível a verifcação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específca, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.12. Manter durantet oda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com defciência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.14. Comprovar a reserva de cargos a que se retere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrato único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.15. Guardar sigilo sobre todas as intormações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satistatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perteito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

7.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especifcações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justifcado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justifcar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justifcar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
IV. Multa: Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustifcado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.
a) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
b) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
c) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
d) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)
9.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
9.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).
9.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diterença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
9.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla detesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no capute parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou

contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente defnidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os eteitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fns de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla detesa.
10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
10.5.3. Indenizações e multas.

10.6. A extinção do contrato não confgura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-fnanceiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, fnanceira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02 PODER EXECUTIVO
02 02 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAIOSES
04 Administração
04 122 Administração Geral
04 122 0203 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

02 PODER EXECUTIVO
02 04 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE ARAIOSES
04 Administração
04 122 Administração Geral
04 122 0204 SECRETARIA DE FINANÇAS
04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justifcada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1. Fica eleito O foro da Comarca de Araioses no Estado do Maranhão, será o competente para dirimir dúvidas ou pendências resultantes deste Contrato.

15.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em **2 (duas) vias** de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Araioses/MA, 28 de março de 2025.

JOAO CANDIDO CARVALHO NETO:09915591349
Assinado de forma digital por JOAO CANDIDO CARVALHO NETO:09915591349
Dados: 2025.03.28 12:02:04 -03'00'

JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO
CPF n.º 099.155.913-49
Prefeito da cidade de Araioses/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA

Fls. 211
Proc. 112
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.03.28 14:26:59 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ n.º 49.162.710/0001-07
Representante Legal: Daniel de Faria Jerônimo Leite
OAB/MA 5991
CPF n.º 799.588.933-04

TESTEMUNHA:
CPF:

TESTEMUNHA:
CPF:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. _____ Rubrica

TERMO DE CONTRATO

Fls. 212
Proc. 112
Rub.

CONTRATO Nº 20250055
PROCESSO Nº 581/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20250055 , QUE FAZEM ENTRE SI A Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes, POR INTERMÉDIO DO (A) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES E A EMPRESA DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE NELE INDICA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, CNPJ-MF, Nº 06.172.720/0001-10, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) LUANA TRABULSI NAPOLEÃO MENDONÇA CASTRO, Sec.Mun.de Planej. e Administração, e do outro lado DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ/CPF CNPJ 09.181.344/0001-19, com sede na RUA DAS JUÇARAS, Nº 04, QUADRA 44, JARDIM DAS RENA, São Luis-MA, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a).DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, portador do (a) CPF 799.588.933-04, de acordo com a INEXIGIBILIDADE, nº 10.2025 - INEX, Processo nº 581/2025, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os CONTRATANTES às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a INEXIGIBILIDADE, nº 10.2025 - INEX, devidamente ratificada pelo Ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES/MA Sr. LUANA TRABULSI NAPOLEÃO MENDONÇA CASTRO, Sec.Mun.de Planej. e Administração, ao fim assinado, parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, conforme previsto art. 74, III, alínea ``e``, combinado com o parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores bem como no Artigo 25º da Lei Federal 14.039, de 17 de agosto de 2020, bem como nos documentos juntados nos autos e no parecer jurídico constante nos autos do processo.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA VOLTADA PARA A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS E TRIBUTARIAS DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DOS LOPES - MA .

CLAÚSULA TERCEIRA - DOS VALORES, FORMA DE PAGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. _____ Rubrica

Fls. 213
Proc. 112
Rub.

3.1. Pela realização dos serviços elencados neste processo, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADA o valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) Mensais, ao custo Anual de: 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Parágrafo único: Quando o patrocínio judicial ou extrajudicial promovido pelo CONTRATADA redundar em benefício econômico ao município CONTRATANTE seja a que título for, o CONTRATADA fará jus ao valor correspondente a 18% (dezoito) por cento do benefício econômico auferido pelo **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES/MA** cujo pagamento dar-se-á na forma do recebimento ou mesmo quando da exclusão do débito ou cobrança indevida sofrida, ressalvados as verbas cuja a destinação é vinculada constitucional ou legalmente.

3.1.1. A CONTRATADA compromete-se a fornecer todas as informações necessárias à propositura das medidas judiciais descritas neste contrato/Projeto Básico, bem como adimplir as despesas de viagem (transporte, estadia e alimentação), para a prática de atos processuais pertinentes ao objeto deste contrato (quando necessárias), gastos de postagem ou remessa junto à ECT, cópias reprográficas e autenticações, pagamento de perito contábil e/ou assistente técnico, ou quaisquer valores cujo dispêndio torne-se necessário no curso da lide, desde que autorizadas previamente por seu representante legal.

3.1.2. Eventual sucumbência da parte adversária por verba honorária, qualquer que seja a respectiva fixação, pertencerá ao prestador dos serviços advocatícios, que poderá proceder livremente à cobrança e recebimento da mesma, em seu proveito exclusivo.

3.1.3. No caso de êxito da demanda proposta e devidos a partir do momento em que forem disponibilizados os valores em favor do Municipio CONTRATANTE, de forma total ou em parcelas, mediante a expedição de precatório ou alvará judicial a ser recebido pessoalmente pelo Pre feito Municipal ou a quem esse indicar mediante procuração pública, fica expressamente consignado que o percentual equivalente aos honorários advocatícios (caput) será pago diretamente à CONTRATADA, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte e a ser desmembrada pelo Juiz na forma do § 4° do art. 22 da Lei n° 8.906/94, independentemente dos honorários sucumbenciais fixados judicialmente.

3.1.4. No valor acima está incluído todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.1.5 O presente instrumento é valido e eficaz para a aplicaçao do disposto no § 4.° do art. 22 e dos arts. 23 e 24 todos da Lei n° 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a Ordemdos Advogados do Brasil), bem assim na forma do art. 22 da Resolução 168/2011 de 14.05.2009 do Conselho da Justiça Federal, ou qualquer outra norma que venha regulamentar o destaque de honorários contratuais no âmbito do Poder Judiciário, sendo autorizado o destaque dos honorários advocatícios.

3.2. Por ocasião da realização dos serviços o CONTRATADA deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. _____ Rubrica

e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES/MA.

3.3. O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

3.3.1. Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

a). Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014; **(observado o que dispõe o art. 3º, parágrafo único da EC nº. 106, promulgada em 7 de maio de 2020)**

b). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

d). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

3.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

3.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal e trabalhista.

3.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de

Fls. 014
Proc. 112
Rub.

economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

3.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.11. REGIME DE EXECUÇÃO: O Regime de execução será indireta em empreitada por preço unitário.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada devera prestar os serviços de acordo com o que prescreve as especificações deste Projeto Básico, em conformidade ainda com o teor da Minuta do Instumento Contratual e em observância aos ditames da Lei Federal nº 14.133/21, independentemente de transcrição.

4.2. Disponibilizar para a prestação dos serviços somente profissionais devidamente qualificados para a prestação dos serviços objeto desta licitação, objetivando lograr êxito e segurança, avocando para si toda a responsabilidade de forma a resguardar o Município de eventuais prejuízos decorrentes de qualquer demanda judicial.

4.3. Manter sob sua guarda e total responsabilidade eventuais documentos disponibilizados pelo Município.

4.4. Prestar os serviços de Assessoria Jurídica em observância à ética profissional instituída pela Ordem dos Advogados do Brasil, avocando para si total responsabilidade quanto ao ajuizamento e eventuais ações bem como acompanhamento do andamento dos processos judiciais em que for constituído como procurador para o fim.

4.5. Prestar de Consultoria Jurídica em suas instalações (Quando necessário) durante o expediente normal e sem limite de consultas objetivando dirimir dúvidas suscitadas por servidores do Município de Santo Antônio Dos Lopes/MA.

4.5.1. As eventuais consultas formuladas por servidores municipais, obje tivando elucidar dúvidas, poderá ser efetuada informalmente via telefone ou pessoalmente, ou através e-mails, ou correspondência durante o expediente normal de funcionamento da Prefeitura, sem limite de quantidade.

4.6. Repassar em tempo hábil ao Município informações que julgar necessárias dentre elas para providencias de pagamento de emolumentos ou taxas em tempo hábil.

4.7. Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da

Fls. 215
Proc.
Rub.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. Rubrica

Fls. 216
Proc. 117
Rub.

execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o Município Contratante.

4.8. Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com a Lei 14.133/21.

4.9. A contratada se submete as obrigações quanto a propriedade, seguranças e sigilo de informações prevista no Projeto Básico.

4.10. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo, também, de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços CONTRATADA s inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer s olidariedade da Prefeitura Municipal de SANTO ANTÔNIO DOS LOPES/MA por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de Santo Antônio Dos Lopes/MA;

4.11. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente aopagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciarios relacionados com o objeto do CONTRATO;

4.12. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

4.13. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

4.14. A CONTRATADA compromete-se a fornecer todas as informações necessárias à propositura das medidas judiciais descritas neste processo, bem como adimplir as despesas de viagem (transporte, estadia e alimentação), para a prática de atos processuais pertinentes ao objeto deste contrato (quando necessárias), gastos de postagem ou remessa junto à ECT, cópias reprográficas e autenticações, pagamento de perito contábil e/ou assistente técnico, ou quaisquer valores cujo dispêndio torne-se necessário no curso da lide, desde que autorizadas previamente por seu representante legal.

4.15. Eventual sucumbência da parte adversária por verba honorária, qualquer que seja a respectiva fixação, pertencerá ao prestador dos serviços advocaticios, que poderá proceder livremente à cobrança e recebimento da mesma, em seu proveito exclusivo.

4.16. No caso de êxito da demanda proposta e devidos a partir do momento em que forem disponibilizados os valores em favor do Município CONTRATANTE, de forma total ou em parcelas, mediante a expedição de precatório ou alvará judicial a ser recebido pelo Município ou a quem esse indicar mediante procuração pública, fica expressamente consignado que o percentual equivalente aos honorários advocatícios (caput) será pago diretamente à CONTRATADA, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte e a ser desmembrada pelo Juiz na forma do § 4° do art. 22 da Lei n° 8.906/94, independentemente dos honorários

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. _____ Rubrica

Fls. 217
Proc.
Rub.

sucumbenciais fixados judicialmente.

4.17. Executar os serviços de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico, anexo a este processo.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. A Contratante se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADA (a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes desse instrumento, consoante estabelece a Lei no 14.133/21 e suas alterações posteriores.

5.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

5.3. Constituir servidor devidamente habilitado para acompanhamento da execução do contrato administrativo conforme estabelece a Lei n 14.133/21.

5.4. Comunicar ao(à) CONTRATADA (a) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

5.5. Providenciar os pagamentos ao(à) CONTRATADA (a) à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

5.6. Notificar extrajudicialmente a futura Contratada e aplicar as sanções legais em decorrência do declínio na qualidade dos serviços, e/ou em decorrência de fatos supervenientes propensos a gerar prejuízos financeiros à Administração Pública.

5.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento e nas demais cominações legais.

5.8. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos serviços.

5.9. Acompanhar, controlar e avaliar os serviços prestados observando os padrões de qualidade, através da unidade responsável pela gestão do contrato.

5.10. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à prestação dos serviços.

5.11. Atestar as faturas e relatórios correspondentes à prestação de serviços, por intermédio do servidor competente.

5.12. Quando houver encerramento do contrato, ainda deverão ser pagos os honorários referentes a continuidade do contrato.

CLASUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. Rubrica

4.1 Executar os serviços de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico, anexo a este processo.

CLAUSULA SÉTIMA - DA SEGURANÇA E DO SIGILO

7.1. A CONTRATADA será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

7.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrati va, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

CLAUSULA OITAVA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços de consultoria, assessoria e acompanhamento, poderão ser prestados nas instalações da contratante e no escritório da contratada, ou em outro local, de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da Contratante, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços. Devendo toda e qualquer orientação técnica ser dada somente por profissionais devidamente habilitados.

Fls. 218
Proc.
Rub.

CLAÚSULA NONA - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

9.1. A Contratante e a Contratada, por si e por seus colaboradores, obrigam-se, a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

9.2. A Contratante e a Contratada, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da Contratada, ainda que este Contrato venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

9.3. A Contratante e a Contratada deverão manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas, técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de Dados Pessoais sejam estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

9.4. O MUNICÍPIO não autoriza a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de Dados, produtos ou subprodutos que se originem, ou sejam criados, a partir do tratamento de Dados

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. Rubrica

Fls. 119
Proc.
Rub.

estabelecido por este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. O prazo de execução do(s) serviço(s) objeto desta contratação sedará a partir da data da assinatura do contrato pelo **período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por vontade das partes ou com a continuidade das ações decorrentes dos objetos desse contrato, até que se esgotem todas as tramitações cabíveis referente ao objeto desta licitação, em especial até o trânsito em julgado da ação e consequente recebimento da quantia que o município faz Jus.

10.1.2. O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da assinatura do contrato pelo **período de 12 (doze) meses,** podendo ser prorrogado por vontade das partes ou com a continuidade das ações decorrentes dos objetos desse contrato, até que se esgotem todas as tramitações cabíveis referente ao objeto desta licitação, em especial até o trânsito em julgado da ação e consequente recebimento da quantia que o município faz Jus, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei n° 14.133/2021.

10.1.3. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADA.

10.1.4. O Serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a essencialidade dos serviços jurídicos, uma vez que o direito Tributário e Direito Administrativo versa de ramo específico, e assume papel Fundamental.

10.2. O prazo para iniciar a execução dos serviços será de 05 (cinco) dias, contados da Assinatura do Contrato, sendo que, a contratada deverá assinar o contrato no prazo máximo de 05 (Cinco) dias após a notificação.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FONTE DE RECURSOS

11.1. As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, na dotação orçamentária Exercício 2025 Atividade 0301.041220037.2.006 Mant. e Func. da Sec. de Planejamento e Administração, Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de consultoria, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. O preço do contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data limite para apresentação da proposta. O índice de reajuste será o IGP-M/FGV - Índice Geral de Preços do Mercado. Em caso de renovação do contrato, o índice de preços a ser utilizado para reajustamento desses serviços, caso o prazo de duração seja igual ou superior a um ano, será o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV ou qualquer outro que vier a ser adotado subsidiariamente ou em

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. _____ Rubrica

Fls. 220
Proc. 116
Rub.

substituição ao citado índice.

12.1.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

12.1.2. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

12.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA.

12.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Lei Federal n.º 14.133/21.

12.5. REGIME DE EXECUÇÃO: O Regime de execução será indireta em empreitada por preço unitário.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Secretaria de competência, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.3) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas **"ex- officio"** da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Secretaria de competência, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

e) Será ainda imputada a contratada multa ou punição no caso que couber por falha da (s) eventual (is) subcontratada(s) na prestação dos serviços.

13.2. Pela inexecução parcial do objeto a Contratada estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre a parcela em atraso e, pela inexecução total do objeto estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor global ora ajustado, além da perda das cauções e demais garantias prestadas (caso seja exigido no processo), em ambos os casos. Poderão, também, ser aplicadas, conjuntamente, as multas moratórias as quais serão autônomas, conquanto a aplicação delas não exclui a das compensatórias, sendo independentes e cumulativas. Nos casos de prejuízos excedentes aos valores das multas, desde que causados por culpa da Contratada, a Administração poderá cobrar indenização correspondente ao efetivo prejuízo. A incidência de quaisquer das multas moratórias previstas neste instrumento não eximirá a Contratada da obrigação de efetuar os reparos e correções necessários na obra.

13.3. A contratada reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n 14.133/21.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS E DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

14.1. A rescisão contratual poderá ser:

14.2. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados na Lei n 14.133/21;

14.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.4. Em caso de rescisão prevista na Lei n 14.133/21, sem que haja culpa do CONTRATADA , será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

14.5. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato mediante distrato entre as partes, não se exonerando, porém, das obrigações totais assumidas quanto aos honorários advocatícios.

14.6. Caso seja determinada a revogação do mandato conferido a CONTRAT ADA para consecução dos serviços CONTRATADA s, sem justa causa, os honorários advocatícios serão pagos conforme cláusula segunda, o qual incidirá sobre todos os benefícios financeiros decorrentes das medidas propostas.

14.7. As rescisões contratuais obedecerão ao contraditório e ampla defesa.

14.8. Nos casos de rescisão previstos neste contrato, a Administração, adotará as seguintes providências:

14.8.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local que se encontrar.

14.8.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade;

14.8.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento à Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

14.8.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos da legislação.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece a Lei n 14.133/21e suas alterações.

15.2. Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal.

15.3. Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal e encaminhados à Comissão de Contratação e Ordenador de Despesas de Competência.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DO (S) CONTRATO(S)

16.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal), designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina a legislação.

16.2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls _____ Rubrica

16.3. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipula do quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE , não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao objeto desta licitação, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

16.4. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

16.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes.

CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 02 (dois) vias para que possa produzir os efeitos legais.

ANTÔNIO DOS LOPES - MA, 24 de Março de 2025

Fls. 223
Proc. 118
Rub.

Tatiana Evelin Napoles Mendonça Castro
SEC. MUN. PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
CNPJ(MF) 06.172.720/0001-10
CONTRATANTE

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.03.25 13:52:32 -03'00'
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 09.181.344/0001-19
CONTRATADO(A)

CONTRATO Nº INEX-002-2025

CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ASSESSORIA JURIDICA NO AMBITO JUDICIAL E TRIBUTÁRIO, EM APOIO AS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE/MA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE, E O ESCRITÓRIO DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ Nº. 09.181.344/0001-19.

O Município de Miranda do Norte - MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ nº. 12.553.806/0001-96, com sede na Rua do Comércio, 183, Centro, CEP 65495-000, Miranda do Norte - MA, neste ato representada pelo Sr. **Saulo Rennan da Silva Mendes, Secretário Municipal de Administração e Finanças - SEMAF,** portador do **CPF nº 034.755.273-08,** nomeado através da Portaria **N.º 113/2024GP**, doravante denominado representante da **CONTRATANTE**, o Escritório **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. **09.181.344/0001-19**, com sede na Rua das Juçaras, Nº 04, Quadra 44 – Jardim Renascença - São Luís/MA, neste ato representado pelo sócio/administrador **Sr. Daniel de Faria Jeronimo Leite**, brasileiro, casado, advogado (**OAB/MA nº. 5991**), RG nº. 59007796-1 SSP-MA **e CPF nº. 799.588.933-04**, têm, entre si, ajustado o presente Termo de **Contrato nº 002-2025**, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº **002/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas e com base na Lei (74 da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Escritório de Advocacia para Prestação de Serviços Contínuos de Assessoria Jurídica no Âmbito judicial e tributário, em apoio as atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025 e a Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor global deste Contrato é de **R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quantificação do contrato se dará conforme planilha abaixo:

OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
Prestação dos serviços técnicos especializados, sob forma de patrocínio judicial sem caráter de exclusividade, preferencialmente em segundo grau e instância especial ou extraordinária, abrangendo, todos os atos e adoção de providências necessárias a defesa dos interesses do município, bem como serviços de assessoria jurídica especializada nas atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle de arrecadação, diversos ramos do direito, com exceção de assessoria em licitação, controle, trabalhista e dos processos acompanhados diretamente pela procuradoria municipal.	UNID.	12 MESES	R$ 40.000,00

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	
04.122.0002.2103.0000	**Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal**
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria

3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do (74 da Lei nº 14.133/2021), sendo a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
A vigência do CONTRATO será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura

PARÁGRAFO ÚNICO: Por se tratar de serviços contínuos, a vigência do presente contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, em observância aos ditames insculpidos no art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO
O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO
A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração, designando um servidor como fiscal, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO
O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, cabendo ao servidor responsável atestar as notas fiscais que deverão ser emitidas em 02 (duas) vias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços avençados em decorrência do presente contrato, não serão reajustados no período de no mínimo um ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no caput desta cláusula, a CONTRATANTE se obriga a pagar multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido à empresa.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

PARÁGRAFO QUINTO - Fica o contratado obrigado a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
As obrigações da Contratada obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
As obrigações da Contratante obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES
As sanções são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO
O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas da Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;
II - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES
Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro

meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
Na forma da Lei nº 14.133/2021, o contrato será publicado na imprensa oficial.

CLÁUULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO
O presente Contrato se vincula ao Termo de Referência e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
Fica eleito o foro de Itapecuru – Mirim/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Miranda do Norte/MA, 23 de janeiro de 2025.

SAULO RENNAN DA SILVA MENDES:03475527308
Assinado digitalmente por SAULO RENNAN DA SILVA MENDES:03475527308
Data: 2025.01.23 10:46:28-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE
Saulo Rennan da Silva Mendes
Secretário de Administração e Finanças
Contratante

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.01.23 11:11:48 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Daniel de Faria Jeronimo Leite
CPF nº. 799.588.933-04
sócio/administrador
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
CPF Nº

_____
CPF Nº

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

CONTRATO Nº 300101/2026/PMG
PROC. ADM. Nº 172/2026

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE GRAJAÚ** E DO OUTRO, **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, NOS TERMOS QUE SE SEGUEM:

O **MUNICÍPIO DE GRAJAÚ/MA**, através da sua **SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO - PMG/MA**, sediada na Rua Patrocínio Jorge, 05 - Centro - CEP 65.940-000, Grajaú/MA, CNPJ Nº 06.377.063/0001-48, neste ato representada pela Secretária Municipal Sra. **RAQUEL CARVALHO JORGE ARAUJO**, CPF sob o nº 059.166.833-59, residente e domiciliado na nesta Cidade e **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS,** sociedade de advocacia, com CNPJ nº 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, n° 04, Quadra 44, Jardim Renascença, CEP: 65.075-230, São Luís/MA, na pessoa de seu Administrador Sr. **DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE,** OAB/MA sob o nº 5991, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da **Inexigibilidade de Licitação n.º 08/2026/CPL/PMG** e do **Processo Administrativo n.º 172/2026,** com fundamento da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de sociedade de advogados para prestação de serviços jurídicos especializados na análise e adoção de medidas jurídicas administrativas para regularização de pendências do Município junto ao CAUC e ao SIAFI no âmbito extrajudicial e judicial, incluindo a elaboração de manifestações, recursos administrativos e pareceres jurídicos, vedada a atuação contábil ou financeira, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Grajaú/MA,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal do presente Contrato é de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais),** com valor global de **R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre eventuais problemas na execução do Contrato;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade via sistemas, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento, quando for o caso.

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros, quando for o caso.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato, quando for o caso.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando for o caso.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando for o caso.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, 14.133/2021), quando for o caso.

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, 14.133/2021);

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa.**

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocinio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.1.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, conforme dotação abaixo discriminada:

2 PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAU
02 PREFEITURA
02 32 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
023200 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
04 Administração
04 092 Representação Judicial e Extrajudicial
04 092 0008 APOIO ADMINISTRATIVO
04 092 0008 2188 0000 MANUT. FUNCIONAMENTO DA ASSESSORIA JURÍDICA
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Prefeitura Municipal de Grajaú – MA
Rua Patrocínio Jorge, 05 – Centro – CEP 65.940-000, Maranhão, Brasil
CNPJ nº 06.377.063/0001-48

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta cidade para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

RAQUEL CARVALHO JORGE ARAUJO:05916683359
Assinado de forma digital por RAQUEL CARVALHO JORGE ARAUJO:05916683359
Dados: 2026.01.30 13:48:58 -03'00'

Grajaú (MA), 30 de janeiro de 2026.

RAQUEL CARVALHO JORGE ARAUJO
Secretária Municipal
pela CONTRATANTE

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2026.01.30 08:35:54 -03'00'

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: CPF:

DANIEL LEITE
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

Fls. 210
Proc. 172
Rub.

OFÍCIO DL/ADV nº 49/2026 São Luis, 27 de fevereiro de 2026

Prezado,

Apraz-me encaminhar o presente ofício, informando que no cumprimento do contrato de prestação de serviços advocatícios ora em execução, além dos pareceres e minutas de decreto, contrato e demais instrumentos administrativos formulados, várias petições já foram protocoladas.

Aproveita-se o ensejo para requerer a Nota Fiscal nº 3790 e se informa dados da conta bancária em nome de Daniel Leite & Advogados, Agência 2953-X, Conta Corrente 39.371-1, Banco do Brasil.

Cordialmente,

Daniel de Faria Jerônimo Leite

OAB/MA 5991

Rua das Juçaras, Quadra 44, Casa 04 – Renascença I, São Luís (MA).
CEP: 65075-230. Fone/fax: (98) 3235-5687

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota	**00003790**
Data e Hora da Emissão	**27/02/2026 16:51:08**
Competência da NFS-e	**02/2026**
Chave de Acesso da NFS-e	**21113001209181344000119000000000379026029287431179**
Código de Verificação	**18B1.9BFD.DAA8.7582.7C3E.F3AA.AAA0.2E2C**

CERTIFICADO 1020260092131444

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CPF / CNPJ: **09.181.344/0001-19** Inscrição Municipal: **62370009**

Endereço: **R DAS JUCARAS 04 QUADRA44 - BAIRRO RENASCENCA I - CEP: 65075230**

Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **m.domingas@yahoo.com.br** Telefone: **(98) 32311721**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **MUNICIPIO DE GRAJAU**

CPF/CNPJ: **06.377.063/0001-48** Inscrição Municipal: **3682404153**

Endereço: **R FREI BENJAMIM 01 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65940000**

Município: **GRAJAU** UF: **MA** Email: **tributos@grajau.ma.gov.br** Telefone: **(99) 98132744**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição:REFERENTE A 1ª FATURA DO CONTRATO Nº 300101/2026/PMG, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026, DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA PRESTADOS. EMPRESA ISENTA DE RETENÇÃO DE ISS POR TER RECOLHIMENTO DIFERENCIADO ISS FIXO.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
TRIBUTÁVEL	ADVOCACIA	1	30.000,00	30.000,00

Fls. 241
Proc. 110
Rub.

PIS (0,00%): **R$ 0,00**	COFINS (0,00%): **R$ 0,00**	INSS (0,0000%): **R$ 0,00**	IR (1,5000%): **R$ 450,00**
CSLL (1,0000%): **R$ 300,00**	IBS MUNICIPAL (0,00%): **R$ 0,00**	IBS ESTADUAL (0,00%): **R$ 0,00**	CBS (0,00%): **R$ 0,00**

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 30.000,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Alíquota:	Valor ISS:
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 30.000,00**	**0,00%**	**R$ 0,00**

OUTRAS INFORMAÇOES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: TRIBUTÁVEL FIXO

Local de Prestação do Serviço: SAO LUIS / MA

Recolhimento: PRÓPRIO

Atividade: 691170100 - SERVICOS ADVOCATICIOS

Serviço: 171401 - Advocacia

Mês de

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leutura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
09.181.344/0001-19 **MATRIZ**		**24/05/2007**

NOME EMPRESARIAL	**DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	**DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**
PORTE	**EPP**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	**69.11-7-01 - Serviços advocatícios**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	**Não informada**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA	**223-2 - Sociedade Simples Pura**

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DAS JUCARAS	**04**	**QUADRA44**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.075-230	**RENASCENCA I**	**SAO LUIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 2311-721 / (98) 2311-721

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)	*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/05/2007**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/02/2026** às **11:01:06** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Fls. 213
Proc.
Rub.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Fls. 243
Proc. 112
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 09.181.344/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:08:51 do dia 09/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/06/2026.
Código de controle da certidão: **EED8.D31D.FC24.60C0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls. 844
Proc. 112
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.181.344/0001-19
Certidão nº: 9873791/2026
Expedição: 12/02/2026, às 10:28:11
Validade: 11/08/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.181.344/0001-19, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Fls. 245
Proc. 112
Rub.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 120337/25 **Data da Certidão:** 22/12/2025 10:20:45

CPF/CNPJ CONSULTADO: **09181344000119**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 22/03/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 23/12/2025 09:41:44

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fls. 246
Proc. 112
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 407164/25 **Data da Certidão:** 19/12/2025 10:51:26

CPF/CNPJ 09181344000119 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 19/03/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 19/12/2025 10:51:26

CERTIFICADO
1020260092126300

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Fls. 24/7
Proc. 112
Rub.

Número da Certidão: 00013055712026

Validade: 19/06/2026

Certificamos que até a presente data não consta débito fiscal relativo a pessoa jurídica, descrita abaixo, reserva-se o direito de a fazenda municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista nos artigos 80 e 146, da lei 6.289, de 28/12/2017 do código tributário municipal. #baixaempr

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 09.181.344/0001-19	**Inscrição Municipal:** 62370009
Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
691170100 - SERVICOS ADVOCATICIOS	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: RUA DAS JUCARAS	
Número: 04	**Complemento:** QUADRA44
Bairro: RENASCENCA I	
Município: SAO LUIS - MA	**CEP:** 65075230

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **19 de fevereiro de 2026 as 10:38**, sob o código de autenticidade nº **113D2040B5AFC6273F4D4D0BA769EED7**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

Fls. 148
Proc.
Rub.

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.181.344/0001-19

Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Endereço: R DAS JUCARAS 04 QUADRA44 / RENASCENCA / SAO LUIS / MA / 65075-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/02/2026 a 19/03/2026

Certificação Número: 2026021820361607001772

Informação obtida em 27/02/2026 11:40:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. 2/8
Proc. 119
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 20250328001/2025

INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE QUE FAZEM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA** E A EMPRESA **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS.**

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA**, ente de direito público, situada na Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro - CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araioses/MA, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 06.450.191/0001-70, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO**, portador da carteira de identidade n.º 038633252009-9 SESP/MA e inscrito no CPF sob o n.º 099.155.913-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.181.344/0001-19, sediado(a) na Rua das Juçaras, n.º04, Quadra 44, Jardim Renascença, na cidade de São Luís/MA, neste ato representado(a) por **DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE**, inscrito no CPF n.º 799.588.933-04, portador da OAB/MA 5991, tendo como e-mail para correspondência eletrônica dandara@danielleiteadvogados.com, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA**, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da modalidade **INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araioses/MA**, nas condições estabelecidas no Termo de Reterência.

1.2. O valor do presente Contrato é de **R$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL UNIT	VL TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araioses/MA.	MÊS	12	R$ 30.000,00	R$ 360.000,00
VALOR TOTAL DE R$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS)					

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
BANCO DO BRASIL
Ag: 2953-x
c/c: 39371-1

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do

Fls. 250
Proc.
Rub.

objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Aviso de Contratação Direta;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência da contratação terá início a partir da data de sua assinatura com início em **28/03/2025 até 28/03/2026,** condicionada sua efcácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração determo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. É vedada a Subcontratação desta Contratação.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **01 (um) ano** contado da data da celebração do instrumento contratual.

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) defnitivo(s).

5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente,o(s) defnitivo(s).

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento detodas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Reterência;

6.3. Notifcar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verifcadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da **CONTRATANTE** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-fnanceiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2. Entregar o objeto nas condições estabelecidas neste edital;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

7.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifcarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.8. Quando não for possível a verifcação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação especifca, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.12. Manter durantet oda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com defciência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.14. Comprovar a reserva de cargos a que se retere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrato único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.15. Guardar sigilo sobre todas as intormações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satistatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perteito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

7.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especifcações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos

serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justifcado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justifcar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justifcar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
IV. Multa: Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustifcado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.
a) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
b) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
c) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
d) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)
9.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
9.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).
9.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diterença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
9.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla detesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no capute parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou

contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os eteitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fns de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla detesa.
10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
10.5.3. Indenizações e multas.

10.6. A extinção do contrato não confgura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-fnanceiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, fnanceira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02 PODER EXECUTIVO
02 02 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAIOSES
04 Administração
04 122 Administração Geral
04 122 0203 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

02 PODER EXECUTIVO
02 04 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE ARAIOSES
04 Administração
04 122 Administração Geral
04 122 0204 SECRETARIA DE FINANÇAS
04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justifcada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1. Fica eleito O foro da Comarca de Araioses no Estado do Maranhão, será o competente para dirimir dúvidas ou pendências resultantes deste Contrato.

15.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em **2 (duas) vias** de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Araioses/MA, 28 de março de 2025.

JOAO CANDIDO CARVALHO NETO:09915591349
Assinado de forma digital por JOAO CANDIDO CARVALHO NETO:09915591349
Dados: 2025.03.28 12:02:04 -03'00'

JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO
CPF n.º 099.155.913-49
Prefeito da cidade de Araioses/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA

Fls. 118
Proc.
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.03.28 14:26:59 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ n.º 49.162.710/0001-07
Representante Legal: Daniel de Faria Jerônimo Leite
OAB/MA 5991
CPF n.º 799.588.933-04

TESTEMUNHA:
CPF:

TESTEMUNHA:
CPF:

CONTRATO Nº INEX-002-2025

CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ASSESSORIA JURIDICA NO AMBITO JUDICIAL E TRIBUTÁRIO, EM APOIO AS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE/MA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE, E O ESCRITÓRIO DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ Nº. 09.181.344/0001-19.

O Município de Miranda do Norte - MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ nº. 12.553.806/0001-96, com sede na Rua do Comércio, 183, Centro, CEP 65495-000, Miranda do Norte - MA, neste ato representada pelo Sr. **Saulo Rennan da Silva Mendes, Secretário Municipal de Administração e Finanças - SEMAF,** portador do **CPF nº 034.755.273-08,** nomeado através da Portaria **N.º 113/2024GP**, doravante denominado representante da **CONTRATANTE**, o Escritório **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. **09.181.344/0001-19**, com sede na Rua das Juçaras, Nº 04, Quadra 44 – Jardim Renascença - São Luís/MA, neste ato representado pelo sócio/administrador **Sr. Daniel de Faria Jeronimo Leite**, brasileiro, casado, advogado (**OAB/MA nº. 5991**), RG nº. 59007796-1 SSP-MA **e CPF nº. 799.588.933-04**, têm, entre si, ajustado o presente Termo de **Contrato nº 002-2025**, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº **002/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas e com base na Lei (74 da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Escritório de Advocacia para Prestação de Serviços Contínuos de Assessoria Jurídica no Âmbito judicial e tributário, em apoio as atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025 e a Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor global deste Contrato é de **R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quantificação do contrato se dará conforme planilha abaixo:

OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
Prestação dos serviços técnicos especializados, sob forma de patrocínio judicial sem caráter de exclusividade, preferencialmente em segundo grau e instância especial ou extraordinária, abrangendo, todos os atos e adoção de providências necessárias a defesa dos interesses do município, bem como serviços de assessoria jurídica especializada nas atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle de arrecadação, diversos ramos do direito, com exceção de assessoria em licitação, controle, trabalhista e dos processos acompanhados diretamente pela procuradoria municipal.	UNID.	12 MESES	R$ 40.000,00

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	
04.122.0002.2103.0000	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria

3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do (74 da Lei nº 14.133/2021), sendo a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
A vigência do CONTRATO será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura

PARÁGRAFO ÚNICO: Por se tratar de serviços contínuos, a vigência do presente contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, em observância aos ditames insculpidos no art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO
O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO
A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração, designando um servidor como fiscal, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO
O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, cabendo ao servidor responsável atestar as notas fiscais que deverão ser emitidas em 02 (duas) vias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços avençados em decorrência do presente contrato, não serão reajustados no período de no mínimo um ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no caput desta cláusula, a CONTRATANTE se obriga a pagar multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido à empresa.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

PARÁGRAFO QUINTO - Fica o contratado obrigado a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
As obrigações da Contratada obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
As obrigações da Contratante obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES
As sanções são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO
O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas da Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;
II - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES
Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro

meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
Na forma da Lei nº 14.133/2021, o contrato será publicado na imprensa oficial.

CLÁUULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO
O presente Contrato se vincula ao Termo de Referência e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
Fica eleito o foro de Itapecuru – Mirim/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Miranda do Norte/MA, 23 de janeiro de 2025.

SAULO RENNAN DA SILVA MENDES:03475527308
Assinado digitalmente por SAULO RENNAN DA SILVA MENDES:03475527308
Data: 2025.01.23 10:46:28-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE
Saulo Rennan da Silva Mendes
Secretário de Administração e Finanças
Contratante

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.01.23 11:11:48 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Daniel de Faria Jeronimo Leite
CPF nº. 799.588.933-04
sócio/administrador
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
CPF Nº

_____
CPF Nº

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota	**00003758**
Data e Hora da Emissão	**23/01/2026 15:06:55**
Competência da NFS-e	**01/2026**
Chave de Acesso da NFS-e	**21113001209181344000119000000000375826012375563232**
Código de Verificação	**08FC.FC13.4F71.208A.1FB1.661A.BEC3.1127**

CERTIFICADO 1020260092110502

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CPF / CNPJ: **09.181.344/0001-19** Inscrição Municipal: **62370009**

Endereço: **R DAS JUCARAS 04 QUADRA44 - BAIRRO RENASCENCA I - CEP: 65075230**

Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **m.domingas@yahoo.com.br** Telefone: **(98) 32311721**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**

CPF/CNPJ: **12.553.806/0001-96** Inscrição Municipal:

Endereço: **RUA DO COMÉRCIO , N°183-MIRANDA DO NORTE -MA 0 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65495000**

Município: **MIRANDA DO NORTE** UF: **MA** Email: **semaf.pmmn@gmail.com** Telefone: **(98)**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição:REFERENTE A SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. 12ª PARCELA (JANEIRO/2026) DO CONTRATO Nº INEX-002-2025. EMPRESA ISENTA DE RETENÇÃO DE ISS POR TER RECOLHIMENTO DIFERENCIADO - ISS FIXO.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
TRIBUTÁVEL	ADVOCACIA	1	40.000,00	40.000,00

PIS (0,00%):	COFINS (0,00%):	INSS (0,0000%):	IR (1,5000%):
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 600,00**

CSLL (1,0000%):	IBS MUNICIPAL (0,00%):	IBS ESTADUAL (0,00%):	CBS (0,00%):
R$ 400,00	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 40.000,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Alíquota:	Valor ISS:
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 40.000,00**	**0,00%**	**R$ 0,00**

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: TRIBUTÁVEL FIXO

Local de Prestação do Serviço: SAO LUIS / MA

Recolhimento: PRÓPRIO

Atividade: 691170100 - SERVICOS ADVOCATICIOS

Serviço: 171401 - Advocacia

Mês de

Fls. 114

Proc. 117

Rub.

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota	**00003785**
Data e Hora da Emissão	**24/02/2026 15:58:24**
Competência da NFS-e	**02/2026**
Código de Verificação	E712.8572.335A.A60A.A31D.B2D6.C837.38C1

CERTIFICADO 1020260092129252

Chave de Acesso da NFS-e
21113001209181344000119000000000378526026773145098

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**
CPF / CNPJ: **09.181.344/0001-19** Inscrição Municipal: **62370009**
Endereço: **R DAS JUCARAS 04 QUADRA44 - BAIRRO RENASCENCA I - CEP: 65075230**
Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **m.domingas@yahoo.com.br** Telefone: **(98) 32311721**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA-MA**
CPF/CNPJ: **06.232.615/0001-20** Inscrição Municipal:
Endereço: **AVN CORONEL FRANCISCO MOREIRA N.45 0 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65540000**
Município: **SANTA QUITERIA DO MARANHAO** UF: **MA** Email: **comprassantaquiteria@gmail.** Telefone: **(98)**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição:REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA RELATIVO AO MÊS DE FEVEREIRO/2026, CONFORME CONTRATO Nº 20250220001/25, PROCESSO ADM Nº 202502503/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 007/2025. EMPRESA ISENTA DE RETENÇÃO DE ISS POR TER RECOLHIMENTO DIFERENCIADO - ISS FIXO.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
TRIBUTÁVEL	ADVOCACIA	1	30.000,00	30.000,00

PIS (0,00%): **R$ 0,00**	COFINS (0,00%): **R$ 0,00**	INSS (0,0000%): **R$ 0,00**	IR (1,5000%): **R$ 450,00**
CSLL (1,0000%): **R$ 300,00**	IBS MUNICIPAL (0,00%): **R$ 0,00**	IBS ESTADUAL (0,00%): **R$ 0,00**	CBS (0,00%): **R$ 0,00**

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 30.000,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Alíquota:	Valor ISS:
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 30.000,00**	**0,00%**	**R$ 0,00**

OUTRAS INFORMAÇOES

Descrição NBS:
Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: TRIBUTÁVEL FIXO
Local de Prestação do Serviço: SAO LUIS / MA
Recolhimento: PRÓPRIO
Atividade: 691170100 - SERVICOS ADVOCATICIOS

Serviço: 171401 - Advocacia
Mês de

Fls. 265
Proc. 117
Rub.

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota	**00003801**
Data e Hora da Emissão	**10/03/2026 16:01:59**
Competência da NFS-e	**03/2026**
Código de Verificação	DEF2.68CF.FBC2.C9A2.8E02.6BB4.4999.DFAC

CERTIFICADO 1020260092137171

Chave de Acesso da NFS-e
21113001209181344000119000000000380126039838719570

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**
CPF / CNPJ: **09.181.344/0001-19** Inscrição Municipal: **62370009**
Endereço: **R DAS JUCARAS 04 QUADRA44 - BAIRRO RENASCENCA I - CEP: 65075230**
Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **m.domingas@yahoo.com.br** Telefone: **(98) 32311721**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE**
CPF/CNPJ: **01.558.070/0001-22** Inscrição Municipal:
Endereço: **AV RUA BR 119, Nº 1670 0 PROXIMO AO AEROPORTO - BAIRRO AEROPORTO - CEP: 65727000**
Município: **SAO LUIS** UF: **MA** Email: **tributostrizideladovale@gmail.** Telefone: **(99) 98187020**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição:REFERENTE A SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS DO MÊS DE JANEIRO/2026 - 1ª FATURA DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100108/-1/2025, PROCESSO Nº 3012001/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 024/2025. EMPRESA ISENTA DE RETENÇÃO DE ISS POR TER RECOLHIMENTO DIFERENCIADO - ISS FIXO.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
TRIBUTÁVEL	ADVOCACIA	1	30.000,00	30.000,00

Fls. 266
Proc. 17
Rub.

PIS (0,6500%): **R$ 195,00**	COFINS (3,0000%): **R$ 900,00**	INSS (0,0000%): **R$ 0,00**	IR (1,5000%): **R$ 450,00**
CSLL (1,0000%): **R$ 300,00**	IBS MUNICIPAL (0,00%): **R$ 0,00**	IBS ESTADUAL (0,00%): **R$ 0,00**	CBS (0,00%): **R$ 0,00**

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 30.000,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Alíquota:	Valor ISS:
R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 30.000,00**	**0,00%**	**R$ 0,00**

OUTRAS INFORMAÇOES

Descrição NBS:
Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador Tributação: TRIBUTÁVEL FIXO
Local de Prestação do Serviço: SAO LUIS / MA
Recolhimento: PRÓPRIO
Atividade: 691170100 - SERVICOS ADVOCATICIOS

Serviço: 171401 - Advocacia
Mês de

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e



MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

ADVOGADA, OAB/MA Nº 29.799

Fls. 113
Proc.
Rub.

(98) 98728-4321
eduardaftnll@gmail.com

FORMAÇÃO

Direito 2024

Bacharelado - Universidade Ceuma

Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho

Em andamento

Pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil

Em andamento

IDIOMAS

Português nativo

Inglês avançado

CURSOS RELEVANTES

- Curso de Iniciação à Advocacia - Oratória, Gestão de Escritório, Precificação, Branding Jurídico e Marketing Jurídico (CJA/OAB-MA)
- Curso de Formação Profissional em Contratos (CADP);

CONQUISTAS

- Aluna destaque na graduação: integrante no rol de melhores discentes da Universidade Ceuma em 2021, 2022, 2023 e 2024;
- Coeficiente de rendimento acadêmico: 9,11

PERFIL PROFISSIONAL

Advogada. Habilidades com os meios processuais eletrônicos, com facilidade de adaptação. Proativa, bom relacionamento interpessoal, valoriza transparência, organização e compromisso, visando sempre a qualificação e o aperfeiçoamento profissional. Habilidades verbais e escritas, proficiente em coordenação de compromissos e reuniões, experiência em softwares de gerenciamento de agendas e ferramentas de Inteligência Artificial.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Estagiária - Veras Advogados (março de 2022)

- Confecção de peças jurídicas e elaboração de relatórios processuais.

Estagiária - Bruno Guimarães Advocacia e Consultoria (abril de 2022 a setembro de 2022)

- Confecção de peças jurídicas nas áreas Cível, Consumidor e Família, manuseio e protocolo no sistema PJe.

Estagiária - Alfredo Goes Advogados (setembro de 2022 a fevereiro de 2024)

- Confecção de peças jurídicas nas área Trabalhista e Empresarial;
- Controle de processos por meio de planilhas no Excel e relatórios para apresentação aos clientes;
- Comunicação direta com clientes para explicar procedimentos, andamentos processuais, discutir e enviar minutas contratuais etc.;
- Elaboração de notificações extrajudiciais, circulares, comunicados de suspensão/advertência na esfera trabalhista, termos de rescisão de contratos, defesas administrativas etc.;
- Elaboração e revisão de contratos;

Estagiária e Advogada - Daniel Leite e Advogados Associados (fevereiro de 2024 - atual)

- Confecção de peças jurídicas nas áreas de Direito Municipal, Administrativo, Cível e Eleitoral;
- Elaboração de relatórios, resumos processuais, pareceres etc;
- Discussão de processos, participação em reuniões, diligências etc.

Fls. 268
Proc. 112
Rub.

ceisc

Certificamos que

Maria Eduarda de Oliveira Fontenelle

(611.266.873-40) concluiu

Curso OAB 2ª Fase Trabalho 39º Exame

conduzido por **Ceisc** nos dias

18 de Novembro de 2023 a 21 de Janeiro de 2024

totalizando **160 horas.**

Código Digital de Aferição de Autencidade: 2FT3111861140. A autenticidade do certificado pode ser realizada por meio do envio do CDAA para atendimento@ceisc.com.br ou pela utilização do QR Code.

Jessica Hentschke

Daniele Rathke

CERTIFICADO EMITIDO Abril de 2024

© CEISC CURSOS PREPARATÓRIOS LTDA 22.268.951/0001-89

Fls. 169
Proc. 11
Rub.

CADP CENTRO DE APROFUNDAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O coordenador do **Centro de Aprofundamento e Desenvolvimento Profissional – CADP** confere a

MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

Certificado de conclusão do curso de **Curso de Formação Profissional em Contratos (online)**

com **24 horas** online, no período de **18 de Outubro de 2022** a **26 de Janeiro de 2023**.

Rio de Janeiro / RJ, 27 de Janeiro de 2023

CADP - CENTRO DE APROFUNDAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Pablo Galvão Marano

Coordenador Acadêmico

348-P-3



MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

ADVOGADA, OAB/MA Nº 29.799

(98) 98728-4321
eduardaftnll@gmail.com

Fls. 270
Proc. 110
Rub.

FORMAÇÃO

Direito 2024

Bacharelado - Universidade Ceuma

Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho

Em andamento

Pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil

Em andamento

IDIOMAS

Português nativo

Inglês avançado

CURSOS RELEVANTES

- Curso de Iniciação à Advocacia - Oratória, Gestão de Escritório, Precificação, Branding Jurídico e Marketing Jurídico (CJA/OAB-MA)
- Curso de Formação Profissional em Contratos (CADP);

CONQUISTAS

- Aluna destaque na graduação: integrante no rol de melhores discentes da Universidade Ceuma em 2021, 2022, 2023 e 2024;
- Coeficiente de rendimento acadêmico: 9,11

PERFIL PROFISSIONAL

Advogada. Habilidades com os meios processuais eletrônicos, com facilidade de adaptação. Proativa, bom relacionamento interpessoal, honestidade, transparência, organização e compromisso, visando sempre a qualificação e o aperfeiçoamento profissional. Habilidades verbais e escritas, proficiente em coordenação de compromissos e reuniões, experiência em softwares de gerenciamento de agendas e ferramentas de Inteligência Artificial.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Estagiária voluntária - Veras Advogados (março de 2022)

- Confecção de peças jurídicas e elaboração de relatórios processuais.

Estagiária voluntária - Bruno Guimarães Advocacia e Consultoria (abril de 2022 a setembro de 2022)

- Confecção de peças jurídicas nas áreas Cível, Consumidor e Família, manuseio e protocolo no sistema PJe.

Estagiária remunerada - Alfredo Goes Advogados (setembro de 2022 a fevereiro de 2024)

- Confecção de peças jurídicas nas área Trabalhista e Empresarial;
- Controle de processos por meio de planilhas no Excel e relatórios pormenorizados para apresentação aos clientes;
- Comunicação direta com clientes para explicar procedimentos, andamentos processuais, discutir e enviar minutas contratuais etc.;
- Elaboração de notificações extrajudiciais, circulares, comunicados de suspensão/advertência na esfera trabalhista, termos de rescisão de contratos, defesas administrativas etc.;
- Manuseio diário do sistema Pje.;
- Elaboração e revisão de contratos;
- Diligências por meio do Balcão Virtual.

Estagiária e Advogada - Daniel Leite e Advogados Associados (fevereiro de 2024 - atual)

- Confecção de peças jurídicas nas áreas de Direito Municipal, Administrativo, Cível e Eleitoral;
- Elaboração de relatórios, resumos processuais, pareceres etc;
- Discussão de processos, participação em reuniões, diligências etc.

RUA JOSUÉ MONTELLO, Nº 01, RENASCENÇA II, MA
CIDADE: SÃO LUÍS-MA, CEP: 65075-120
CNPJ: 23.689.763/0003-59

Fls. 271
Proc.
Rub.

CERTIDÃO ESPECÍFICA Nº 667962/2025

Certificamos para os devidos fins, que **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE,** sob o RA **011822**, Brasileiro(a), natural de **São Luís - MA,** nascido(a) em **20 de setembro de 2002,** filho(a) de **VERALÚCIA NUNES DE OLIVEIRA FONTENELLE e ERICKSSON FONTENELLE DE OLIVEIRA**, colou grau em **20 de dezembro de 2024**, no Curso Superior de **DIREITO** no turno **MATUTINO**, sendo-lhe conferido o grau de **BACHARELA EM DIREITO**.

Certificamos, ainda, que o diploma está em trâmite de expedição e registro, através da solicitação nº **667931**.

São Luís - MA, 13 de março de 2025.

GRUPO EDUCACIONAL CEUMA

Atenção, agora a certidão dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento use o **QRCode** ao lado, ou acesse **valida.ceuma.br**, e informe o identificador **95fb0630-caed-40c3-a992-10ca0f1c5a7b.**
Válido por noventa dias após a data de emissão.

UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO
Credenciada pela Portaria Ministerial nº 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U nº 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.

HISTÓRICO ESCOLAR

Fls. 172
Proc.
Rub.

RA
011822

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

Identidade: 0452889920120 **Org. Emissor:** SSP **Nascimento:** 20/09/2002 **Estado:** MA **Nacionalidade:** Brasileira
C.P.F.: 61126687340 **Título Eleitoral:** 080219741180 **Zona:** 003 **Seção:** 0275
Doc. Militar: **Org. Emissor:** **Circunsc.:** **Data:**

Estudo de 2º Grau: CENTRO DE ENSINO "MANOEL BECKMAN" **Local:** SÃO LUIS - MA
Disciplinas: MATEMÁTICA FÍSICA QUÍMICA BIOLOGIA HISTÓRIA GEOGRAFIA PORTUGUÊS REDAÇÃO INGLÊS

Curso: DIREITO - 17088 **Reconhecimento do Curso/Portaria:** 387 **D.O.U.:** 14/08/2024
Habilitação: BACHARELADO EM DIREITO **Carga Horária:** 3700 h

Data de Ingresso: 2020/1 **Forma de Ingresso:** Vagas Novas - ENEM - PROUNI **Classificação:** 999
Nº Processo: 667931 **Livro:** 270 **Folha:** 171 **Registro:** 171 **Série:**
Conclusão do Curso: 17/12/2024 **Data da Colação de Grau:** 20/12/2024 **Expedição do Diploma:** 19/02/2025
Grau Conferido: BACHARELA EM DIREITO

Representante Legal: **CRISTINA NITZ DA CRUZ**

Período	Código	Disciplina	Ano	Semestre	Carga Horária	Média	Situação	Docente	Titulação
1	007554.060	METODOLOGIA CIENTIFICA	2020	1	60	9.00	Aprovado	MARCIA VALERIA MELO E SILVA	Mestre
	007802.060	CIÊNCIA POLÍTICA	2020	1	60	10.00	Aprovado	EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	Doutor
	007885.060	PSICOLOGIA GERAL E JURÍDICA	2020	1	60	8.50	Aprovado	FRANCISCA MORAIS DA SILVEIRA	Doutor
	007886.060	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	2020	1	60	8.00	Aprovado	KARLA SUZY ANDRADE PITOMBEIRA	Mestre
	009349.060	TEORIA DO DIREITO	2020	1	60	8.25	Aprovado	CLARA TEREZA BARROS LEDA CARVALHO	Especialista
2	000391.060	TEORIA GERAL DO PROCESSO	2020	2	60	9.25	Aprovado	MARJORIE EVELYN MARANHAO SILVA	Mestre
	006428.060	HISTORIA DO DIREITO	2020	2	60	7.00	Aprovado	ANDRE LUIZ PEREIRA VIEGAS	Especialista
	007887.060	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	2020	2	60	9.50	Aprovado	KARLA SUZY ANDRADE PITOMBEIRA	Mestre
	007888.060	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	2020	2	60	9.50	Aprovado	DEBORA DE OLIVEIRA BEZERRA DE ARAUJO	Mestre
	007889.060	DIREITO PENAL I	2020	2	60	9.25	Aprovado	THAYARA SILVA CASTELO BRANCO	Doutor
	007890.060	DIREITO CIVIL I	2020	2	60	9.50	Aprovado	JAQUELINE PRAZERES DE SENA LOPES	Mestre
3	000160.060	ECONOMIA	2021	1	60	8.50	Aprovado	DANILO JOSE MENEZES PEREIRA	Especialista
	007891.060	DIREITO CONSTITUCIONAL I	2021	1	60	9.00	Aprovado	EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	Doutor
	007892.060	DIREITO PENAL II	2021	1	60	10.00	Aprovado	ROBERTO MONGELOS WALLIM JUNIOR	Especialista
	007893.060	DIREITO CIVIL II	2021	1	60	10.00	Aprovado	MARCIO ANTONIO PINTO DE ALMEIDA FILHO	Especialista
	007894.060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	2021	1	60	9.50	Aprovado	MARJORIE EVELYN MARANHAO SILVA	Mestre
	007896.060	DIREITO DO TRABALHO I	2022	1	60	10.00	Aprovado	JOSE MARTINS COSTA NETO	Especialista
4	007895.060	DIREITO CONSTITUCIONAL II	2021	2	60	8.00	Aprovado	EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	Doutor
	007897.060	DIREITO PENAL III	2021	2	60	8.25	Aprovado	ROBERTO MONGELOS WALLIM JUNIOR	Especialista
	007898.060	DIREITO CIVIL III	2021	2	60	8.50	Aprovado	BIANCA MARIA MARQUES RIBEIRO VASCONCELOS	Especialista
	007899.060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	2021	2	60	9.50	Aprovado	HERALDO ELIAS NOGUEIRA NUNES	Mestre
	007900.060	DIREITO DO TRABALHO II	2021	2	60	7.00	Aprovado	HELIO ARAUJO DE LIMA	Especialista
	008097.060	DIREITO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DO IDOSO E DA PESSOA COM DEFICIENCIA	2021	2	60	9.00	Aprovado	BIANCA MARIA MARQUES RIBEIRO VASCONCELOS	Especialista

Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o **QRCode** ao lado ou acesse **valida.grupoceuma.com.br** e informe o identificador **ab9c894d-de6e-471e-bbba-c16cc817e3b3.**
Válido por noventa dias após a data de emissão.

UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO
Credenciada pela Portaria Ministerial n° 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U n° 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.

HISTÓRICO ESCOLAR

Fls. 273
Proc. 176
Rub.

RA
011822

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

Período	Código	Disciplina	Ano	Semestre	Carga Horária	Média	Situação	Docente	Titulação
5	007901.060	DIREITO PENAL IV	2022	1	60	9.50	Aprovado	SERGIO DENYS NASCIMENTO JACOME	Especialista
	007903.060	DIREITO CIVIL IV	2022	1	60	9.00	Aprovado	MILTON RICARDO LUSO CALADO	Especialista
	007904.060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	2022	1	60	10.00	Aprovado	ANA PAULA GALVAO MELLO	Mestre
	008540.060	DIREITO CONSTITUCIONAL III	2022	1	60	8.75	Aprovado	ANA CARLA DE MELO ALMEIDA	Mestre
	009524.060	DIREITO ELEITORAL E PARTIDARIO	2022	1	60	9.00	Aprovado	JAQUELINE PRAZERES DE SENA LOPES	Mestre
	009525.060	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	2022	1	60	8.50	Aprovado	BIANCA MARIA MARQUES RIBEIRO VASCONCELOS	Especialista
6	007906.060	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	2022	2	60	9.50	Aprovado	SERGIO DENYS NASCIMENTO JACOME	Especialista
	007909.060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	2022	2	60	8.25	Aprovado	HERALDO ELIAS NOGUEIRA NUNES	Mestre
	007913.060	DIREITO ADMINISTRATIVO I	2022	2	60	8.50	Aprovado	ALESSANDRA ANCHIETA MOREIRA LIMA DE AGUIAR	Especialista
	007918.060	DIREITO EMPRESARIAL I	2022	2	60	10.00	Aprovado	CLAUDSON GOMES SANTOS	Mestre
	009526.060	DIREITO CIVIL V	2022	2	60	10.00	Aprovado	VIVIAN RENATA GOMES CAMARGO	Especialista
	009527.060	DIREITO PORTUARIO	2022	2	60	10.00	Aprovado	AMANDA SILVA MADUREIRA	Doutor
7	001529.060	DIREITO DO CONSUMIDOR	2023	1	60	9.00	Aprovado	JOSE CALDAS GOIS JUNIOR	Mestre
	007911.060	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	2023	1	60	7.50	Aprovado	THEMIS ALEXSANDRA SANTOS BEZERRA BUNA	Mestre
	007912.060	DIREITO CIVIL VI	2023	1	60	9.50	Aprovado	JOSEDLA FRAGA COSTA CARVALHO	Doutor
	007917.060	DIREITO ADMINISTRATIVO II	2023	1	60	7.25	Aprovado	PEDRO LEANDRO LIMA MARINHO	Especialista
	007925.060	DIREITO EMPRESARIAL II	2023	1	60	10.00	Aprovado	CLAUDSON GOMES SANTOS	Mestre
	009528.060	FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUCAO DE CONFLITOS	2023	1	60	9.50	Aprovado	JAQUELINE PRAZERES DE SENA LOPES	Mestre
8	007919.060	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	2023	2	60	9.50	Aprovado	THIAGO ALLISSON CARDOSO DE JESUS	Doutor
	008539.060	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	2023	2	60	10.00	Aprovado	DEBORA MARIA NORMANDO CALVET	Especialista
	008770.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO I (PRATICA SIMULADA CONSTITUCIONAL/PROCESSO CONSTITUCIONAL	2023	2	60	9.75	Aprovado	EDSON BARBOSA DE MIRANDA NETTO	Mestre
	008771.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO II (PRATICA SIMULADA CIVIL/ PROCESSO CIVIL)	2023	2	60	9.75	Aprovado	DANILO MOHANA PINHEIRO CARVALHO LIMA	Doutor
	008772.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO III (PRATICA REAL I)	2023	2	60	9.00	Aprovado	MARIA JOSE CARVALHO DE SOUSA MILHOMEM	Mestre
	009530.060	ETICA GERAL E PROFISSIONAL	2023	2	60	10.00	Aprovado	JAQUELINE PRAZERES DE SENA LOPES	Mestre
9	007920.060	DIREITO TRIBUTARIO	2024	1	60	8.00	Aprovado	JOSE SAMUEL DE MIRANDA MELO	Mestre
	008773.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO IV (PRATICA SIMULADA PENAL/PROCESSUAL PENAL)	2024	1	60	9.50	Aprovado	THIAGO ALLISSON CARDOSO DE JESUS	Doutor
	008774.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO V(PRATICA SIMULADA TRABALHO/PROCESSUAL DO TRABALHO)	2024	1	60	9.50	Aprovado	ANALISSA BARROS PINHEIRO	Mestre
	008775.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO VI(PRATICA REAL II)	2024	1	60	10.00	Aprovado	AMANDA SILVA MADUREIRA	Doutor
	009523.060	TOPICOS INTEGRADORES	2024	1	60	9.00	Aprovado	FABIO MENDONCA SANTIAGO	Mestre
	009529.040	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO I	2024	1	40	10.00	Aprovado	AMANDA SILVA MADUREIRA	Doutor
10	003924.040	DIREITO INTERNACIONAL	2024	2	40	8.75	Aprovado	FABIO MENDONCA SANTIAGO	Mestre
	009518.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO VII - TRIBUTARIO	2024	2	60	9.75	Aprovado	CALEBE BRITO RAMOS	Especialista
	009519.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO VIII - ADMINISTRATIVO	2024	2	60	9.75	Aprovado	DIOGO GUAGLIARDO NEVES	Doutor
	009520.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO IX - PRATICA REAL III	2024	2	60	9.00	Aprovado	SARA BARROS PEREIRA DE MIRANDA	Mestre
	009522.040	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II	2024	2	40	10.00	Aprovado	MARCIA VALERIA MELO E SILVA	Mestre
	011831.040	DIREITOS HUMANOS	2024	2	40	8.50	Aprovado	EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	Doutor

Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o **QRCode** ao lado ou acesse **valida.grupoceuma.com.br** e informe o identificador **ab9c894d-de6e-471e-bbba-c16cc817e3b3.**
Válido por noventa dias após a data de emissão.

UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO
Credenciada pela Portaria Ministerial n° 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U n° 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.

HISTÓRICO ESCOLAR

Fls. 274
Proc. 112
Rub.

RA
011822

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

Período	Código	Disciplina	Ano	Semestre	Carga Horária	Média	Situação	Docente	Titulação
10	011833.040	DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO	2024	2	40	10.00	Aprovado	DIOGO DE ALMEIDA VIANA DOS SANTOS	Doutor
								Carga Horária Complementar Exigida:	200

Legenda:

RA: *Registro Acadêmico;* ***Rep. por Faltas:*** *Reprovado por Faltas* ***Aprov. Estudos:*** *Aproveitamento de Estudos*

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADES DE ENSINO - DIREITO - 10008

Data Inicial	Data Final	Descrição	Carga Horária
01/10/2024	15/10/2024	CURSO LIBRAS - UEMA	15
04/10/2024	21/10/2024	CURSO INGLÊS INSTRUMENTAL - HOSPEDAGEM	15

Carga Horária Ativ. Complementar: 30

ATIVIDADES DE PESQUISA - DIREITO - 10008

Data Inicial	Data Final	Descrição	Carga Horária
25/08/2021	25/08/2021	SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	5

Carga Horária Ativ. Complementar: 5

Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o **QRCode** ao lado ou acesse **valida.grupoceuma.com.br** e informe o identificador **ab9c894d-de6e-471e-bbba-c16cc817e3b3.**
Válido por noventa dias após a data de emissão.

UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO
Credenciada pela Portaria Ministerial n° 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U n° 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.

HISTÓRICO ESCOLAR

Fls. 275
Proc. 112
Rub.

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

RA
011822

ATIVIDADES DE EXTENSÃO - DIREITO - 10008

Data Inicial	Data Final	Descrição	Carga Horária
24/09/2020	03/10/2020	EVENTO CRIMINOLOGIA	15
11/08/2021	12/08/2021	I CONGRESSO NACIONAL INEJCRISE DEMOCRÁTICA	10
26/08/2021	26/08/2021	I CICLO DE CAPACITAÇÃO CMA LANÇAMENTO DO EBOOKS CMA TALKS	6
26/08/2021	26/08/2021	OUVINTE DA SEMANA DA EXECUÇÃO PENAL	6
19/10/2021	19/10/2021	CURSO DIREITO NA REAL A RESPONSABILIDADE DOS ESCRITORIOS	2
25/10/2021	29/10/2021	CONGRESSO DE DIREITOS HUMANOS E VULNERABILIDADE E XII SEMANA	10
23/11/2021	24/11/2021	I CONFERÊNCIA NOVEMBRO NEGRO	10
28/03/2022	31/03/2022	CURSO INICIAÇÃO À ADVOCACIA	16
11/05/2022	12/05/2022	CURSO TEMAS ATUAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	2
23/05/2022	24/05/2022	CURSO PRÁTICA DE AUDIÊNCIA TRABALHISTA CIVIL E CRIMINAL	10
16/08/2022	16/08/2022	I CICLO DE PALESTRA PARA CONSCIENTIZAÇÃO	3
18/10/2022	18/10/2022	CURSO FOMENTANDO UMA CULTURA DE COMPLIANCE	3
31/03/2023	31/03/2023	PARTICIPOU HAPPY HOUR EM FAMÍLIA DIREITO DAS FAMÍLIAS	2
18/11/2023	21/01/2024	CURSO OAB 2ª FASE TRABALHO 39º EXAME	10
12/04/2024	13/04/2024	XIII ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO	20
15/04/2024	15/04/2024	CURSO DE DIREITO DO CONSUMIDOR NA PRÁTICA DOS JUIZADOS	20
17/04/2024	17/04/2024	I CONGRESSO DE DIREITO NOVOS CAMINHOS	20

Carga Horária Ativ. Complementar: 165

Total Ativ. Complementar: 200

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo: DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA E O PRINCÍPIO DA IMEDIATIDADE: IMPACTOS DA APLICAÇÃO TARDIA DA PENALIDADE NA RESCISÃO CONTRATUAL POR INICIATIVA DO EMPREGADOR SOB A ÓTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TST - 10.00 - Aprovado

Carga Horária Total

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA		
	EXIGIDA	CURSADA	A CURSAR
COMPONENTES CURRICULARES	3.500	3.500	0
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200	200	0
TOTAL	**3.700**	**3.700**	**0**

Coeficiente de Rendimento do Aluno

9,13

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Disciplina Destino	Disciplina Origem	Instituição de Origem

UNICEUMA - RENASCENÇA
RUA JOSUÉ MONTELLO, Nº 01, RENASCENÇA II, SÃO LUÍS, CEP: 65075-120

Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o **QRCode** ao lado ou acesse **valida.grupoceuma.com.br** e informe o identificador **ab9c894d-de6e-471e-bbba-c16cc817e3b3.**
Válido por noventa dias após a data de emissão.

UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO
Credenciada pela Portaria Ministerial n° 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U n° 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

RA
011822

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Disciplina Destino	Disciplina Origem	Instituição de Origem

REGISTRO ENADE – COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO

2024 - Estudante não habilitado ao ENADE em razão do calendário do ciclo avaliativo. Conforme Portaria Nº 611, de 27 de junho de 2024.

2023 - Estudante não habilitado ao ENADE em razão do calendário do ciclo avaliativo. Conforme Portaria nº 124, de 31 de janeiro de 2023.

2022 - Estudante não habilitado ao ENADE em razão do calendário do ciclo avaliativo. Conforme Portaria nº 41, de 20 de janeiro de 2022.

2021 - ESTUDANTE NÃO HABILITADO AO ENADE EM RAZÃO DO CALENDÁRIO DO CICLO AVALIATIVO

2020 - Estudante não habilitado ao ENADE em razão do calendário do ciclo avaliativo. PORTARIA Nº 14, DE 3 DE JANEIRO DE 2020, de 6 de março de 2020.

TOP 5 - PROGRAMA DE PREMIAÇÃO DOS MELHORES DISCENTES

RESOLUÇÃO CEPE nº 054 - A / 2012

Período Letivo	Colocação
2024/1	2º MELHOR DA SUA TURMA
2023/2	4º MELHOR DA SUA TURMA
2023/1	3º MELHOR DA SUA TURMA
2022/2	1º MELHOR DA SUA TURMA
2022/1	4º MELHOR DA SUA TURMA
2021/1	1º MELHOR DA SUA TURMA

Fls. 276
Proc. 112
Rub.

Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o **QRCode** ao lado ou acesse **valida.grupoceuma.com.br** e informe o identificador **ab9c894d-de6e-471e-bbba-c16cc817e3b3.**
Válido por noventa dias após a data de emissão.

UNIVERSIDADE CEUMA
RUA JOSUÉ MONTELLO, Nº 01, RENASCENÇA II, MA
CIDADE: SÃO LUÍS-MA, CEP: 65075-120
CNPJ: 23.689.763/0003-59

Fls. 227
Proc. 113
Rub.

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ACADÊMICA

Declaramos, para os devidos fins, que **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE,** sob o RA **011822,** colou grau em **20 de dezembro de 2024**, no Curso de **DIREITO** no turno **MATUTINO**, sendo-lhe conferido o grau de **BACHARELA EM DIREITO**.

São Luís - MA, 13 de março de 2025.

GRUPO EDUCACIONAL
CEUMA

Atenção, agora a declaração dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o **QRCode** ao lado ou acesse **valida.grupoceuma.com.br** e informe o identificador **99b47fab-5e77-4118-a887-b49fd57157ec.**
Válido por noventa dias após a data de emissão.

Fls. 278
Proc. 112
Rub.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME
MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

INSCRIÇÃO
29799

FILIAÇÃO
ERICKSSON FONTENELLE DE OLIVEIRA
VERA LUCIA NUNES DE OLIVEIRA FONTENELLE

NATURALIDADE
SÃO LUÍS-MA

DATA DE NASCIMENTO
20/09/2002

RG
0452889920120 - SSP/MA

CPF
611.266.873-40

VIA
01

EXPEDIDO EM
11/02/2025

KAIO VYCTOR SARAIVA CRUZ
PRESIDENTE

Scanned with CamScanner

Fls. 273
Proc. 110
Rub.

OSDOBE OSDOBE

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 19729505



OAB

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

Maria Eduarda de O. Fontenelle

Scanned with CamScanner

Adoção das cláusulas gerais é maior mudança na legislação

31 de março de 2005, 15h02

Por Luis Eduardo Franco Bouéres

Fls. 280
Proc. 113
Rub.

O novo Código Civil Brasileiro retrata, sem sombra de dúvida, uma mudança substancial nas regras das relações de cunho privado em nosso país. Há uma efetiva modificação no enfoque do Direito Civil, que deixa para trás o cunho individualista das suas regras, trazendo à baila, conceitos outrora ignorados nas relações interindividuais. Mais do que isso houve, por certo, uma significativa mudança de forma na exposição das disciplinas do Direito Civil, passando, da ultrapassada técnica das situações-tipo, para o modelo das cláusulas gerais.

Tais modificações estão presentes, de início, na Parte Geral da referida codificação, que disciplina genericamente a Parte Especial do mesmo. Destarte, como não poderia ser diferente, a disciplina de Direito das Obrigações, bem como todo restante de Parte Especial do código, sofrem influência destas mutações recentes.

Em que pese o fato de o Direito Obrigacional ser o ramo do Direito Civil menos suscetível a mutações sociais (1), há que se considerar que da reforma civilista, surgiram novos parâmetros interpretativos das relações obrigacionais.

Primeiramente, a adoção de novos princípios norteadores, como o da Socialidade, que traz consigo a determinação de que as relações não devam mais ser vistas como de interesse apenas interpessoal dos indivíduos vinculados à obrigação, mas de toda a sociedade, em virtude de valores de bem comum, fazendo com que, o princípio da autonomia da vontade seja relativizado, como por exemplo, nas relações contratuais, onde, hodiernamente, há marcante intervencionismo estatal.

Por este prisma, é também da reforma, a adoção do princípio da eticidade, que traz consigo a idéia da essencialidade da boa-fé objetiva das relações, sem a qual o negócio jurídico padece de irregularidade.

Há também, como disciplina da nova civilística, o princípio da operabilidade, buscando trazer uma maior efetividade das regras do Código Civil.

Tais modificações, relacionadas aos princípios mencionados, são melhores compreendidas se examinados pontualmente, alguns de seus exemplos.

Inicialmente, no que tange à socialização, preliminarmente especulou-se que havia surgido uma espécie de crise dos contratos, haja vista que a autonomia da vontade plena, perde espaço para a relação contratual voltada à realidade social dos envolvidos na relação negocial.

Por certo, não há uma crise em si, mas apenas uma modificação do prisma fundamental da relação obrigacional-contratual, qual seja, a vontade. Não há mais vontade livre e irrestrita das partes para contratarem da forma que entenderem.

Há um marcante intervencionismo estatal, por vezes com a edição de leis específicas, provocando a tendência do que se vem a chamar de "Império dos Contratos Standard", ou seja, fórmulas contratuais preestabelecidas para adesão ou não dos interessados.(2)

Nunca é bastante lembrar que, conforme disposição do artigo 104, do Código Civil, a validade do negócio jurídico requer, além de agente capaz e objeto lícito, a forma prescrita ou não defesa em lei. Isto significa que as relações contratuais ficam adstritas aos limites impostos pelo legislador, que produz, cada vez mais, regras de cunho social, como por exemplo, o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor.(3)

Fls. 281
Proc.
Rub.

No que tange ao princípio da eticidade, o novo código reserva importância fundamental à boa fé, conforme já mencionado anteriormente. Vê-se exemplo disso, em vários dispositivos concernentes à parte geral e ao direito obrigacional da referida codificação, como no artigo 113, onde há previsão de que os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé; e ainda, por exemplo, no artigo 311, que dispõe que é autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, por haver aí a presunção da boa-fé dos agentes.

Por fim, acerca da operabilidade, há que se mencionar que por certo é a vertente mais modificadora da sistemática do novo código. Tanto é assim, que muda a própria disposição da parte do Direito das Obrigações como primeiro Livro da Parte Especial, diversamente do que ocorria no Código de 1916 (Livro III da Parte Especial), por ser de melhor aceitação lógica, pois os diversos ramos do Direito Civil dependem de prévio conhecimento de conceitos da teoria do Direito Obrigacional, bem como, de sua ordenação legislativa.(4)

Por outro lado, a operabilidade também se faz presente na adoção inovadora de dispositivos tendentes à auto-tutela, quais sejam, por exemplo, os artigos 249, parágrafo único, e 251, parágrafo único. Tais artigos visam a uma proteção de urgência contra o perecimento de direitos, trazendo eficácia das determinações legais, de forma imediata.(5)

Por fim, a mudança que se demonstra mais acentuada na legislação civil, é a adoção das cláusulas gerais.

O uso das cláusulas gerais se dá, sobretudo, em face de uma nova abordagem interpretativa das disposições novas da legislação, bem como das já existentes no ordenamento. Não é somente a produção de preceitos genéricos, mas também o uso da interpretação sistemática dos artigos já existentes, como cláusula geral, dando ao intérprete, a liberdade maior de adequação da norma ao caso concreto.

Essa mudança de enfoque, também é tendência anterior ao Código Civil de 2002, tendência esta que relega ao passado a regulamentação casuística, através de dispositivos de situação-tipo, onde o legislador tentava, como se possível fosse, regular todas as situações possíveis da realidade social.

A notável lição de TEPEDINO(6) demonstra a adoção das cláusulas gerais, como modelo anterior à nova codificação civil, sendo uma tendência da nova civilística, como segue:

"... ainda no que tange à técnica interpretativa, não pode o operador manter-se apegado à necessidade de regulamentação casuística, já que o legislador vem alterando a sua forma de legislar, preferindo justamente as cláusulas gerais, como ocorre repetidas vezes na Constituição, no Código de Defesa do Consumidor, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e

mesmo no Código Civil de 2002. Acostumado ao estilo linear e elegante do Código Civil de 1916, no qual todas as situações-tipo eram previstas pormenorizada e detalhadamente, corre-se o risco de relegar à ineficácia as cláusulas gerais — não só aquelas introduzidas na Constituição, mas as inúmeras normas com a mesma técnica de que se valem os estatutos."

Ante ao exposto, verifica-se que, mesmo sendo a parte obrigacional do Código de 2002, a que menos alterações legislativas sofreu, deve ser a mesma, interpretada sistematicamente com relação à Parte Geral, bem como a todo restante do Código, sobretudo pelo fato de que o direito obrigacional é, em verdade, uma espécie de "Parte Geral do Direito Contratual", composta de preceitos genéricos com relação à atividade negocial. Daí a importância das cláusulas gerais, em prol da operabilidade do Código, mais sensível às realidades de cada caso.

Explicados alguns pontos das modificações introduzidas na Parte Geral do Código Civil de 2002, bem como seus reflexos na Parte Obrigacional do mesmo Código, ainda longe de ter exaurido o tema, mesmo porque este não foi o fito deste texto, resta aguardar o posicionamento jurisprudencial e doutrinário, ainda escassos, acerca da influência dos três princípios apontados supra, na nova sistemática do Direito Civil.

Fls. 282
Proc.
Rub.

Notas de rodapé

1- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral das Obrigações: Responsabilidade Civil / Álvaro Villaça de Azevedo.-10. ed. — São Paulo: Atlas, 2004. — (Curso de Direito Civil), pág. 26.

2- TARTUCE, Flávio. Novo Direito Civil: Obrigações / Flávio Tartuce; instrucional designer: Daniela Erani Monteiro Will — Palhoça: UNISULVirtual, 2004, p. 303.

3- O Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90), por ser logicamente anterior ao novo Código Civil, demonstra a existência anterior da tendência legislativa de socialização das regras de interesse privado. Em verdade, o ápice desta tendência, se dá com a promulgação de Constituição Federal de 1988, o que levou grande parte da doutrina, a falar em constitucionalização do Direito Civil.

4- GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. / Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. — São Paulo: Saraiva, 2003, p 13 e 14.

5- A auto-tutela prevista em tais artigos, não é concessão estatal absoluta aos particulares para que os mesmos ajam da maneira que entenderem. Há, por certo, a necessidade de presença de urgência, e caso fique comprovada existência de abuso de direito, o agente responderá por tal abuso.

6- TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil / Gustavo Tepedino. 3ª edição atualizada. — Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 18 e 19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral das Obrigações: Responsabilidade Civil / Álvaro Villaça de Azevedo.-10. ed. — São Paulo: Atlas, 2004. — (Curso de Direito Civil).

BRASIL, Novo Código Civil. — Exposição de Motivos e Texto Sancionado. Brasília: Editora do Senado Federal, 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. / Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. — São Paulo: Saraiva, 2003.

TARTUCE, Flávio. Novo Direito Civil: Obrigações / Flávio Tartuce; instrucional designer: Daniela Erani Monteiro Will — Palhoça: UNISULVirtual, 2004.

TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil / Gustavo Tepedino. 3ª edição atualizada. — Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Copyright © 2025 Consultor Jurídico

Fls. 283
Proc.
Rub.

Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Fls. 284
Proc.
Rub.

ATO - 2442014
(relativo ao Processo 66542014)
Código de validação: 50EFEC9012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Exonerar, a pedido, LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES, matrícula n.º 144873, do cargo em comissão de Assessor Técnico de Desembargador, símbolo CDGA, do Gabinete da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de fevereiro de 2014.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 05/02/2014 16:41 (CLEONICE SILVA FREIRE)

Fls. 135
Proc. 10
Rub.

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO JUDICIAL DE EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

constar processo(s), figurando como advogado(a) "LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES" inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional MA, sob o nº 006542, 246 processo(s) listado(s) a seguir: REsp 825182/MA (2006/0044547-6) autuado em 20/03/2006, REsp 992045/MA (2007/0227569-5) autuado em 01/10/2007, REsp 1019402/MA (2007/0308873-0) autuado em 11/01/2008, Ag 1043293/MA (2008/0088521-5) autuado em 02/05/2008, Ag 1061139/MA (2008/0127486-1) autuado em 25/06/2008, SLS 1126/MA (2009/0187906-7) autuado em 23/09/2009, AREsp 697954/MA (2015/0091753-5) autuado em 08/05/2015, AREsp 885688/MA (2016/0068668-2) autuado em 31/03/2016, AREsp 942631/MA (2016/0168253-5) autuado em 13/06/2016, EREsp 1615395/MA (2016/0191258-2) autuado em 25/05/2018, REsp 1621013/MA (2016/0219956-9) autuado em 15/08/2016, AREsp 977266/MA (2016/0232411-7) autuado em 25/08/2016, REsp 1627510/MA (2016/0248741-4) autuado em 14/09/2016, REsp 1642769/MA (2016/0318289-8) autuado em 07/12/2016, AREsp 1057696/MA (2017/0035005-5) autuado em 17/02/2017, REsp 1674905/MA (2017/0130895-8) autuado em 08/06/2017, AREsp 1130894/MA (2017/0169022-5) autuado em 19/07/2017, AREsp 1145798/MA (2017/0189392-9) autuado em 18/08/2017, AREsp 1146679/MA (2017/0191132-5) autuado em 21/08/2017, AREsp 1162749/MA (2017/0209854-4) autuado em 12/09/2017, REsp 1695329/MA (2017/0215761-9) autuado em 12/09/2017, AREsp 1178681/MA (2017/0251788-0) autuado em 29/09/2017, SLS 2338/MA (2018/0002399-8) autuado em 10/01/2018, AREsp 1356188/MA (2018/0224918-6) autuado em 31/08/2018, REsp 1780513/MA (2018/0302061-2) autuado em 13/11/2018, SLS 2470/MA (2018/0347719-1) autuado em 30/12/2018, SLS 2471/MA (2018/0347739-3) autuado em 31/12/2018, AREsp 1434220/MA (2019/0015836-0) autuado em 28/01/2019, AREsp 1457076/MA (2019/0046516-0) autuado em 07/03/2019, AREsp 1467871/MA (2019/0079366-9) autuado em 25/03/2019, AREsp 1485252/MA (2019/0102738-2) autuado em 25/04/2019, AREsp 1490763/MA (2019/0112754-3) autuado em 03/05/2019, AREsp 1595471/MA (2019/0296134-8) autuado em 02/10/2019, REsp 1850635/MA (2019/0354153-3) autuado em 26/11/2019, AREsp 1655889/MA (2020/0021292-6) autuado em 04/02/2020, AREsp 1687224/MA (2020/0078850-0) autuado em 01/04/2020, SLS 2832/MA (2020/0298326-1) autuado em 11/11/2020, SLS 2834/MA (2020/0298327-3) autuado em 11/11/2020, AREsp 1792386/MA

(2020/0309548-9) autuado em 24/11/2020, AREsp 1802387/MA (2020/0324230-5) autuado em 10/12/2020, TP 3362/MA (2021/0115490-0) autuado em 19/04/2021, REsp 1937334/MA (2021/0139384-0) autuado em 07/05/2021, AREsp 1902726/MA (2021/0153096-0) autuado em 08/06/2021, TP 3458/MA (2021/0174741-3) autuado em 07/06/2021, AREsp 1929315/MA (2021/0201170-4) autuado em 15/07/2021, SLS 2976/MA (2021/0236015-5) autuado em 26/07/2021, AREsp 1949684/MA (2021/0237007-5) autuado em 16/08/2021, REsp 1970161/MA (2021/0340630-5) autuado em 10/11/2021, AREsp 2025207/MA (2021/0363097-9) autuado em 06/12/2021, AREsp 2033316/MA (2021/0390561-3) autuado em 15/12/2021, AREsp 2040877/MA (2022/0004235-2) autuado em 13/01/2022, AREsp 2089215/MA (2022/0075144-5) autuado em 21/03/2022, AREsp 2105682/MA (2022/0105018-2) autuado em 18/04/2022, AREsp 2119541/MA (2022/0128752-7) autuado em 07/05/2022, AREsp 2118453/MA (2022/0130335-6) autuado em 05/05/2022, AREsp 2123852/MA (2022/0136321-1) autuado em 13/05/2022, AREsp 2123884/MA (2022/0136372-8) autuado em 13/05/2022, AREsp 2127340/MA (2022/0142027-5) autuado em 18/05/2022, AREsp 2134263/MA (2022/0153440-0) autuado em 26/05/2022, AREsp 2152112/MA (2022/0182499-3) autuado em 22/06/2022, AREsp 2163496/MA (2022/0206740-0) autuado em 06/07/2022, REsp 2015802/MA (2022/0228441-5) autuado em 26/07/2022, AREsp 2178868/MA (2022/0234699-8) autuado em 01/08/2022, AREsp 2179306/MA (2022/0235274-1) autuado em 01/08/2022, AREsp 2184266/MA (2022/0244458-2) autuado em 09/08/2022, AREsp 2185611/MA (2022/0247280-6) autuado em 11/08/2022, AREsp 2188634/MA (2022/0253436-6) autuado em 17/08/2022, AREsp 2191135/MA (2022/0257224-4) autuado em 22/08/2022, AREsp 2197006/MA (2022/0266556-4) autuado em 30/08/2022, AREsp 2192941/MA (2022/0267092-7) autuado em 24/08/2022, AREsp 2194551/MA (2022/0268844-9) autuado em 26/08/2022, AREsp 2201552/MA (2022/0277028-8) autuado em 05/09/2022, AREsp 2211275/MA (2022/0292851-0) autuado em 20/09/2022, AREsp 2222578/MA (2022/0313966-0) autuado em 05/10/2022, AREsp 2229528/MA (2022/0326561-6) autuado em 13/10/2022, AREsp 2230241/MA (2022/0327850-5) autuado em 14/10/2022, AREsp 2232132/MA (2022/0331340-6) autuado em 18/10/2022, AREsp 2241372/MA (2022/0346648-8) autuado em 03/11/2022, AREsp 2242591/MA (2022/0352616-9) autuado em 06/11/2022, AREsp 2252196/MA (2022/0367679-2) autuado em 18/11/2022, AREsp 2256142/MA (2022/0373291-4) autuado em 24/11/2022, AREsp 2257574/MA (2022/0377815-2) autuado em 25/11/2022, AREsp 2270300/MA (2022/0400113-1) autuado em 15/12/2022, AREsp 2275953/MA (2023/0005172-3) autuado em 16/01/2023, AREsp 2282435/MA (2023/0017081-5) autuado em 30/01/2023, AREsp 2292307/MA (2023/0034138-2) autuado em 14/02/2023, AREsp 2299068/MA (2023/0045693-3) autuado em 23/02/2023, AREsp 2299623/MA (2023/0049652-7)

autuado em 24/02/2023, AREsp 2304839/MA (2023/0055033-5) autuado em 03/03/2023, REsp 2094955/MA (2023/0059122-0) autuado em 08/03/2023, AREsp 2308619/MA (2023/0059987-0) autuado em 08/03/2023, AREsp 2308877/MA (2023/0060301-3) autuado em 09/03/2023, AREsp 2308895/MA (2023/0060324-0) autuado em 09/03/2023, AREsp 2311262/MA (2023/0061799-6) autuado em 13/03/2023, AREsp 2310852/MA (2023/0064619-2) autuado em 13/03/2023, AREsp 2314470/MA (2023/0072878-4) autuado em 16/03/2023, AREsp 2317842/MA (2023/0080734-7) autuado em 21/03/2023, AREsp 2325383/MA (2023/0080778-8) autuado em 31/03/2023, AREsp 2317986/MA (2023/0080997-4) autuado em 21/03/2023, AREsp 2318006/MA (2023/0081027-1) autuado em 21/03/2023, AREsp 2318026/MA (2023/0081057-4) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317455/MA (2023/0081343-0) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317886/MA (2023/0081980-8) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317781/MA (2023/0081981-0) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317778/MA (2023/0081983-3) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317807/MA (2023/0082006-5) autuado em 21/03/2023, AREsp 2327372/MA (2023/0089859-1) autuado em 03/04/2023, AREsp 2324289/MA (2023/0089892-2) autuado em 29/03/2023, AREsp 2335871/MA (2023/0102372-3) autuado em 19/04/2023, AREsp 2337920/MA (2023/0109246-0) autuado em 20/04/2023, AREsp 2350863/MA (2023/0127122-1) autuado em 06/05/2023, AREsp 2350910/MA (2023/0127379-5) autuado em 06/05/2023, AREsp 2350989/MA (2023/0128353-0) autuado em 06/05/2023, AREsp 2350996/MA (2023/0128355-3) autuado em 06/05/2023, AREsp 2350991/MA (2023/0128356-5) autuado em 06/05/2023, AREsp 2357667/MA (2023/0145816-3) autuado em 15/05/2023, AREsp 2358532/MA (2023/0147290-5) autuado em 16/05/2023, REsp 2073563/MA (2023/0154743-1) autuado em 22/05/2023, AREsp 2370236/MA (2023/0170912-7) autuado em 27/05/2023, AREsp 2370988/MA (2023/0170914-0) autuado em 29/05/2023, AREsp 2370451/MA (2023/0173499-8) autuado em 27/05/2023, AREsp 2370546/MA (2023/0173957-1) autuado em 28/05/2023, AREsp 2389944/MA (2023/0194873-8) autuado em 20/06/2023, AREsp 2385507/MA (2023/0199775-0) autuado em 14/06/2023, AREsp 2385789/MA (2023/0200115-8) autuado em 14/06/2023, AREsp 2386434/MA (2023/0200750-1) autuado em 15/06/2023, AREsp 2395439/MA (2023/0219571-0) autuado em 26/06/2023, AREsp 2410297/MA (2023/0235182-4) autuado em 18/07/2023, AREsp 2421667/MA (2023/0255677-6) autuado em 02/08/2023, AREsp 2423452/MA (2023/0260364-5) autuado em 04/08/2023, AREsp 2428415/MA (2023/0271703-4) autuado em 10/08/2023, AREsp 2428774/MA (2023/0273219-0) autuado em 10/08/2023, AREsp 2448325/MA (2023/0277437-3) autuado em 04/09/2023, AREsp 2425405/MA (2023/0279457-0) autuado em 07/08/2023, AREsp 2430966/MA (2023/0280847-2) autuado em 15/08/2023, AREsp 2453186/MA (2023/0282206-2) autuado em 11/09/2023, AREsp 2431612/MA

(2023/0282649-4) autuado em 15/08/2023, AREsp 2438072/MA (2023/0293812-9) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438671/MA (2023/0295716-2) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438677/MA (2023/0295726-3) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438682/MA (2023/0295729-9) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438681/MA (2023/0295731-5) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438747/MA (2023/0295816-0) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438812/MA (2023/0295982-8) autuado em 23/08/2023, REsp 2122274/MA (2023/0296554-3) autuado em 24/08/2023, AREsp 2443017/MA (2023/0301028-9) autuado em 30/08/2023, AREsp 2464717/MA (2023/0302674-2) autuado em 26/09/2023, REsp 2113549/MA (2023/0303046-1) autuado em 31/08/2023, AREsp 2448821/MA (2023/0309268-7) autuado em 05/09/2023, AREsp 2448824/MA (2023/0309282-8) autuado em 05/09/2023, AREsp 2450178/MA (2023/0313373-0) autuado em 06/09/2023, REsp 2120625/MA (2023/0329454-8) autuado em 25/10/2023, AREsp 2475195/MA (2023/0330357-6) autuado em 09/10/2023, AREsp 2477855/MA (2023/0347556-8) autuado em 11/10/2023, AREsp 2495906/MA (2023/0352616-2) autuado em 16/10/2023, AREsp 2481120/MA (2023/0357077-7) autuado em 05/10/2023, AREsp 2496813/MA (2023/0359481-4) autuado em 09/11/2023, AREsp 2498067/MA (2023/0371306-2) autuado em 19/10/2023, AREsp 2500981/MA (2023/0384720-4) autuado em 25/10/2023, AREsp 2495907/MA (2023/0398117-2) autuado em 08/11/2023, AREsp 2506968/MA (2023/0404059-0) autuado em 22/11/2023, AREsp 2506971/MA (2023/0404204-3) autuado em 22/11/2023, AREsp 2507129/MA (2023/0405549-8) autuado em 22/11/2023, AREsp 2503836/MA (2023/0418901-0) autuado em 19/11/2023, AREsp 2503851/MA (2023/0419222-4) autuado em 20/11/2023, AREsp 2504194/MA (2023/0419299-3) autuado em 20/11/2023, AREsp 2510971/MA (2023/0419304-4) autuado em 27/11/2023, AREsp 2511007/MA (2023/0419313-3) autuado em 27/11/2023, AREsp 2528701/MA (2023/0419330-0) autuado em 14/12/2023, AREsp 2512071/MA (2023/0422281-3) autuado em 28/11/2023, AREsp 2539864/MA (2023/0422447-7) autuado em 14/01/2024, AREsp 2513690/MA (2023/0424426-8) autuado em 29/11/2023, AREsp 2522378/MA (2023/0439725-3) autuado em 07/12/2023, AREsp 2522403/MA (2023/0439734-2) autuado em 07/12/2023, AREsp 2522384/MA (2023/0439735-4) autuado em 07/12/2023, AREsp 2518968/MA (2023/0439736-6) autuado em 05/12/2023, AREsp 2524158/MA (2023/0445168-0) autuado em 11/12/2023, AREsp 2522164/MA (2023/0445181-0) autuado em 07/12/2023, AREsp 2525252/MA (2023/0449598-5) autuado em 12/12/2023, TutCautAnt 292/RJ (2023/0451792-9) autuado em 12/12/2023, AREsp 2547864/MA (2024/0011416-0) autuado em 25/01/2024, AREsp 2553583/MA (2024/0019568-5) autuado em 01/02/2024, AREsp 2567280/MA (2024/0044479-2) autuado em 20/02/2024, AREsp 2574758/MA (2024/0057858-0) autuado em 28/02/2024, AREsp 2582164/MA (2024/0071565-0) autuado em 06/03/2024, AREsp

2602320/MA (2024/0076498-6) , AREsp 2591255/MA (2024/0083017-9) autuado em 18/03/2024, REsp 2129563/MA (2024/0084022-8) autuado em 13/03/2024, AREsp 2593945/MA (2024/0092095-1) autuado em 20/03/2024, AREsp 2595683/MA (2024/0092993-1) autuado em 22/03/2024, AREsp 2600518/MA (2024/0093838-4) , AREsp 2604000/MA (2024/0100320-4) , AREsp 2603303/MA (2024/0116544-0) autuado em 11/04/2024, AREsp 2610102/MA (2024/0119129-6) autuado em 17/04/2024, AREsp 2610113/MA (2024/0119160-3) autuado em 17/04/2024, AREsp 2613646/MA (2024/0125680-3) autuado em 19/04/2024, AREsp 2633853/MA (2024/0125884-7) autuado em 09/05/2024, Rcl 47340/MA (2024/0127762-8) autuado em 12/04/2024, AREsp 2620532/MA (2024/0134348-9) autuado em 25/04/2024, AREsp 2623565/MA (2024/0140948-5) autuado em 29/04/2024, AREsp 2623602/MA (2024/0140959-8) autuado em 29/04/2024, AREsp 2625354/MA (2024/0146192-7) autuado em 30/04/2024, REsp 2167187/MA (2024/0152872-0) autuado em 07/05/2024, AREsp 2625380/MA (2024/0154977-1) autuado em 30/04/2024, AREsp 2641699/MA (2024/0173775-7) autuado em 16/05/2024, AREsp 2652422/MA (2024/0182239-9) autuado em 27/05/2024, AREsp 2653339/MA (2024/0182683-5) autuado em 28/05/2024, AREsp 2653384/MA (2024/0183311-8) autuado em 28/05/2024, AREsp 2660937/MA (2024/0199230-0) autuado em 06/06/2024, AREsp 2663757/MA (2024/0208147-6) autuado em 10/06/2024, AREsp 2664597/MA (2024/0209584-4) autuado em 11/06/2024, AREsp 2664596/MA (2024/0209586-8) autuado em 11/06/2024, AREsp 2670040/MA (2024/0218827-8) autuado em 17/06/2024, AREsp 2670049/MA (2024/0218892-5) autuado em 17/06/2024, AREsp 2670051/MA (2024/0218893-7) autuado em 17/06/2024, AREsp 2670203/MA (2024/0218937-7) autuado em 18/06/2024, AREsp 2680441/MA (2024/0237079-6) autuado em 01/07/2024, AREsp 2691939/MA (2024/0256908-7) autuado em 15/07/2024, AREsp 2708778/MA (2024/0287143-2) autuado em 02/08/2024, AREsp 2714070/MA (2024/0294920-5) autuado em 07/08/2024, AREsp 2718172/MA (2024/0300231-0) autuado em 12/08/2024, AREsp 2723733/MA (2024/0305769-4) autuado em 19/08/2024, AREsp 2723282/MA (2024/0306884-2) autuado em 19/08/2024, AREsp 2730709/MA (2024/0319668-0) autuado em 26/08/2024, AREsp 2735876/MA (2024/0329084-1) autuado em 02/09/2024, AREsp 2738999/MA (2024/0335255-4) autuado em 05/09/2024, AREsp 2744770/MA (2024/0342592-1) autuado em 12/09/2024, AREsp 2743802/MA (2024/0344993-0) autuado em 11/09/2024, AREsp 2749499/MA (2024/0355035-9) autuado em 18/09/2024, AREsp 2750407/MA (2024/0357035-3) autuado em 19/09/2024, AREsp 2752217/MA (2024/0357573-4) autuado em 23/09/2024, AREsp 2761713/MA (2024/0376699-0) autuado em 07/10/2024, AREsp 2782359/MA (2024/0403922-5) autuado em 04/11/2024, AREsp 2788849/MA (2024/0419865-6) autuado em 12/11/2024, AREsp 2793793/MA (2024/0429596-2) autuado em 19/11/2024, AREsp

2795414/MA (2024/0430037-9) autuado em 22/11/2024, AREsp 2803902/MA (2024/0449068-5) autuado em 03/12/2024, AREsp 2805426/MA (2024/0452219-4) autuado em 04/12/2024, AREsp 2813258/MA (2024/0468982-5) autuado em 12/12/2024, AREsp 2815455/MA (2024/0471874-5) autuado em 13/12/2024, AREsp 2821424/MA (2024/0482583-3) autuado em 19/12/2024, AREsp 2824596/MA (2025/0002522-7) autuado em 09/01/2025, AREsp 2839840/MA (2025/0019826-6) autuado em 28/01/2025, AREsp 2840273/MA (2025/0019914-0) autuado em 28/01/2025, AREsp 2848470/MA (2025/0035076-9) autuado em 07/02/2025, AREsp 2849756/MA (2025/0035252-6) autuado em 10/02/2025.

Observações:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade de quem solicitou a certidão, devendo a titularidade ser conferida pela pessoa interessada e destinatária.
b) A certidão será emitida conforme as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, a pessoa interessada deverá requerer atualização ao órgão julgador.
c) Os resultados da pesquisa não contemplam os processos com publicidade restrita.

Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:
Número da Certidão: **3787520**
Código de Segurança: **8F19.B754.237B.1126**
Data de geração: **12 de março de 2025, às 22:43:41**

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
CNPJ: 06.293.120/0001-00
Avenida dos Franceses, s/n – Vila Palmeira – São Luis/MA
CEP: 65.036.901
Fone: (098) 3089-2024

Fls. 391
Proc. 410
Rub.

C E R T I D Ã O

Certificamos, para os devidos fins, que **LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES**, exerceu neste Órgão, o cargo em comissão de Assessor Jurídico, Símbolo DAS-1, no período compreendido entre 08.02. a 01.10.2007, tendo assim desempenhado suas funções com zelo e dedicação.

São Luís, 31 de janeiro de 2013.

MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA REIS CORREA
Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos
DETRAN-MA

Fls. 197
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

Data emissão: 12/03/2025
Data de validade: 12/05/2025

Nº da certidão: 12500046591
Código de Validação: 652c3e0d28

NOME: Luis Eduardo Franco Bouéres
CPF: 838.778.273-49
OAB: 6542
DATA INICIAL: 12/03/2003
DATA FIM: 12/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) Luis Eduardo Franco Boueres, OAB MA No 6542 CPF 838.778.273-49, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0833455-03.2019.8.10.0001	14/08/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0800930-05.2019.8.10.0021	14/08/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0805556-43.2019.8.10.0029	17/08/2019	RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL	CAXIAS	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	TRAMITANDO
4	0834440-69.2019.8.10.0001	20/08/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0806075-18.2019.8.10.0029	17/09/2019	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	CAXIAS	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 193
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
6	0839116-60.2019.8.10.0001	20/09/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
7	0801989-26.2019.8.10.0054	17/10/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0802627-52.2019.8.10.0024	28/10/2019	MONITÓRIA	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0802631-89.2019.8.10.0024	28/10/2019	MONITÓRIA	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0802092-33.2019.8.10.0054	08/11/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0802410-92.2019.8.10.0061	26/11/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
12	0802427-31.2019.8.10.0061	02/12/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0803424-50.2019.8.10.0049	17/12/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	TRAMITANDO
14	0800018-10.2020.8.10.0106	15/01/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
15	0000442-06.2014.8.10.0071	27/01/2020	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BACURI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0000441-34.2016.8.10.0044	10/02/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	IMPERATRIZ	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0801604-26.2020.8.10.0060	08/04/2020	AÇÃO POPULAR	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	JULGADO
18	0800211-25.2020.8.10.0106	10/04/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
19	0800224-24.2020.8.10.0106	23/04/2020	DIVÓRCIO LITIGIOSO	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 284
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
20	0814744-13.2020.8.10.0001	19/05/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
21	0816509-19.2020.8.10.0001	10/06/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
22	0009401-16.2004.8.10.0006	23/04/2004	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
23	0001755-33.2005.8.10.0001	26/01/2005	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0820988-55.2020.8.10.0001	21/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0800716-65.2020.8.10.0025	27/07/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	BACABAL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
26	0800364-58.2020.8.10.0106	06/08/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
27	0823837-97.2020.8.10.0001	13/08/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
28	0801465-47.2020.8.10.0069	27/08/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	ARAIOSES	1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES	JULGADO
29	0801574-61.2020.8.10.0069	08/09/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	ARAIOSES	1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES	JULGADO
30	0812376-11.2020.8.10.0040	14/09/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
1	0800961-05.2020.8.10.0081	12/10/2020	INTERDITO PROIBITÓRIO	CAROLINA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAROLINA	TRAMITANDO
32	0000077-67.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO

Fls. 195
Proc. 115
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
33	0000081-07.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
34	0000079-37.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
35	0000078-52.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
36	0001081-19.2005.8.10.0013	27/09/2005	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
37	0021801-43.2005.8.10.0001	22/11/2005	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
38	0023918-07.2005.8.10.0001	20/12/2005	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
39	0001195-57.2006.8.10.0001	25/01/2006	Liquidação Provisória de Sentença pelo Procedimento Comum	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
40	0001379-13.2006.8.10.0001	27/01/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0003011-74.2006.8.10.0001	22/02/2006	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
42	0009449-19.2006.8.10.0001	24/05/2006	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
43	0000886-97.2006.8.10.0013	14/06/2006	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
44	0001543-92.2006.8.10.0060	21/07/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	TIMON	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TIMON	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 296
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
45	0021883-40.2006.8.10.0001	28/08/2006	Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
46	0022730-42.2006.8.10.0001	06/09/2006	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
47	0000082-89.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
48	0000083-74.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
49	0000084-59.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
50	0800548-50.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
51	0800552-87.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	SUSPENSO
52	0800554-57.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
53	0800558-94.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
54	0800559-79.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
55	0800560-64.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO

Fls. 297
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
56	0840123-53.2020.8.10.0001	09/12/2020	MONITÓRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
57	0842064-38.2020.8.10.0001	24/12/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
58	0800133-94.2021.8.10.0106	24/02/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
59	0000336-02.2006.8.10.0111	26/09/2006	Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	BAIXADO
60	0000350-83.2006.8.10.0111	28/09/2006	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0028748-79.2006.8.10.0001	17/11/2006	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
62	0029300-44.2006.8.10.0001	22/11/2006	Busca e Apreensão	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
63	0030286-95.2006.8.10.0001	30/11/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
64	0000446-06.2007.8.10.0001	11/01/2007	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
65	0000029-14.2007.8.10.0111	01/02/2007	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
66	0007449-12.2007.8.10.0001	30/03/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
67	0008665-08.2007.8.10.0001	13/04/2007	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
68	0011624-49.2007.8.10.0001	17/05/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 298
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
69	0016346-29.2007.8.10.0001	10/07/2007	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
70	0800192-10.2021.8.10.0130	01/03/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO VICENTE FÉRRER	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO VICENTE FÉRRER	TRAMITANDO
71	0003050-71.2013.8.10.0051	04/03/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PEDREIRAS	1ª VARA DA COMARCA DE PEDREIRAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
72	0803202-41.2021.8.10.0040	06/03/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IMPERATRIZ	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	JULGADO
73	0802376-52.2021.8.10.0060	12/04/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	TRAMITANDO
74	0822101-10.2021.8.10.0001	02/06/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
75	0000956-04.2007.8.10.0006	31/08/2007	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
76	0022369-88.2007.8.10.0001	25/09/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
77	0023916-66.2007.8.10.0001	16/10/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
78	0028165-60.2007.8.10.0001	12/12/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
79	0002568-55.2008.8.10.0001	25/01/2008	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
80	0000131-05.2008.8.10.0013	30/01/2008	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
81	0000130-20.2008.8.10.0013	30/01/2008	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

Fls. 999
Proc. 117
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
82	0003889-28.2008.8.10.0001	14/02/2008	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
83	0006066-62.2008.8.10.0001	10/03/2008	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
84	0011803-46.2008.8.10.0001	05/05/2008	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
85	0001085-51.2008.8.10.0013	25/07/2008	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
86	0029326-71.2008.8.10.0001	07/11/2008	Ação Penal - Procedimento Ordinário	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
87	0033141-76.2008.8.10.0001	12/12/2008	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
88	0017425-72.2009.8.10.0001	17/06/2009	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
89	0800968-07.2021.8.10.0131	06/07/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SENADOR LA ROCQUE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR LA ROCQUE	JULGADO
90	0800849-87.2021.8.10.0085	26/07/2021	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	TRAMITANDO
91	0801661-07.2021.8.10.0061	11/08/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
92	0800784-11.2021.8.10.0112	01/09/2021	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	POÇÃO DE PEDRAS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE POÇÃO DE PEDRAS	TRAMITANDO
93	0801685-63.2021.8.10.0084	10/09/2021	PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	CURURUPU	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 300
Proc. 110
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
94	0017425-72.2009.8.10.0001	17/06/2009	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
95	0000016-45.2009.8.10.0143	26/08/2009	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	MORROS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORROS	JULGADO
96	0000386-23.2009.8.10.0111	20/10/2009	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
97	0000163-46.2010.8.10.0140	05/07/2010	MONITÓRIA	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	JULGADO
98	0017024-05.2011.8.10.0001	25/04/2011	EMBARGOS À EXECUÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
99	0024766-47.2012.8.10.0001	25/06/2012	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
100	0000018-72.2013.8.10.0111	24/01/2013	Execução da Pena	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	BAIXADO
101	0024417-10.2013.8.10.0001	14/06/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
102	0000720-27.2013.8.10.0108	01/08/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PINDARÉ-MIRIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	JULGADO
103	0037231-54.2013.8.10.0001	02/09/2013	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
104	0001591-29.2013.8.10.0085	25/11/2013	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
105	0001147-41.2012.8.10.0049	04/02/2014	Ação Civil Pública	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
106	0000180-56.2014.8.10.0071	12/02/2014	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	BACURI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	JULGADO

Fls. 301
Proc. 116
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
107	0000305-90.2014.8.10.0049	25/02/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
108	0013151-89.2014.8.10.0001	27/03/2014	NOTIFICAÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
109	0800875-31.2021.8.10.0103	18/11/2021	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	TRAMITANDO
110	0802176-38.2021.8.10.0127	09/12/2021	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
111	0000997-78.2014.8.10.0085	18/02/2022	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
112	0002667-41.2014.8.10.0057	28/05/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA LUZIA	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
113	0025964-51.2014.8.10.0001	12/06/2014	Impugnação ao Valor da Causa Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
114	0028151-32.2014.8.10.0001	01/07/2014	Cautelar Inominada	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
115	0034325-57.2014.8.10.0001	06/08/2014	Reintegração / Manutenção de Posse	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
116	0047023-95.2014.8.10.0001	10/10/2014	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
117	0056187-84.2014.8.10.0001	26/11/2014	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
118	0000232-34.2015.8.10.0001	06/01/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
119	0870442-33.2022.8.10.0001	13/12/2022	PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
120	0801148-48.2022.8.10.0079	18/12/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CÂNDIDO MENDES	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CÂNDIDO MENDES	TRAMITANDO

Fls. 302
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
121	0800358-24.2023.8.10.0081	21/03/2023	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
122	0800714-42.2023.8.10.0138	04/04/2023	INQUÉRITO POLICIAL	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	JULGADO
123	0800876-33.2023.8.10.0107	05/05/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PASTOS BONS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASTOS BONS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
124	0830852-15.2023.8.10.0001	22/05/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
125	0800792-19.2023.8.10.0079	18/09/2023	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CÂNDIDO MENDES	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CÂNDIDO MENDES	TRAMITANDO
126	0865372-98.2023.8.10.0001	25/10/2023	RECLAMAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL	SÃO LUÍS	2º CEJUSC DE SÃO LUÍS - RUA DO EGITO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
127	0000450-33.2015.8.10.0140	28/04/2015	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
128	0026717-71.2015.8.10.0001	17/06/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
129	0804631-02.2023.8.10.0031	13/11/2023	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
130	0872510-19.2023.8.10.0001	23/11/2023	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
131	0802757-38.2024.8.10.0001	18/01/2024	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
132	0800038-11.2024.8.10.0122	22/01/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	TRAMITANDO
133	0801532-29.2024.8.10.0115	17/04/2024	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	ROSÁRIO	1ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	SUSPENSO

Fls. 303
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
134	0825523-85.2024.8.10.0001	02/05/2024	PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
135	0851120-56.2024.8.10.0001	22/07/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
136	0002833-11.2015.8.10.0034	02/10/2015	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	CODÓ	3ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
137	0000842-39.2015.8.10.0118	11/11/2015	Interdito Proibitório	SANTA RITA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA RITA	BAIXADO
138	0000161-05.2016.8.10.0031	05/01/2016	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	JULGADO
139	0803828-82.2024.8.10.0031	02/08/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
140	0804510-37.2024.8.10.0031	13/09/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
141	0801894-13.2024.8.10.0121	31/10/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO BERNARDO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BERNARDO	TRAMITANDO
142	0800115-25.2025.8.10.0109	18/01/2025	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PAULO RAMOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULO RAMOS	TRAMITANDO
143	0008690-83.2016.8.10.0040	06/07/2016	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	IMPERATRIZ	2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	JULGADO
144	0000866-35.2016.8.10.0085	18/07/2016	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
145	0801130-43.2017.8.10.0001	16/01/2017	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
146	0000258-30.2017.8.10.0076	13/02/2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BREJO	1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	JULGADO

Fls. 504
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
147	0001301-37.2017.8.10.0032	14/03/2017	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	COELHO NETO	1ª VARA DA COMARCA DE COELHO NETO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
148	0001659-39.2017.8.10.0052	06/06/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PINHEIRO	1ª VARA DA COMARCA DE PINHEIRO	TRAMITANDO
149	0034325-57.2014.8.10.0001	16/08/2017	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	MORROS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORROS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
150	0834833-62.2017.8.10.0001	21/09/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
151	0840496-89.2017.8.10.0001	24/10/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
152	0846752-48.2017.8.10.0001	05/12/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
153	0847931-17.2017.8.10.0001	12/12/2017	EMBARGOS À EXECUÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
154	0807731-31.2018.8.10.0001	28/02/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
155	0808503-91.2018.8.10.0001	06/03/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
156	0811245-89.2018.8.10.0001	23/03/2018	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
157	0000202-89.2018.8.10.0034	04/04/2018	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	CODÓ	2ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
158	0816547-02.2018.8.10.0001	24/04/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
159	0006741-73.2018.8.10.0001	28/05/2018	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 305
Proc. 113
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
160	0829131-04.2018.8.10.0001	29/06/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
161	0007035-02.2016.8.10.0000	05/07/2018	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
162	0801365-71.2018.8.10.0034	16/08/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CODÓ	1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	JULGADO
163	0803613-29.2018.8.10.0060	21/08/2018	AÇÃO POPULAR	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
164	0851469-69.2018.8.10.0001	04/10/2018	SEPARAÇÃO CONTENCIOSA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
165	0858795-80.2018.8.10.0001	09/11/2018	DIVÓRCIO CONSENSUAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
166	0863139-07.2018.8.10.0001	06/12/2018	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
167	0000024-21.2019.8.10.0127	17/01/2019	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
168	0800155-64.2019.8.10.0061	28/01/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
169	0804489-30.2019.8.10.0001	31/01/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
170	0800711-63.2019.8.10.0062	14/03/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	VITORINO FREIRE	1ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	JULGADO
171	0802310-43.2019.8.10.0060	02/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	TRAMITANDO

Fls. 306
Proc. 12
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
172	0818947-52.2019.8.10.0001	07/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
173	0800937-06.2019.8.10.0115	13/05/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	ROSÁRIO	1ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
174	0801212-35.2019.8.10.0056	17/05/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SANTA INÊS	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
175	0824189-89.2019.8.10.0001	13/06/2019	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
176	0807850-74.2019.8.10.0027	12/07/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BARRA DO CORDA	1ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA	SUSPENSO
177	0801578-80.2019.8.10.0054	26/07/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
178	0803989-78.2019.8.10.0060	12/08/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
179	0800767-56.2019.8.10.0140	19/09/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	JULGADO
180	0803075-17.2019.8.10.0059	08/10/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
181	0007210-71.2008.8.10.0001	24/10/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
182	0802628-37.2019.8.10.0024	28/10/2019	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	JULGADO
183	0803027-88.2019.8.10.0049	01/11/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	TRAMITANDO

Fls. 307
Proc. 117
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
184	0802411-77.2019.8.10.0061	26/11/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
185	0849382-09.2019.8.10.0001	28/11/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	ESTADUAL E MUNICIPAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS
186	0852506-97.2019.8.10.0001	19/12/2019	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
187	0800299-34.2020.8.10.0148	03/02/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	CODÓ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
188	0800192-18.2020.8.10.0074	13/03/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BOM JARDIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	SUSPENSO
189	0800210-40.2020.8.10.0106	09/04/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
190	0800214-77.2020.8.10.0106	15/04/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
191	0800845-59.2020.8.10.0061	08/05/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
192	0800275-35.2020.8.10.0106	29/05/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
193	0000029-76.2004.8.10.0092	30/01/2004	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
194	0012085-26.2004.8.10.0001	12/07/2004	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
195	0820987-70.2020.8.10.0001	21/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 308
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
196	0820990-25.2020.8.10.0001	21/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
197	0800360-21.2020.8.10.0106	04/08/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
198	0000080-22.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
199	0000074-15.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
200	0014796-67.2005.8.10.0001	10/08/2005	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
201	0019742-82.2005.8.10.0001	20/10/2005	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
202	0022215-41.2005.8.10.0001	28/11/2005	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
203	0000966-97.2006.8.10.0001	23/01/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
204	0001378-28.2006.8.10.0001	27/01/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
205	0000228-85.2006.8.10.0009	06/02/2006	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
206	0006231-80.2006.8.10.0001	11/04/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
207	0000577-97.2006.8.10.0006	02/06/2006	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 309
Proc. 12
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
208	0000677-22.2006.8.10.0016	07/07/2006	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
209	0018152-36.2006.8.10.0001	04/08/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
210	0021970-93.2006.8.10.0001	29/08/2006	Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
211	0000076-82.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
212	0000075-97.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
213	0835245-85.2020.8.10.0001	06/11/2020	MONITÓRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
214	0800551-05.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
215	0800553-72.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
216	0800557-12.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
217	0000337-84.2006.8.10.0111	26/09/2006	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
218	0000352-53.2006.8.10.0111	28/09/2006	Cumprimento de sentença	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	BAIXADO
219	0026429-41.2006.8.10.0001	23/10/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 310
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
220	0029809-72.2006.8.10.0001	28/11/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
221	0030469-66.2006.8.10.0001	01/12/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
222	0000860-04.2007.8.10.0001	19/01/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
223	0000107-08.2007.8.10.0111	14/03/2007	Ação Civil de Improbidade Administrativa	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	BAIXADO
224	0007510-67.2007.8.10.0001	30/03/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
225	0011387-15.2007.8.10.0001	15/05/2007	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
226	0016100-33.2007.8.10.0001	06/07/2007	Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
227	0001354-27.2007.8.10.0013	12/07/2007	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
228	0808670-06.2021.8.10.0001	05/03/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
229	0800422-65.2021.8.10.0061	09/03/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
230	0000708-93.2014.8.10.0070	22/04/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	ARARI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARI	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
231	0804160-64.2021.8.10.0060	15/06/2021	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	TIMON	1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
232	0021106-21.2007.8.10.0001	10/09/2007	Embargos à Execução Fiscal	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

Fls. 311
Proc. 1/2
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
233	0022612-32.2007.8.10.0001	28/09/2007	INVENTÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS
234	0027592-22.2007.8.10.0001	05/12/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
235	0006365-39.2008.8.10.0001	12/03/2008	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
236	0015464-33.2008.8.10.0001	11/06/2008	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
237	0024510-46.2008.8.10.0001	18/09/2008	Crimes de Calúnia	Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS
238	0032356-17.2008.8.10.0001	04/12/2008	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
239	0009039-53.2009.8.10.0001	01/04/2009	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
240	0000325-88.2018.8.10.0066	05/07/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
241	0801038-24.2021.8.10.0131	19/07/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SENADOR LA ROCQUE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR LA ROCQUE	TRAMITANDO
242	0800658-76.2021.8.10.0106	06/08/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
243	0801194-27.2021.8.10.0126	08/09/2021	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	BALSAS	1ª VARA DA COMARCA DE BALSAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
244	0802073-63.2021.8.10.0084	26/10/2021	PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	CURURUPU	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
245	0017710-65.2009.8.10.0001	19/06/2009	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

Fls. 312
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
246	0021744-83.2009.8.10.0001	23/07/2009	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
247	0018386-76.2010.8.10.0001	01/06/2010	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
248	0030359-91.2011.8.10.0001	07/07/2011	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
249	0001052-84.2012.8.10.0057	11/07/2012	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA LUZIA	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
250	0011468-51.2013.8.10.0001	25/03/2013	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
251	0001265-25.2013.8.10.0035	08/07/2013	USUCAPIÃO	COROATÁ	1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ	TRAMITANDO
252	0000394-18.2013.8.10.0092	16/08/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
253	0050025-10.2013.8.10.0001	14/11/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
254	0802109-73.2021.8.10.0127	29/11/2021	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
255	0800071-43.2022.8.10.0066	26/01/2022	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	JULGADO
256	0803446-70.2022.8.10.0060	02/05/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
257	0025696-94.2014.8.10.0001	11/06/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

Fls. 313
Proc. 110
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
258	0028148-77.2014.8.10.0001	01/07/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
259	0028148-77.2014.8.10.0001	01/07/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
260	0039081-12.2014.8.10.0001	29/08/2014	EMBARGOS À EXECUÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
261	0054165-53.2014.8.10.0001	12/11/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
262	0058658-73.2014.8.10.0001	10/12/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
263	0000004-34.2015.8.10.0074	08/01/2015	Procedimento Comum Cível	BOM JARDIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	BAIXADO
264	0801680-38.2022.8.10.0106	15/12/2022	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
265	0800722-92.2023.8.10.0049	14/03/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	JULGADO
266	0800563-76.2023.8.10.0138	23/03/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
267	0800380-07.2023.8.10.0106	23/03/2023	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
268	0827101-20.2023.8.10.0001	08/05/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
269	0801084-21.2023.8.10.0138	23/05/2023	COMUNICADO DE MANDADO DE PRISÃO	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
270	0015865-85.2015.8.10.0001	16/04/2015	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO

Fls. 314
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
271	0000628-83.2015.8.10.0074	12/06/2015	Mandado de Segurança Cível	BOM JARDIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	BAIXADO
272	0032803-58.2015.8.10.0001	17/07/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
273	0802735-89.2023.8.10.0073	20/11/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BARREIRINHAS	1ª VARA DA COMARCA DE BARREIRINHAS	JULGADO
274	0800890-49.2024.8.10.0085	19/06/2024	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
275	0803648-66.2024.8.10.0031	22/07/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	JULGADO
276	0036598-72.2015.8.10.0001	10/08/2015	DESPEJO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
277	0000075-50.2013.8.10.0092	29/10/2015	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
278	0803761-20.2024.8.10.0031	29/07/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
279	0858199-86.2024.8.10.0001	13/08/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
280	0801789-91.2024.8.10.0135	03/10/2024	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	TUNTUM	1ª VARA DA COMARCA DE TUNTUM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
281	0902202-29.2024.8.10.0001	30/12/2024	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
282	0813781-29.2025.8.10.0001	14/02/2025	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
283	0002897-69.2016.8.10.0039	02/09/2016	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	LAGO DA PEDRA	1ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
284	0000135-33.2017.8.10.0108	10/02/2017	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PINDARÉ-MIRIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	BAIXADO

Fls. 315
Proc. 118
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
285	0000460-07.2017.8.10.0076	13/03/2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BREJO	1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
286	0802061-63.2017.8.10.0060	29/05/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	JULGADO
287	0827373-24.2017.8.10.0001	06/08/2017	IMISSÃO NA POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
288	0001167-40.2017.8.10.0022	24/08/2017	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	AÇAILÂNDIA	1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA AÇAILÂNDIA	JULGADO
289	0002767-61.2017.8.10.0066	24/10/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
290	0841784-72.2017.8.10.0001	31/10/2017	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
291	0000149-52.2018.8.10.0085	31/01/2018	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	TRAMITANDO
292	0807738-23.2018.8.10.0001	28/02/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
293	0000297-23.2018.8.10.0066	08/03/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	JULGADO
294	0000547-76.2018.8.10.0027	13/08/2018	Carta Precatória Criminal	BARRA DO CORDA	1ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA	BAIXADO
295	0801479-10.2018.8.10.0034	29/08/2018	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CODÓ	1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 316
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
296	0846776-42.2018.8.10.0001	15/09/2018	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
297	0861580-15.2018.8.10.0001	27/11/2018	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	ESTADUAL E MUNICIPAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS
298	0864255-48.2018.8.10.0001	13/12/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
299	0800111-68.2019.8.10.0021	22/01/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
300	0000102-24.2019.8.10.0027	07/02/2019	Notificação para Explicações	BARRA DO CORDA	2ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA	BAIXADO
301	0001898-31.2019.8.10.0001	13/02/2019	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
302	0816557-12.2019.8.10.0001	18/04/2019	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
303	0819673-26.2019.8.10.0001	13/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
304	0820133-13.2019.8.10.0001	16/05/2019	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
305	0801915-32.2019.8.10.0034	21/05/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CODÓ	1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
306	0801259-91.2019.8.10.0061	01/07/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
307	0801803-93.2019.8.10.0024	16/07/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	BACABAL	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	JULGADO

Fls. 317
Proc. 110
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
308	0831542-83.2019.8.10.0001	06/08/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO

Observações:
a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na pagina do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;

Fls. 318
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

Data emissão: 12/03/2025
Data de validade: 12/04/2025

Nº da certidão: 12500046672
Código de Validação: 5392cede3f

NOME: Luís Eduardo Franco Bouéres
CPF: 838.778.273-49
OAB: 6542
DATA INICIAL: 12/03/2003
DATA FIM: 12/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) Luis Eduardo Franco Boueres, OAB MA No 6542 CPF 838.778.273-49, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0801799-54.2018.8.10.0036	19/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0802091-39.2018.8.10.0036	19/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0800471-55.2019.8.10.0036	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
4	0800444-72.2019.8.10.0036	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0801886-10.2018.8.10.0036	26/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
6	0004758-76.2017.8.10.0000	28/08/2019	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 319
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
7	0000232-34.2015.8.10.0001	05/09/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0028148-77.2014.8.10.0001	03/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0802034-21.2018.8.10.0036	10/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0809784-51.2019.8.10.0000	24/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0810281-65.2019.8.10.0000	11/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz de França Belchior Silva	SUSPENSO
12	0002667-41.2014.8.10.0057	26/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0840496-89.2017.8.10.0001	02/12/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
14	0801141-93.2019.8.10.0036	28/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
15	0800931-19.2020.8.10.0000	04/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0801295-88.2020.8.10.0000	10/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0800938-34.2019.8.10.0036	06/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Tyrone José Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0800994-67.2019.8.10.0036	25/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
19	0001165-23.2015.8.10.0125	30/03/2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
20	0801972-78.2018.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
21	0802079-25.2018.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 320
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
22	0801005-96.2019.8.10.0036	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0802110-45.2018.8.10.0036	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0826271-30.2018.8.10.0001	24/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0806124-15.2020.8.10.0000	25/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
26	0800981-68.2019.8.10.0036	19/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
27	0002767-61.2017.8.10.0066	21/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0002715-65.2017.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0810375-76.2020.8.10.0000	03/08/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0800932-38.2018.8.10.0076	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
31	0801032-90.2018.8.10.0076	11/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
32	0813133-28.2020.8.10.0000	16/09/2020	HABEAS CORPUS CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
33	0814888-87.2020.8.10.0000	11/10/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
34	0815712-46.2020.8.10.0000	23/10/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	TRAMITANDO
35	0000150-81.2006.8.10.9001	22/08/2006	Recurso Inominado Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUIS	BAIXADO
36	0000163-46.2010.8.10.0140	03/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	JULGADO

Fls. 321
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
37	0800022-11.2018.8.10.0076	10/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
38	0801021-61.2018.8.10.0076	12/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
39	0800605-48.2020.8.10.0036	23/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
40	0800497-19.2020.8.10.0036	26/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0800786-94.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
42	0800906-40.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
43	0800999-03.2018.8.10.0076	03/02/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	JULGADO
44	0001259-96.2007.8.10.9001	20/08/2007	Mandado de Segurança Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUIS	BAIXADO
45	0003050-71.2013.8.10.0051	04/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
46	0001370-34.2017.8.10.0076	11/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
47	0804869-85.2021.8.10.0000	25/03/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	JULGADO
48	0805006-67.2021.8.10.0000	29/03/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
49	0800903-85.2018.8.10.0076	12/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
50	0000708-93.2014.8.10.0070	22/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
51	0001371-20.2015.8.10.0066	23/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 322
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
52	0001713-31.2015.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
53	0001939-65.2017.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
54	0001242-15.2015.8.10.0066	26/05/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
55	0001568-65.2016.8.10.0057	14/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	JULGADO
56	0801578-80.2019.8.10.0054	21/06/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
57	0001650-06.2015.8.10.0066	25/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0812771-89.2021.8.10.0000	19/07/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
59	0800845-59.2020.8.10.0061	26/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
60	0800716-65.2020.8.10.0025	17/08/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	BACABAL	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0816762-73.2021.8.10.0000	27/09/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
62	0001191-04.2015.8.10.0066	08/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
63	0000180-56.2014.8.10.0071	14/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
64	0802182-13.2019.8.10.0031	21/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
65	0840123-53.2020.8.10.0001	28/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
66	0811765-20.2016.8.10.0001	01/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 323
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
67	0001925-81.2017.8.10.0066	10/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
68	0001353-95.2007.8.10.0060	20/06/2011	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	TRAMITANDO
69	0002756-32.2017.8.10.0066	18/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
70	0803409-38.2019.8.10.0031	27/12/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
71	0001704-80.2013.8.10.0085	21/01/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
72	0801198-20.2022.8.10.0000	28/01/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
73	0801041-27.2017.8.10.0031	17/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
74	0000997-78.2014.8.10.0085	18/02/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
75	0002532-94.2017.8.10.0066	25/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
76	0849382-09.2019.8.10.0001	09/05/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
77	0001366-95.2015.8.10.0066	07/07/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
78	0815495-32.2022.8.10.0000	04/08/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
79	0000161-05.2016.8.10.0031	16/09/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
80	0000024-21.2019.8.10.0127	17/10/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	TRAMITANDO
81	0801396-95.2021.8.10.0031	26/10/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO

Fls. 324
Proc. 117
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
82	0023721-37.2014.8.10.0001	08/11/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
83	0831542-83.2019.8.10.0001	17/11/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
84	0802598-35.2023.8.10.0000	10/02/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
85	0805320-42.2023.8.10.0000	22/03/2023	PETIÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
86	0808344-78.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
87	0808346-48.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
88	0001276-87.2015.8.10.0066	09/05/2023	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
89	0813807-98.2023.8.10.0000	27/06/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
90	0801365-71.2018.8.10.0034	18/08/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	TRAMITANDO
91	0007529-95.2015.8.10.0000	06/07/2015	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
92	0842064-38.2020.8.10.0001	21/11/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
93	0826872-63.2023.8.10.0000	04/12/2023	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
94	0800643-63.2023.8.10.0001	04/12/2023	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
95	0827266-70.2023.8.10.0000	07/12/2023	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
96	0827690-15.2023.8.10.0000	13/12/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 325
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
97	0802419-67.2024.8.10.0000	09/02/2024	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
98	0805181-56.2024.8.10.0000	13/03/2024	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
99	0805484-70.2024.8.10.0000	15/03/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
100	0002416-52.2016.8.10.0057	16/04/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
101	0811218-02.2024.8.10.0000	14/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	JULGADO
102	0802121-35.2023.8.10.0057	16/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	JULGADO
103	0812647-04.2024.8.10.0000	29/05/2024	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Nilo Ribeiro Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
104	0835245-85.2020.8.10.0001	03/07/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
105	0815954-63.2024.8.10.0000	04/07/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
106	0000075-50.2013.8.10.0092	29/10/2015	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
107	0819642-33.2024.8.10.0000	15/08/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	TRAMITANDO
108	0058658-73.2014.8.10.0001	22/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
109	0017024-05.2011.8.10.0001	23/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	TRAMITANDO
110	0800071-43.2022.8.10.0066	10/09/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	JULGADO
111	0822970-68.2024.8.10.0000	20/09/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	TRAMITANDO

Fls. 536
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
112	0801574-61.2020.8.10.0069	23/10/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
113	0801853-15.2022.8.10.0057	22/11/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	JULGADO
114	0800722-92.2023.8.10.0049	19/02/2025	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	TRAMITANDO
115	0805646-31.2025.8.10.0000	11/03/2025	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
116	0003689-43.2016.8.10.0000	10/05/2016	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
117	0055476-16.2013.8.10.0001	25/08/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
118	0800615-11.2017.8.10.0000	01/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
119	0800831-69.2017.8.10.0000	24/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
120	0000305-90.2014.8.10.0049	04/07/2017	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
121	0805025-15.2017.8.10.0000	09/10/2017	SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
122	0805566-48.2017.8.10.0000	20/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
123	0805862-70.2017.8.10.0000	31/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
124	0801294-74.2018.8.10.0000	23/02/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
125	0801811-79.2018.8.10.0000	14/03/2018	CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 327
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
126	0804354-55.2018.8.10.0000	21/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
127	0000726-20.2015.8.10.0090	24/05/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
128	0001052-84.2012.8.10.0057	03/09/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
129	0807688-97.2018.8.10.0000	06/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
130	0807783-30.2018.8.10.0000	11/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
131	0040590-46.2012.8.10.0001	12/11/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
132	0800904-70.2019.8.10.0000	05/02/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
133	0801881-62.2019.8.10.0000	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
134	0803092-36.2019.8.10.0000	11/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
135	0803881-35.2019.8.10.0000	13/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
136	0001616-93.2019.8.10.0000	28/06/2019	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
137	0002481-83.2017.8.10.0066	08/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
138	0809672-82.2019.8.10.0000	21/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
139	0802198-83.2018.8.10.0036	25/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
140	0000547-50.2008.8.10.0052	21/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	JULGADO

Fls. 338
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
141	0810933-82.2019.8.10.0000	28/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
142	0000442-06.2014.8.10.0071	27/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
143	0801012-88.2019.8.10.0036	30/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
144	0000441-34.2016.8.10.0044	10/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
145	0007842-24.2013.8.10.0001	17/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
146	0801242-33.2019.8.10.0036	06/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
147	0803273-03.2020.8.10.0000	26/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
148	0800811-96.2019.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
149	0800541-72.2019.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
150	0801039-71.2019.8.10.0036	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
151	0800580-69.2019.8.10.0036	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
152	0805628-83.2020.8.10.0000	18/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
153	0800623-06.2019.8.10.0036	16/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
154	0808027-85.2020.8.10.0000	25/06/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
155	0002473-09.2017.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO

Fls. 329
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
156	0000297-23.2018.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
157	0800033-74.2017.8.10.0076	05/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
158	0800862-21.2018.8.10.0076	09/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
159	0800567-36.2020.8.10.0036	13/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
160	0800530-09.2020.8.10.0036	26/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
161	0000460-07.2017.8.10.0076	02/12/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
162	0800536-61.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
163	0800757-44.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
164	0800931-53.2018.8.10.0076	18/02/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
165	0001206-86.2013.8.10.0051	02/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
166	0833455-03.2019.8.10.0001	23/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
167	0001591-29.2013.8.10.0085	24/03/2021	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Luiz Oliveira de Almeida	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
168	0864206-07.2018.8.10.0001	12/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
169	0002784-97.2017.8.10.0066	14/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
170	0000043-84.2017.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO

Fls. 330
Proc. 112
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
171	0001415-39.2015.8.10.0066	23/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
172	0001295-93.2015.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
173	0001631-97.2015.8.10.0066	19/05/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
174	0801989-26.2019.8.10.0054	03/06/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
175	0001318-39.2015.8.10.0066	18/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
176	0004878-63.2009.8.10.9001	08/05/2009	Recurso Inominado Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUIS	BAIXADO
177	0000325-88.2018.8.10.0066	05/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
178	0001891-09.2017.8.10.0066	23/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
179	0800787-70.2017.8.10.0058	12/08/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	JULGADO
180	0000531-34.2014.8.10.0037	30/08/2021	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
181	0000450-33.2015.8.10.0140	01/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Douglas Airton Ferreira Amorim	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
182	0001224-97.2016.8.10.0085	25/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
183	0800588-52.2022.8.10.0000	18/01/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
184	0000866-35.2016.8.10.0085	28/01/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
185	0808503-91.2018.8.10.0001	10/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 331
Proc. 117
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
186	0802786-62.2022.8.10.0000	17/02/2022	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	TRAMITANDO
187	0803077-62.2022.8.10.0000	21/02/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
188	0002881-97.2017.8.10.0066	21/04/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
189	0811747-89.2022.8.10.0000	13/06/2022	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
190	0814116-56.2022.8.10.0000	14/07/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
191	0820911-78.2022.8.10.0000	10/10/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
192	0821507-62.2022.8.10.0000	19/10/2022	REVISÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
193	0803075-17.2019.8.10.0059	31/10/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
194	0823694-43.2022.8.10.0000	22/11/2022	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
195	0000236-15.2011.8.10.0065	21/03/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
196	0808343-93.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
197	0808345-63.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
198	0808470-31.2023.8.10.0000	11/04/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
199	0802923-79.2022.8.10.0053	12/05/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 332
Proc. 12
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
200	0805307-45.2020.8.10.0001	06/07/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	JULGADO
201	0823508-83.2023.8.10.0000	24/10/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
202	0824848-62.2023.8.10.0000	08/11/2023	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	TRAMITANDO
203	0805754-94.2024.8.10.0000	19/03/2024	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	TRAMITANDO
204	0810564-15.2024.8.10.0000	08/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	JULGADO
205	0802061-63.2017.8.10.0060	15/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
206	0812406-30.2024.8.10.0000	27/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
207	0000720-27.2013.8.10.0108	20/06/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
208	0803202-41.2021.8.10.0040	10/07/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
209	0818110-24.2024.8.10.0000	26/07/2024	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Fernando Bayma Araujo	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
210	0820170-67.2024.8.10.0000	21/08/2024	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Fernando Bayma Araujo	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
211	0820918-02.2024.8.10.0000	28/08/2024	SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	JULGADO
212	0803648-66.2024.8.10.0031	19/09/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	TRAMITANDO

Fls. 333
Proc.
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
213	0800091-90.2024.8.10.0057	21/10/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
214	0802735-89.2023.8.10.0073	08/11/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	TRAMITANDO
215	0831530-96.2024.8.10.0000	31/12/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
216	0805645-46.2025.8.10.0000	11/03/2025	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
217	0805649-83.2025.8.10.0000	11/03/2025	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
218	0001474-78.2015.8.10.0049	18/07/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	TRAMITANDO
219	0000203-62.2013.8.10.0127	05/09/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	TRAMITANDO
220	0800942-87.2016.8.10.0000	18/11/2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
221	0801064-66.2017.8.10.0000	17/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
222	0802473-77.2017.8.10.0000	24/07/2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
223	0805250-35.2017.8.10.0000	17/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
224	0000394-18.2013.8.10.0092	24/10/2017	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
225	0000258-30.2017.8.10.0076	31/10/2018	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
226	0810873-46.2018.8.10.0000	18/12/2018	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
227	0801868-63.2019.8.10.0000	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Fls. 334
Proc. 12
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
228	0802730-34.2019.8.10.0000	01/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
229	0802311-50.2015.8.10.0001	12/04/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
230	0805064-41.2019.8.10.0000	18/06/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
231	0806205-95.2019.8.10.0000	24/07/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Douglas Airton Ferreira Amorim	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:
a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na pagina do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
c)Fonte da pesquisa: sistemas ThemisSG (2º grau), PJE (2º grau) e PROJUDI;

24/02/2025

Número: **0600503-65.2020.6.00.0000**

Fls. 335
Proc.
Rub.

Classe: **LISTA TRÍPLICE**
Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**
Órgão julgador: **STF3 - ocupado pelo Ministro André Mendonça**
Última distribuição : **14/05/2020**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Assuntos: **Lista Tríplice**
Segredo de Justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
DAVI RAFAEL SILVA VERAS (ADVOGADO(A) INDICADO(A))	
	DAVI RAFAEL SILVA VERAS (ADVOGADO)
LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES (ADVOGADO(A) INDICADO(A))	
	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES (ADVOGADO)
CAMILLA ROSE EWERTON FERRO RAMOS (ADVOGADO(A) INDICADO(A))	
	CAMILLA ROSE EWERTON FERRO RAMOS (ADVOGADO)
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (INTERESSADO)	

Outros participantes	
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
156898251	11/10/2021 11:39	Acórdão	Acórdão

Fls. _____
Proc. _____
Rub. _____

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

Fls. 336
Proc. 112
Rub.

LISTA TRÍPLICE Nº 0600503-65.2020.6.00.0000 – SÃO LUÍS – MARANHÃO

Relator: Ministro Alexandre de Moraes
Interessado: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
Advogada indicada: Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos
Advogado indicado: Luís Eduardo Franco Bouéres
Advogado indicado: Davi Rafael Silva Veras

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (TRE/MA). LISTA TRÍPLICE PARA A ESCOLHA DE JUIZ EFETIVO DA CLASSE JURISTA. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS PREENCHIDOS. ENCAMINHAMENTO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

1. Nos termos dos arts. 120, § 1º, III, da Constituição Federal e 25, III, do Código Eleitoral, estão presentes os requisitos necessários para a composição de Lista Tríplice com a participação dos advogados indicados, Drs. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos, Luís Eduardo Franco Bouéres e Davi Rafael Silva Veras.

2. Encaminhamento para a apreciação e a nomeação pelo Chefe do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 23, XI, do Código Eleitoral.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em determinar o encaminhamento da Lista Tríplice ao Poder Executivo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 23 de setembro de 2021.

MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES – RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES: Senhor Presidente, trata-se de Lista Tríplice para o preenchimento da vaga de Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), decorrente do término do primeiro biênio do Dr. Gustavo Araújo Vilas Boas, ocorrido em 29.5.2020, atualmente composta pela Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e pelos Drs. Luís Eduardo Franco Bouéres e Davi Rafael Silva Veras (IDs 29181588 e 133956138).

Este documento foi gerado pelo usuário 838.***.***-49 em 24/02/2025 17:56:30
Número do documento: 21101111392265500000155597577
https://pje.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21101111392265500000155597577
Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE DE MORAES - 11/10/2021 11:39:22

Em sessão plenária ocorrida em 16.3.2021 (ID 118864288), esta CORTE SUPERIOR determinou, por maioria, o retorno dos autos ao Tribunal de origem para substituição de um dos advogados inicialmente indicados, o qual não logrou preencher o requisito da idoneidade moral, em razão da divulgação de vídeos em suas redes sociais, "*mediante o encadeamento de indisfarçáveis e agressivos discursos políticos, pregando o ódio a ideologias contrárias à sua; bem como publicizou mensagens ofensivas e revestidas de animus caluniandi, diffamandi e injuriandi e vídeos insultuosos às Instituições Democráticas – inclusive ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – e às outras autoridades públicas*" (ID 130115338). Assentou, oportunamente, o preenchimento dos requisitos pela Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e pelo Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres.

Por ter proferido o voto divergente/vencedor, fui designado para redigir o acórdão, ficando o processo sob a minha relatoria.

Na sequência, em 12.5.2021, o TRE/MA encaminhou ofício ao TSE comunicando a inclusão do Dr. Davi Rafael da Silva Veras no lugar do substituído (ID 34413188).

Após a análise dos documentos apresentados e do cumprimento de diligências pelo indicado, a Assessoria Consultiva (Assec) opinou pela publicação do edital (ID 149590288), o que foi determinado (ID 152893138), conforme o disposto no art. 25, § 3º, do Código Eleitoral.

Publicado o edital no *DJe* de 27.8.2021 (ID 153072088), não houve impugnação.

É o relatório.

Fls. 337
Proc.
Rub.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (relator): Senhor Presidente, trata-se de Lista Tríplice para o preenchimento da vaga de Juiz Efetivo do TRE/MA, decorrente do término do primeiro biênio do Dr. Gustavo Araújo Vilas Boas. A Lista é, atualmente, composta pela Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e pelos Drs. Luís Eduardo Franco Bouéres e Davi Rafael Silva Veras.

No caso, esta CORTE SUPERIOR está a se debruçar, pela segunda vez, na análise do presente feito, no qual, na sessão administrativa de 16.3.2021, foi determinada a substituição do segundo indicado, o Dr. Roberto Charles de Menezes Dias, aprovando-se apenas os nomes da Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e do Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres (ID 130115338).

Assim, neste ponto, o exame restringe-se à indicação do Dr. Davi Rafael Silva Veras. Relativamente ao novo advogado, a Lista Tríplice encontra-se instruída com os documentos exigidos pela Res.-TSE 23.517/2017:

a) formulário de dados pessoais (ID 148804688);

b) certidão da OAB/MA atestando: *(i)* a sua inscrição principal em 11/12/2008 na Seccional do Pará, com a transferência do seu registro para a Seccional do Maranhão em 10/12/2012; e *(ii)* não estar cumprindo penalidade disciplinar (ID 133956138, fl. 17);

c) certidões negativas da Justiça Estadual referentes a ações cíveis e criminais (ID 140191238 e ID 133956138, fl. 14);

d) certidões negativas da Justiça Federal referentes a ações cíveis, criminais e para fins eleitorais (ID 140191288 e ID 133956138, fls. 19 e 20);

e) certidão de quitação, certidões negativas para crimes eleitorais e filiação partidária, todas da Justiça Eleitoral (ID 133956138, fls. 15-16 e ID 140191338);

f) certidão emitida pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, comprovando ser o indicado Defensor Público de 2ª Classe, tendo sido nomeado em 4.1.2011, contando, portanto, com mais de 10 anos de efetivo serviço (ID 140191188 e ID 133956138, fl. 24).

g) documentos comprobatórios da atividade profissional (ID 140191538 e ID 140191438);

h) *curriculum vitae* (ID 133956138, fls. 7-10).

A Assessoria Consultiva (Assec) assinalou preenchidos os requisitos pelo advogado (ID 149590288), e publicada a presente Lista por edital, conforme o disposto no art. 25, § 3º, do Código Eleitoral, não houve impugnação (153072088).

Em seu parecer, a Assec faz menção à existência de processos envolvendo a Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos (processo 0860482-63.2016.8.10.0001) e o Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres (processos 0000441-34.2016.8.10.0044, 060445-40.2014.8.10.0001, 0010174-69.2010.8.10.0000 e 18657-56.2008.8.10.0001). Contudo, todos os feitos mencionados já foram objeto de análise na assentada anterior, tendo esta CORTE

Este documento foi gerado pelo usuário 838.***.***-49 em 24/02/2025 17:56:30
Número do documento: 21101111392265500000155597577
https://pje.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21101111392265500000155597577
Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE DE MORAES - 11/10/2021 11:39:22

SUPERIOR ELEITORAL decidido que tais fatos não representam mácula à idoneidade moral (ID 130115338):

> *"A indicada Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos apresentou certidão positiva cível da Justiça Estadual do Maranhão e a certidão narrativa respectiva, das quais se extrai que tramita em seu desfavor a* ***Execução Fiscal nº 0860482-63.2016.8.10.0001****, em que consta como exequente o Estado do Maranhão, referente à cobrança de ICMS no valor de R$ 45.922,65 (quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos) (ID 31824638 e ID 29182138, p. 5).*
>
> *Registra-se que a indicada juntou aos autos sentença, datada de 9.6.2020, que declarou a* ***satisfação da obrigação*** *e julgou extinta a referida execução, nos termos do art. 924, II, do CPC (ID 31824688). Além disso, em consulta ao andamento processual da referida ação, verifica-se que a sentença* ***transitou em julgado em 31.7.2020 e que desde então os autos encontram-se arquivados definitivamente****.*
>
> *[...]*
>
> *No tocante ao Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres, verifica-se que apresentou certidão positiva cível de Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Maranhão (ID 29184588), a qual revela que o indicado figura no polo passivo das seguintes demandas:* ***Apelação Cível nº 0000441-34.2016.8.10.0044, Apelação Cível e Agravo Interno autuados sob o nº 0060445-40.2014.8.10.0001 e Apelação Cível nº 0010174-69.2010.8.10.0000.***
>
> *[...]*
>
> *O indicado apresentou as certidões narrativas (ID 29184588 e ID 34412688) do aludido processo, o qual se refere aos* ***Embargos à Execução de nº 18657-56.2008.8.10.0001****, no qual o indicado figura como um dos embargados, sendo embargante o Estado do Maranhão. A ação tem por objeto o julgamento de embargos à execução de honorários advocatícios no valor de R$ 19.456,88 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), originários de ação proposta pela Associação dos Humildes Trabalhadores Rurais do Povoado Dois Mil em face do Estado do Maranhão.*
>
> *[...]*
>
> *Na espécie, não verifico óbice à indicação de Luís Eduardo Franco Bouéres para compor a presente lista tríplice, notadamente porque a* ***existência de procedimentos judiciais em trâmite, que versam sobre pagamento de honorários advocatícios ao indicado e sobre recomposição de seus vencimentos****, não afasta a idoneidade moral exigida pelos arts. 120, § 1º, III, da Constituição da República e 25, III, do Código Eleitoral."* (Grifei)

Fls. 338
Proc.
Rub.

Assim, nos termos dos arts. 120, § 1º, III, da Constituição Federal e 25, III, do Código Eleitoral, estão presentes os requisitos necessários para a composição de Lista Tríplice com a participação dos advogados cujos nomes foram aprovados na sessão plenária administrativa de 16/3/2021, Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres, bem como do novo indicado, Dr. Davi Rafael Silva Veras.

Ante o exposto, em razão do atendimento dos requisitos legais pelos indicados, voto pelo encaminhamento da presente Lista Tríplice ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 23, XI, do Código Eleitoral, para apreciação e escolha do novo integrante do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

É o voto.

EXTRATO DA ATA

LT nº 0600503-65.2020.6.00.0000/MA. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Interessado: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Advogada indicada: Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos. Advogado indicado: Luís Eduardo Franco Bouéres. Advogado indicado: Davi Rafael Silva Veras.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, determinou o encaminhamento da Lista Tríplice ao Poder Executivo, nos termos do voto do relator.
Composição: Ministros Luís Roberto Barroso (presidente), Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Sérgio Banhos e Carlos Horbach.
Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Paulo Gustavo Gonet Branco.

SESSÃO DE 23.9.2021.

Fls. 339
Proc.
Rub.

Este documento foi gerado pelo usuário 838.***.***-49 em 24/02/2025 17:56:30
Número do documento: 21101111392265500000155597577
https://pje.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21101111392265500000155597577
Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE DE MORAES - 11/10/2021 11:39:22

Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 123/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **exonerando AMARILDO PEREIRA FONSECA,** do Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial; **JESSICA NAYARA ROCHA ROCHA,** do Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 124/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **nomeando DIANA CRISTINA MARTINS,** para o Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial; **SEBASTIÃO AZEVEDO MELO,** para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 125/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **nomeando LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES, ROSINALVA TRINDADE AVELAR, ALINNE PEREIRA CUNHA, WERYSON SILVA PEREIRA, MAILSON NEVES SILVA, BOZONIEL RUAN CURA FREITAS, ROGERIO DA SILVA CANTO COSTA, ALEXANDRINA DA SILVA MENDES, VAGMA SERRA BIRINO** e **LUCIANE ALMEIDA MARINHO REGO,** para o Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial; **JEAN CARLOS DE CARVALHO VIEIRA** e **ARETUSA MAYARA DE SOUSA ALMEIDA,** para o Cargo em Comissão, Símbolo DGA de Assessor Especial Legislativo; **GILMARA COSTA MENEZES,** para o Cargo em Comissão, Símbolo DANS-2 de Assessor Chefe; **PAULO RICARDO RODRIGUES PINTO**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-2 de Assessor Parlamentar Adjunto; **GLEICY KARLLA AMORIM FERREIRA,** para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-3 de Secretário Executivo, **ANTONIO ELIBERTO BARROS MENDES,** para o Cargo em Comissão, Símbolo DAI-4 de Motorista, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 129/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **nomeando ALDERICO JOSE COELHO JUNIOR,** para o Cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Assessor Parlamentar; **ANTONIO DA SILVA COSTA SOBRINHO**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-2 de Assessor Parlamentar Adjunto; **EMANUEL MATHEUS SILVA TORRES**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-3 de Secretário Executivo; **MARIANA BAIMA LIMA**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAI-4 de Oficial de Gabinete, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 130/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **exonerando EDINALDO SOUSA CORREIA,** do Cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Coordenador Parlamentar; **MIRELE DE MATOS S. SOARES DE OLIVEIRA,** do Cargo em Comissão, Símbolo DGA de Assessor Especial Legislativo; **MAYSA HELLEN MENDES FIUZA**, do Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, **MARIA DENISE FIUZA DE MORAIS**, do Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, **FRANCISCA ADELINA ALVES DE MELO**, do Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 131/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **nomeando GLACIA DA SILVA DOS SANTOS AMATE**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Coordenador Parlamentar; **JOÃO EIRILANDIO ANTUNES NECO**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DGA de Assessor Especial Legislativo; **RAIMUNDO NONATO PEREIRA BARBOSA**, para o Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, **NAISA HELLEN MENDES FIUZA**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, **CYNARA SIQUEIRA COSTA LUNA**, para o Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Fls. 340
Proc. 11
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Calhau
Fone (98) 32693701 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

OTHELINO NETO
Presidente

VALNEY DE FREITAS PEREIRA
Diretor Geral

BRÁULIO MARTINS
Diretoria Geral da Mesa

EDWIN JINKINGS RODRIGUES
Diretoria de Comunicação

RAIMUNDO JOÃO LIMA RIBEIRO
Núcleo de Suporte de Plenário

CRISTIANO CACIQUE DE NEW YORK
Núcleo de Diário Legislativo

Fls. 361
Proc.
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

Ficha Financeiro do Servidor - Ano referência: 2013

05/02/2014 10:55:48

ORGÃO:	MATRÍCULA:	SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO:	ADMISSÃO:	EXONERAÇÃO:
J04	**0000144873**	**LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES**	**ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR DO GAB. DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES**	**ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR DO GAB. DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES**	**06/01/2010**	

Cod.Verba	Nome Verba	JAN/2013	FEV/2013	MAR/2013	ABR/2013	MAI/2013	JUN/2013	JUL/2013	AGO/2013	SET/2013	OUT/2013	NOV/2013	DEZ/2013	13º/2013	TOTAL
115	DEC. JUDIC. 11,98% C/ PRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.619,09	1.619,09	1.619,09	-	4.857,27
135	VENCIMENTO CARGO COMISSAO	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	-	158.168,19
202	DECIMO TERCEIRO SALARIO C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.134,01	15.134,01
212	FERIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.044,67	-	5.044,67
216	GPJ PADRÃO ANALISTA INIC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.069,87	-	-	7.069,87
256	AUXILIO ALIMENTACAO	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	-	8.712,00
520	BANCO DO BRASIL EMPREST-1	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	-	9.112,92
624	DESC.ADIANT.13 SALARIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.757,46	6.757,46
850	TOTAL VANTAGENS FIXAS	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	15.134,01	15.134,01	15.134,01	-	163.025,46
880	SALARIO CONTRIBUICAO INSS	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	15.134,01	15.134,01	15.134,01	-	163.025,46
890	RENDA BRUTA IMPOSTO RENDA	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	15.134,01	15.134,01	20.178,68	-	168.070,13
896	TOTAL VANTAGENS	13.438,75	13.438,75	13.438,75	13.438,75	13.438,75	14.240,92	14.240,92	14.240,92	14.240,92	15.860,01	22.929,88	20.904,68	15.134,01	198.986,01
897	TOTAL DE DESCONTO	3.796,51	3.796,51	3.796,51	4.220,27	3.796,51	4.017,11	4.017,11	4.017,11	4.017,11	4.462,36	5.615,99	5.849,64	10.460,41	61.863,15
898	LIQUIDO	9.642,24	9.642,24	9.642,24	9.218,48	9.642,24	10.223,81	10.223,81	10.223,81	10.223,81	11.397,65	17.313,89	15.055,04	4.673,60	137.122,86
942	INSS 13 SALARIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	457,49	457,49
947	IMPOSTO RENDA 13 SALARIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.245,46	3.245,46
97	IMPOSTO SINDICAL FEDERAL	-	-	-	423,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	423,76
981	INSS	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	-	5.489,88
985	IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	2.579,61	2.579,61	2.579,61	2.579,61	2.579,61	2.800,21	2.800,21	2.800,21	2.800,21	3.245,46	4.399,09	4.632,74	-	36.376,18

Esta ficha financeira foi emitida às 10:55:48 h, do dia 05/02/2014 pelo Página do Servidor, tendo fé pública em todo território nacional. CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: **1314.4873.7J04.F0B3**. Confirmação da autenticidade no site www.tjma.jus.br.

Fls. 342
Proc. 112
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

Ficha Financeiro do Servidor - Ano referência: 2014

ORGÃO:	MATRÍCULA:	SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO:	ADMISSÃO:	EXONERAÇÃO:
J04	**0000144873**	**LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES**	**ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR DO GAB. DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES**	**ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR DO GAB. DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES**	**06/01/2010**	

Cod.Verba	Nome Verba	JAN/2014	FEV/2014	MAR/2014	ABR/2014	MAI/2014	JUN/2014	JUL/2014	AGO/2014	SET/2014	OUT/2014	NOV/2014	DEZ/2014	13º/2014	TOTAL
115	DEC. JUDIC. 11,98% C/ PRE	1.619,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.619,09
135	VENCIMENTO CARGO COMISSAO	13.514,92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.514,92
256	AUXILIO ALIMENTACAO	726,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	726,00
520	BANCO DO BRASIL EMPREST-1	759,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	759,41
850	TOTAL VANTAGENS FIXAS	15.134,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.134,01
880	SALARIO CONTRIBUICAO INSS	15.134,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.134,01
890	RENDA BRUTA IMPOSTO RENDA	15.134,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.134,01
896	TOTAL VANTAGENS	15.860,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.860,01
897	TOTAL DE DESCONTO	4.445,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.445,22
898	LIQUIDO	11.414,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.414,79
981	INSS	482,92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	482,92
985	IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	3.202,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.202,89

Esta ficha financeira foi emitida às 10:55:48 h, do dia 05/02/2014 pelo Página do Servidor, tendo fé pública em todo território nacional. CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: **1314.4873.7J04.F0B3**. Confirmação da autenticidade no site www.tjma.jus.br.

ADVOGADO: LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES - OAB/MA nº 6542-A - Processos no 1º Grau

#	PROCESSO
1	0000002-84.2017.6.10.0034
2	0000003-40.2018.6.10.0000
3	0000022-46.2018.6.10.0097
4	0000072-87.2017.6.10.0071
5	0000210-10.2016.6.10.0097
6	0000256-17.2012.6.10.0007
7	0000727-96.2016.6.10.0070
8	0600001-02.2024.6.10.0003
9	0600001-18.2025.6.10.0051
10	0600001-27.2024.6.10.0027
11	0600001-50.2025.6.10.0105
12	0600001-57.2021.6.10.0051
13	0600001-68.2021.6.10.0015
14	0600001-78.2021.6.10.0044
15	0600001-89.2021.6.10.0008
16	0600002-03.2025.6.10.0051
17	0600002-42.2021.6.10.0051
18	0600003-59.2025.6.10.0092
19	0600003-85.2025.6.10.0051
20	0600004-70.2025.6.10.0051
21	0600005-55.2025.6.10.0051
22	0600006-47.2024.6.10.0060
23	0600007-32.2024.6.10.0060
24	0600008-17.2024.6.10.0060
25	0600010-61.2024.6.10.0003
26	0600018-63.2024.6.10.0027
27	0600019-71.2024.6.10.0084
28	0600020-81.2024.6.10.0108
29	0600021-02.2022.6.10.0055
30	0600027-70.2024.6.10.0012
31	0600027-98.2024.6.10.0035
32	0600031-41.2024.6.10.0034
33	0600032-10.2022.6.10.0062
34	0600032-23.2024.6.10.0035
35	0600032-41.2022.6.10.0084
36	0600032-45.2024.6.10.0060
37	0600036-35.2024.6.10.0108
38	0600038-63.2021.6.10.0058
39	0600039-48.2021.6.10.0058
40	0600040-71.2020.6.10.0089
41	0600041-56.2024.6.10.0076
42	0600045-35.2020.6.10.0076
43	0600046-48.2020.6.10.0002
44	0600048-87.2020.6.10.0076
45	0600052-55.2020.6.10.0002
46	0600055-10.2020.6.10.0002
47	0600056-51.2024.6.10.0035
48	0600056-60.2022.6.10.0087
49	0600056-92.2020.6.10.0002
50	0600057-10.2020.6.10.0089
51	0600059-28.2024.6.10.0060
52	0600060-54.2020.6.10.0027
53	0600064-13.2020.6.10.0053
54	0600065-95.2020.6.10.0053
55	0600067-54.2020.6.10.0089
56	0600067-65.2020.6.10.0053

Fls. 343
Proc. 12
Rub.

57	0600068-50.2020.6.10.0053
58	0600069-24.2020.6.10.0089
59	0600070-20.2020.6.10.0053
60	0600071-05.2020.6.10.0053
61	0600072-36.2020.6.10.0070
62	0600072-76.2020.6.10.0089
63	0600072-86.2024.6.10.0105
64	0600072-87.2020.6.10.0053
65	0600073-61.2020.6.10.0089
66	0600073-72.2020.6.10.0053
67	0600074-44.2024.6.10.0012
68	0600074-46.2020.6.10.0089
69	0600074-57.2020.6.10.0053
70	0600075-31.2020.6.10.0089
71	0600075-51.2024.6.10.0037
72	0600086-61.2020.6.10.0024
73	0600087-65.2024.6.10.0037
74	0600087-84.2024.6.10.0063
75	0600088-58.2024.6.10.0002
76	0600089-26.2020.6.10.0053
77	0600089-54.2024.6.10.0063
78	0600091-93.2020.6.10.0053
79	0600093-59.2024.6.10.0106
80	0600094-59.2020.6.10.0017
81	0600095-86.2020.6.10.0003
82	0600098-95.2024.6.10.0069
83	0600099-41.2020.6.10.0095
84	0600099-80.2024.6.10.0069
85	0600100-45.2020.6.10.0024
86	0600102-15.2020.6.10.0024
87	0600103-96.2020.6.10.0089
88	0600104-57.2020.6.10.0000
89	0600107-37.2020.6.10.0024
90	0600108-22.2020.6.10.0024
91	0600109-07.2020.6.10.0024
92	0600109-27.2024.6.10.0069
93	0600110-80.2020.6.10.0027
94	0600111-74.2020.6.10.0024
95	0600115-86.2020.6.10.0097
96	0600116-19.2024.6.10.0069
97	0600118-57.2024.6.10.0111
98	0600120-12.2024.6.10.0019
99	0600121-02.2021.6.10.0019
100	0600121-94.2024.6.10.0019
101	0600122-79.2024.6.10.0019
102	0600123-64.2024.6.10.0019
103	0600124-09.2024.6.10.0097
104	0600124-49.2024.6.10.0019
105	0600125-34.2024.6.10.0019
106	0600126-19.2024.6.10.0019
107	0600127-04.2024.6.10.0019
108	0600128-46.2024.6.10.0097
109	0600128-86.2024.6.10.0019
110	0600129-71.2024.6.10.0019
111	0600130-20.2024.6.10.0031
112	0600130-56.2024.6.10.0019
113	0600131-41.2024.6.10.0019
114	0600131-46.2024.6.10.0082

Fls. 341
Proc. 12
Rub.

115 0600132-26.2024.6.10.0019
116 0600133-11.2024.6.10.0019
117 0600134-93.2024.6.10.0019
118 0600135-05.2020.6.10.0024
119 0600135-78.2024.6.10.0019
120 0600136-63.2024.6.10.0019
121 0600137-08.2024.6.10.0097
122 0600137-48.2024.6.10.0019
123 0600138-33.2024.6.10.0019
124 0600139-18.2024.6.10.0019
125 0600141-53.2020.6.10.0075
126 0600141-85.2024.6.10.0019
127 0600142-23.2024.6.10.0067
128 0600144-08.2020.6.10.0075
129 0600145-18.2020.6.10.0099
130 0600145-24.2024.6.10.0084
131 0600152-41.2024.6.10.0108
132 0600156-28.2024.6.10.0060
133 0600156-44.2024.6.10.0087
134 0600157-13.2024.6.10.0060
135 0600158-45.2024.6.10.0012
136 0600158-95.2024.6.10.0060
137 0600159-30.2024.6.10.0109
138 0600161-66.2024.6.10.0087
139 0600163-67.2024.6.10.0109
140 0600165-37.2024.6.10.0109
141 0600166-22.2024.6.10.0109
142 0600166-45.2024.6.10.0069
143 0600167-07.2024.6.10.0109
144 0600168-89.2024.6.10.0109
145 0600169-96.2024.6.10.0037
146 0600180-41.2024.6.10.0065
147 0600181-94.2024.6.10.0010
148 0600188-80.2024.6.10.0109
149 0600189-65.2024.6.10.0109
150 0600190-63.2020.6.10.0053
151 0600192-13.2024.6.10.0079
152 0600192-33.2020.6.10.0053
153 0600193-80.2020.6.10.0097
154 0600194-03.2020.6.10.0053
155 0600194-90.2020.6.10.0024
156 0600195-65.2024.6.10.0079
157 0600195-75.2020.6.10.0024
158 0600196-50.2024.6.10.0079
159 0600196-60.2020.6.10.0024
160 0600197-83.2024.6.10.0063
161 0600197-92.2024.6.10.0060
162 0600198-40.2020.6.10.0053
163 0600198-77.2024.6.10.0060
164 0600199-62.2024.6.10.0060
165 0600200-47.2024.6.10.0060
166 0600201-32.2024.6.10.0060
167 0600202-17.2024.6.10.0060
168 0600203-02.2024.6.10.0060
169 0600203-46.2020.6.10.0026
170 0600204-84.2024.6.10.0060
171 0600205-69.2024.6.10.0060
172 0600206-54.2024.6.10.0060

Fls. 345
Proc. 112
Rub.

173	0600207-39.2024.6.10.0060
174	0600208-24.2024.6.10.0060
175	0600209-09.2024.6.10.0060
176	0600210-33.2020.6.10.0060
177	0600210-91.2024.6.10.0060
178	0600211-76.2024.6.10.0060
179	0600212-03.2020.6.10.0060
180	0600212-61.2024.6.10.0060
181	0600213-46.2024.6.10.0060
182	0600215-16.2024.6.10.0060
183	0600216-98.2024.6.10.0060
184	0600217-83.2024.6.10.0060
185	0600218-68.2024.6.10.0060
186	0600220-92.2024.6.10.0042
187	0600221-43.2023.6.10.0000
188	0600232-96.2020.6.10.0026
189	0600241-74.2020.6.10.0053
190	0600243-04.2020.6.10.0034
191	0600243-81.2024.6.10.0060
192	0600246-58.2020.6.10.0098
193	0600248-50.2024.6.10.0110
194	0600251-08.2024.6.10.0109
195	0600251-98.2024.6.10.0079
196	0600252-90.2024.6.10.0109
197	0600253-75.2024.6.10.0109
198	0600256-81.2024.6.10.0092
199	0600260-67.2024.6.10.0012
200	0600265-33.2020.6.10.0076
201	0600268-45.2024.6.10.0044
202	0600269-29.2024.6.10.0012
203	0600270-03.2020.6.10.0061
204	0600270-15.2024.6.10.0044
205	0600272-31.2024.6.10.0061
206	0600273-69.2020.6.10.0024
207	0600274-52.2024.6.10.0044
208	0600274-92.2020.6.10.0076
209	0600276-22.2024.6.10.0044
210	0600277-43.2024.6.10.0032
211	0600282-31.2020.6.10.0024
212	0600283-54.2020.6.10.0076
213	0600287-52.2020.6.10.0089
214	0600288-41.2024.6.10.0010
215	0600288-76.2024.6.10.0063
216	0600289-26.2024.6.10.0010
217	0600290-11.2024.6.10.0010
218	0600291-89.2020.6.10.0089
219	0600294-22.2024.6.10.0051
220	0600294-48.2024.6.10.0107
221	0600297-96.2020.6.10.0089
222	0600300-51.2020.6.10.0089
223	0600303-50.2020.6.10.0042
224	0600304-35.2020.6.10.0042
225	0600305-15.2020.6.10.0076
226	0600305-19.2020.6.10.0107
227	0600306-97.2020.6.10.0076
228	0600307-13.2020.6.10.0002
229	0600307-42.2024.6.10.0044
230	0600307-82.2020.6.10.0076

Fls. 346
Proc.
Rub.

231	0600308-67.2020.6.10.0076
232	0600308-95.2020.6.10.0002
233	0600309-62.2020.6.10.0105
234	0600310-65.2020.6.10.0002
235	0600312-35.2020.6.10.0002
236	0600313-89.2024.6.10.0063
237	0600314-74.2024.6.10.0063
238	0600316-72.2020.6.10.0002
239	0600316-78.2024.6.10.0084
240	0600317-29.2020.6.10.0076
241	0600318-42.2020.6.10.0002
242	0600319-27.2020.6.10.0002
243	0600320-12.2020.6.10.0002
244	0600320-80.2020.6.10.0044
245	0600325-34.2020.6.10.0002
246	0600326-25.2024.6.10.0084
247	0600329-77.2024.6.10.0084
248	0600331-71.2020.6.10.0089
249	0600335-11.2020.6.10.0089
250	0600336-85.2020.6.10.0027
251	0600337-70.2020.6.10.0027
252	0600339-18.2020.6.10.0002
253	0600341-19.2024.6.10.0108
254	0600344-70.2020.6.10.0089
255	0600349-32.2020.6.10.0012
256	0600353-32.2020.6.10.0089
257	0600355-02.2020.6.10.0089
258	0600355-81.2024.6.10.0082
259	0600358-91.2020.6.10.0012
260	0600360-06.2024.6.10.0082
261	0600366-51.2024.6.10.0037
262	0600369-25.2024.6.10.0063
263	0600370-59.2024.6.10.0079
264	0600372-29.2024.6.10.0079
265	0600373-43.2024.6.10.0037
266	0600374-08.2020.6.10.0089
267	0600375-67.2024.6.10.0019
268	0600377-50.2020.6.10.0060
269	0600377-51.2024.6.10.0079
270	0600379-20.2020.6.10.0060
271	0600380-05.2020.6.10.0060
272	0600382-72.2020.6.10.0060
273	0600383-57.2020.6.10.0060
274	0600385-33.2020.6.10.0058
275	0600392-06.2024.6.10.0019
276	0600395-58.2024.6.10.0019
277	0600398-13.2024.6.10.0019
278	0600398-75.2024.6.10.0063
279	0600403-97.2024.6.10.0063
280	0600404-20.2024.6.10.0019
281	0600404-82.2024.6.10.0063
282	0600405-05.2024.6.10.0019
283	0600407-72.2024.6.10.0019
284	0600408-57.2024.6.10.0019
285	0600409-42.2024.6.10.0019
286	0600410-27.2024.6.10.0019
287	0600411-12.2024.6.10.0019
288	0600412-94.2024.6.10.0019

Fls. 347
Proc.
Rub.

289 0600413-79.2024.6.10.0019
290 0600414-64.2024.6.10.0019
291 0600415-49.2024.6.10.0019
292 0600416-34.2024.6.10.0019
293 0600417-19.2024.6.10.0019
294 0600417-41.2024.6.10.0044
295 0600419-37.2020.6.10.0016
296 0600419-86.2024.6.10.0019
297 0600420-71.2024.6.10.0019
298 0600421-56.2024.6.10.0019
299 0600422-41.2024.6.10.0019
300 0600426-78.2024.6.10.0019
301 0600440-62.2024.6.10.0019
302 0600441-48.2024.6.10.0051
303 0600444-02.2024.6.10.0019
304 0600447-14.2020.6.10.0110
305 0600451-16.2024.6.10.0044
306 0600457-23.2024.6.10.0044
307 0600457-98.2024.6.10.0019
308 0600458-83.2024.6.10.0019
309 0600467-45.2024.6.10.0019
310 0600471-82.2024.6.10.0019
311 0600475-49.2024.6.10.0107
312 0600504-03.2024.6.10.0042
313 0600510-10.2024.6.10.0042
314 0600511-92.2024.6.10.0042
315 0600515-04.2024.6.10.0019
316 0600517-71.2024.6.10.0019
317 0600520-26.2024.6.10.0019
318 0600521-11.2024.6.10.0019
319 0600526-33.2024.6.10.0019
320 0600535-92.2024.6.10.0019
321 0600536-77.2024.6.10.0019
322 0600540-17.2024.6.10.0019
323 0600542-84.2024.6.10.0019
324 0600547-09.2024.6.10.0019
325 0600548-91.2024.6.10.0019
326 0600550-61.2024.6.10.0019
327 0600551-46.2024.6.10.0019
328 0600552-31.2024.6.10.0019
329 0600553-16.2024.6.10.0019
330 0600556-68.2024.6.10.0019
331 0600558-38.2024.6.10.0019
332 0600558-57.2020.6.10.0058
333 0600561-90.2024.6.10.0019
334 0600564-64.2020.6.10.0058
335 0600565-30.2024.6.10.0019
336 0600565-49.2020.6.10.0058
337 0600566-15.2024.6.10.0019
338 0600566-34.2020.6.10.0058
339 0600567-19.2020.6.10.0058
340 0600567-97.2024.6.10.0019
341 0600568-82.2024.6.10.0019
342 0600569-67.2024.6.10.0019
343 0600570-52.2024.6.10.0019
344 0600570-71.2020.6.10.0058
345 0600571-37.2024.6.10.0019
346 0600571-56.2020.6.10.0058

Fls. 348
Proc.
Rub.

347 0600572-22.2024.6.10.0019
348 0600573-26.2020.6.10.0058
349 0600575-74.2024.6.10.0019
350 0600577-44.2024.6.10.0019
351 0600577-72.2024.6.10.0042
352 0600580-39.2020.6.10.0051
353 0600589-04.2024.6.10.0037
354 0600596-93.2024.6.10.0037
355 0600598-63.2024.6.10.0037
356 0600599-05.2024.6.10.0019
357 0600600-87.2024.6.10.0019
358 0600607-44.2024.6.10.0063
359 0600609-14.2024.6.10.0063
360 0600621-63.2024.6.10.0019
361 0600623-33.2024.6.10.0019
362 0600631-70.2020.6.10.0012
363 0600642-02.2020.6.10.0012
364 0600645-54.2020.6.10.0012
365 0600646-39.2020.6.10.0012
366 0600648-46.2024.6.10.0019
367 0600649-31.2024.6.10.0019
368 0600651-98.2024.6.10.0019
369 0600659-16.2020.6.10.0084
370 0600662-30.2024.6.10.0019
371 0600670-07.2024.6.10.0019
372 0600672-74.2024.6.10.0019
373 0600677-96.2024.6.10.0019
374 0600681-36.2024.6.10.0019
375 0600682-21.2024.6.10.0019
376 0600719-48.2024.6.10.0019
377 0600724-70.2024.6.10.0019
378 0600725-55.2024.6.10.0019
379 0600836-39.2024.6.10.0019
380 0600843-31.2024.6.10.0019
381 0600845-98.2024.6.10.0019
382 0600855-45.2024.6.10.0019
383 0600858-97.2024.6.10.0019
384 0600884-95.2024.6.10.0019
385 0600914-33.2024.6.10.0019
386 0600917-85.2024.6.10.0019
387 0600923-92.2024.6.10.0019
388 0600925-62.2024.6.10.0019
389 0600941-16.2024.6.10.0019
390 0600942-98.2024.6.10.0019
391 0600943-83.2024.6.10.0019
392 0600946-38.2024.6.10.0019
393 0600949-90.2024.6.10.0019
394 0600952-45.2024.6.10.0019
395 0600953-30.2024.6.10.0019
396 0600956-82.2024.6.10.0019
397 0600957-67.2024.6.10.0019
398 0600965-44.2024.6.10.0019
399 0600968-96.2024.6.10.0019
400 0600974-06.2024.6.10.0019
401 0600974-73.2018.6.10.0000
402 0600978-43.2024.6.10.0019
403 0600979-28.2024.6.10.0019
404 0600980-13.2024.6.10.0019

Fls. 349
Proc.
Rub.

405 0600981-95.2024.6.10.0019
406 0600982-80.2024.6.10.0019
407 0600983-65.2024.6.10.0019
408 0600984-50.2024.6.10.0019
409 0600985-35.2024.6.10.0019
410 0600986-20.2024.6.10.0019
411 0600987-05.2024.6.10.0019
412 0600988-87.2024.6.10.0019
413 0600998-34.2024.6.10.0019
414 0601021-83.2020.6.10.0030
415 0601051-18.2024.6.10.0018
416 0601051-21.2020.6.10.0030
417 0601581-86.2018.6.10.0000
418 0601723-51.2022.6.10.0000

Fls. 38
Proc.
Rub.

ADVOGADO: LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES - OAB/MA nº 6542-A - Processos no 2º Grau

#	PROCESSO
1	0000002-84.2017.6.10.0034
2	0000032-61.2016.6.10.0000
3	0000053-03.2017.6.10.0000
4	0000072-87.2017.6.10.0071
5	0000210-10.2016.6.10.0097
6	0000256-17.2012.6.10.0007
7	0000727-96.2016.6.10.0070
8	0600001-02.2024.6.10.0003
9	0600001-68.2021.6.10.0015
10	0600001-89.2021.6.10.0008
11	0600002-02.2021.6.10.0032
12	0600002-06.2018.6.10.0000
13	0600002-69.2019.6.10.0000
14	0600003-54.2019.6.10.0000
15	0600003-88.2018.6.10.0000
16	0600010-61.2024.6.10.0003
17	0600011-60.2020.6.10.0076
18	0600015-63.2022.6.10.0000
19	0600018-63.2024.6.10.0027
20	0600019-71.2024.6.10.0084
21	0600020-81.2024.6.10.0108
22	0600025-15.2019.6.10.0000
23	0600026-58.2020.6.10.0034
24	0600027-70.2024.6.10.0012
25	0600031-41.2020.6.10.0047
26	0600031-41.2024.6.10.0034
27	0600032-26.2020.6.10.0047
28	0600038-63.2021.6.10.0058
29	0600039-33.2018.6.10.0000
30	0600039-48.2021.6.10.0058
31	0600040-71.2020.6.10.0089
32	0600043-68.2020.6.10.0075
33	0600044-50.2021.6.10.0000
34	0600045-35.2020.6.10.0076
35	0600046-48.2020.6.10.0002
36	0600048-87.2020.6.10.0076
37	0600050-91.2020.6.10.0000
38	0600054-56.2020.6.10.0024
39	0600056-92.2020.6.10.0002
40	0600057-10.2020.6.10.0089
41	0600060-24.2020.6.10.0037
42	0600060-54.2020.6.10.0027
43	0600063-74.2020.6.10.0070
44	0600067-54.2020.6.10.0089
45	0600069-24.2020.6.10.0089
46	0600072-36.2020.6.10.0070
47	0600073-61.2020.6.10.0089
48	0600074-06.2020.6.10.0070
49	0600074-46.2020.6.10.0089
50	0600074-51.2022.6.10.0000
51	0600075-31.2020.6.10.0089
52	0600075-51.2024.6.10.0037
53	0600076-21.2022.6.10.0000
54	0600077-06.2022.6.10.0000
55	0600078-88.2022.6.10.0000
56	0600081-40.2020.6.10.0056
57	0600086-61.2020.6.10.0024
58	0600087-65.2024.6.10.0037
59	0600088-58.2024.6.10.0002
60	0600093-59.2024.6.10.0106
61	0600094-42.2022.6.10.0000
62	0600094-59.2020.6.10.0017
63	0600095-27.2022.6.10.0000
64	0600099-41.2020.6.10.0095
65	0600099-90.2020.6.10.0111
66	0600100-45.2020.6.10.0024
67	0600102-15.2020.6.10.0024
68	0600103-96.2020.6.10.0089
69	0600104-57.2020.6.10.0000
70	0600106-56.2022.6.10.0000
71	0600107-37.2020.6.10.0024
72	0600108-22.2020.6.10.0024
73	0600109-07.2020.6.10.0024
74	0600109-93.2020.6.10.0060
75	0600110-80.2020.6.10.0027

Fls. 351
Proc.
Rub.

76	0600111-13.2020.6.10.0012
77	0600111-74.2020.6.10.0024
78	0600114-72.2018.6.10.0000
79	0600118-57.2024.6.10.0111
80	0600120-12.2024.6.10.0019
81	0600121-94.2024.6.10.0019
82	0600122-79.2024.6.10.0019
83	0600123-64.2024.6.10.0019
84	0600123-92.2022.6.10.0000
85	0600124-09.2024.6.10.0097
86	0600124-49.2024.6.10.0019
87	0600125-34.2024.6.10.0019
88	0600125-66.2021.6.10.0010
89	0600126-19.2024.6.10.0019
90	0600127-04.2024.6.10.0019
91	0600127-61.2024.6.10.0097
92	0600127-72.2020.6.10.0074
93	0600128-46.2024.6.10.0097
94	0600128-86.2024.6.10.0019
95	0600129-26.2024.6.10.0034
96	0600129-71.2024.6.10.0019
97	0600130-56.2024.6.10.0019
98	0600131-41.2024.6.10.0019
99	0600131-46.2024.6.10.0082
100	0600132-26.2024.6.10.0019
101	0600133-11.2024.6.10.0019
102	0600134-93.2024.6.10.0019
103	0600135-05.2020.6.10.0024
104	0600135-78.2024.6.10.0019
105	0600136-63.2024.6.10.0019
106	0600137-08.2024.6.10.0097
107	0600137-48.2024.6.10.0019
108	0600138-33.2024.6.10.0019
109	0600138-85.2020.6.10.0047
110	0600139-18.2024.6.10.0019
111	0600140-65.2021.6.10.0000
112	0600140-68.2020.6.10.0075
113	0600144-08.2020.6.10.0075
114	0600145-18.2020.6.10.0099
115	0600145-24.2024.6.10.0084
116	0600148-42.2021.6.10.0000
117	0600149-27.2021.6.10.0000
118	0600156-28.2024.6.10.0060
119	0600157-13.2024.6.10.0060
120	0600158-45.2024.6.10.0012
121	0600158-95.2024.6.10.0060
122	0600165-78.2021.6.10.0000
123	0600166-54.2020.6.10.0079
124	0600166-97.2020.6.10.0000
125	0600169-96.2024.6.10.0037
126	0600184-89.2018.6.10.0000
127	0600189-27.2020.6.10.0070
128	0600192-13.2024.6.10.0079
129	0600194-90.2020.6.10.0024
130	0600195-65.2024.6.10.0079
131	0600195-75.2020.6.10.0024
132	0600196-50.2024.6.10.0079
133	0600196-60.2020.6.10.0024
134	0600197-83.2024.6.10.0063
135	0600201-86.2022.6.10.0000
136	0600203-46.2020.6.10.0026
137	0600207-93.2022.6.10.0000
138	0600210-33.2020.6.10.0060
139	0600211-67.2021.6.10.0000
140	0600212-03.2020.6.10.0060
141	0600215-75.2019.6.10.0000
142	0600218-93.2024.6.10.0084
143	0600220-92.2024.6.10.0042
144	0600221-43.2023.6.10.0000
145	0600222-48.2024.6.10.0079
146	0600239-40.2018.6.10.0000
147	0600244-77.2020.6.10.0037
148	0600246-58.2020.6.10.0098
149	0600248-50.2024.6.10.0110
150	0600251-08.2024.6.10.0109
151	0600251-98.2024.6.10.0079
152	0600252-90.2024.6.10.0109

Fls. 352
Proc. 110
Rub.

153	0600253-75.2024.6.10.0109
154	0600260-56.2020.6.10.0061
155	0600262-83.2018.6.10.0000
156	0600265-33.2020.6.10.0076
157	0600267-53.2020.6.10.0027
158	0600268-45.2024.6.10.0044
159	0600269-29.2024.6.10.0012
160	0600272-82.2024.6.10.0044
161	0600273-69.2020.6.10.0024
162	0600274-52.2024.6.10.0044
163	0600274-92.2020.6.10.0076
164	0600277-43.2024.6.10.0032
165	0600282-31.2020.6.10.0024
166	0600283-54.2020.6.10.0076
167	0600284-78.2020.6.10.0063
168	0600287-52.2020.6.10.0089
169	0600288-76.2024.6.10.0063
170	0600291-89.2020.6.10.0089
171	0600292-07.2020.6.10.0079
172	0600294-48.2024.6.10.0107
173	0600295-88.2024.6.10.0024
174	0600297-96.2020.6.10.0089
175	0600300-51.2020.6.10.0089
176	0600300-95.2020.6.10.0042
177	0600303-50.2020.6.10.0042
178	0600304-35.2020.6.10.0042
179	0600304-89.2020.6.10.0024
180	0600305-19.2020.6.10.0107
181	0600306-97.2020.6.10.0076
182	0600307-13.2020.6.10.0002
183	0600308-67.2020.6.10.0076
184	0600308-95.2020.6.10.0002
185	0600309-62.2020.6.10.0105
186	0600311-66.2020.6.10.0029
187	0600313-89.2024.6.10.0063
188	0600314-74.2024.6.10.0063
189	0600318-42.2020.6.10.0002
190	0600320-12.2020.6.10.0002
191	0600332-03.2018.6.10.0000
192	0600335-11.2020.6.10.0089
193	0600336-85.2020.6.10.0027
194	0600341-19.2024.6.10.0108
195	0600344-59.2019.6.00.0000
196	0600352-65.2020.6.10.0083
197	0600358-91.2020.6.10.0012
198	0600360-06.2024.6.10.0082
199	0600369-23.2020.6.10.0012
200	0600369-25.2024.6.10.0063
201	0600370-59.2024.6.10.0079
202	0600374-08.2020.6.10.0089
203	0600377-50.2020.6.10.0060
204	0600379-20.2020.6.10.0060
205	0600380-05.2020.6.10.0060
206	0600380-20.2022.6.10.0000
207	0600382-72.2020.6.10.0060
208	0600383-57.2020.6.10.0060
209	0600385-33.2020.6.10.0058
210	0600389-79.2022.6.10.0000
211	0600395-86.2022.6.10.0000
212	0600396-71.2022.6.10.0000
213	0600398-41.2022.6.10.0000
214	0600399-26.2022.6.10.0000
215	0600404-20.2024.6.10.0019
216	0600405-05.2024.6.10.0019
217	0600407-72.2024.6.10.0019
218	0600408-57.2024.6.10.0019
219	0600409-42.2024.6.10.0019
220	0600410-27.2024.6.10.0019
221	0600411-12.2024.6.10.0019
222	0600412-94.2024.6.10.0019
223	0600413-79.2024.6.10.0019
224	0600414-64.2024.6.10.0019
225	0600415-49.2024.6.10.0019
226	0600416-34.2024.6.10.0019
227	0600416-91.2024.6.10.0000
228	0600417-19.2024.6.10.0019
229	0600419-37.2020.6.10.0016

Fls. 353
Proc. 112
Rub.

230	0600419-86.2024.6.10.0019
231	0600421-56.2024.6.10.0019
232	0600426-78.2024.6.10.0019
233	0600432-16.2022.6.10.0000
234	0600436-53.2022.6.10.0000
235	0600437-38.2022.6.10.0000
236	0600441-32.2020.6.10.0037
237	0600446-97.2022.6.10.0000
238	0600447-14.2024.6.10.0000
239	0600448-67.2022.6.10.0000
240	0600449-52.2022.6.10.0000
241	0600450-37.2022.6.10.0000
242	0600451-22.2022.6.10.0000
243	0600452-07.2022.6.10.0000
244	0600453-89.2022.6.10.0000
245	0600454-74.2022.6.10.0000
246	0600456-44.2022.6.10.0000
247	0600457-23.2024.6.10.0044
248	0600457-29.2022.6.10.0000
249	0600460-81.2022.6.10.0000
250	0600465-35.2024.6.10.0000
251	0600467-73.2022.6.10.0000
252	0600475-49.2024.6.10.0107
253	0600491-33.2024.6.10.0000
254	0600496-65.2018.6.10.0000
255	0600506-70.2022.6.10.0000
256	0600507-26.2020.6.10.0000
257	0600507-55.2022.6.10.0000
258	0600526-33.2024.6.10.0019
259	0600528-02.2020.6.10.0000
260	0600532-40.2024.6.10.0019
261	0600533-25.2024.6.10.0019
262	0600535-52.2024.6.10.0000
263	0600542-84.2024.6.10.0019
264	0600545-67.2022.6.10.0000
265	0600548-91.2024.6.10.0019
266	0600552-82.2020.6.10.0015
267	0600553-16.2024.6.10.0019
268	0600553-73.2024.6.10.0000
269	0600556-68.2024.6.10.0019
270	0600557-53.2024.6.10.0019
271	0600558-38.2024.6.10.0019
272	0600561-21.2022.6.10.0000
273	0600561-90.2024.6.10.0019
274	0600566-34.2020.6.10.0058
275	0600567-19.2020.6.10.0058
276	0600570-71.2020.6.10.0058
277	0600571-36.2020.6.10.0000
278	0600571-56.2020.6.10.0058
279	0600580-39.2020.6.10.0051
280	0600591-27.2020.6.10.0000
281	0600592-12.2020.6.10.0000
282	0600593-26.2022.6.10.0000
283	0600597-63.2022.6.10.0000
284	0600599-62.2024.6.10.0000
285	0600604-55.2022.6.10.0000
286	0600605-40.2022.6.10.0000
287	0600609-14.2024.6.10.0063
288	0600610-62.2022.6.10.0000
289	0600615-80.2020.6.10.0024
290	0600616-40.2020.6.10.0000
291	0600623-61.2022.6.10.0000
292	0600624-46.2022.6.10.0000
293	0600626-84.2020.6.10.0000
294	0600642-02.2020.6.10.0012
295	0600643-84.2020.6.10.0012
296	0600644-69.2020.6.10.0012
297	0600646-39.2020.6.10.0012
298	0600651-29.2022.6.10.0000
299	0600675-86.2024.6.10.0000
300	0600676-13.2020.6.10.0000
301	0600684-58.2020.6.10.0042
302	0600693-49.2020.6.10.0000
303	0600711-70.2020.6.10.0000
304	0600716-92.2020.6.10.0000
305	0600743-36.2024.6.10.0000
306	0600925-62.2024.6.10.0019

Fls. 354
Proc. 117
Rub.

307 0600942-98.2024.6.10.0019
308 0600952-45.2024.6.10.0019
309 0600968-96.2024.6.10.0019
310 0600974-73.2018.6.10.0000
311 0600976-04.2022.6.10.0000
312 0600977-86.2022.6.10.0000
313 0600978-43.2024.6.10.0019
314 0600979-28.2024.6.10.0019
315 0600980-13.2024.6.10.0019
316 0600981-95.2024.6.10.0019
317 0600982-80.2024.6.10.0019
318 0600983-65.2024.6.10.0019
319 0600984-50.2024.6.10.0019
320 0600985-35.2024.6.10.0019
321 0600986-20.2024.6.10.0019
322 0600987-05.2024.6.10.0019
323 0600988-87.2024.6.10.0019
324 0600991-42.2024.6.10.0019
325 0600992-27.2024.6.10.0019
326 0601016-25.2018.6.10.0000
327 0601040-53.2018.6.10.0000
328 0601051-21.2020.6.10.0030
329 0601109-85.2018.6.10.0000
330 0601200-78.2018.6.10.0000
331 0601234-14.2022.6.10.0000
332 0601240-21.2022.6.10.0000
333 0601263-64.2022.6.10.0000
334 0601264-49.2022.6.10.0000
335 0601265-34.2022.6.10.0000
336 0601482-19.2018.6.10.0000
337 0601501-83.2022.6.10.0000
338 0601508-75.2022.6.10.0000
339 0601510-45.2022.6.10.0000
340 0601514-82.2022.6.10.0000
341 0601533-88.2022.6.10.0000
342 0601538-13.2022.6.10.0000
343 0601551-12.2022.6.10.0000
344 0601567-63.2022.6.10.0000
345 0601568-48.2022.6.10.0000
346 0601573-70.2022.6.10.0000
347 0601574-55.2022.6.10.0000
348 0601576-25.2022.6.10.0000
349 0601577-10.2022.6.10.0000
350 0601578-92.2022.6.10.0000
351 0601579-77.2022.6.10.0000
352 0601580-62.2022.6.10.0000
353 0601581-47.2022.6.10.0000
354 0601581-86.2018.6.10.0000
355 0601582-32.2022.6.10.0000
356 0601583-17.2022.6.10.0000
357 0601584-02.2022.6.10.0000
358 0601586-69.2022.6.10.0000
359 0601590-09.2022.6.10.0000
360 0601592-76.2022.6.10.0000
361 0601593-61.2022.6.10.0000
362 0601594-46.2022.6.10.0000
363 0601595-31.2022.6.10.0000
364 0601596-16.2022.6.10.0000
365 0601597-98.2022.6.10.0000
366 0601598-83.2022.6.10.0000
367 0601599-68.2022.6.10.0000
368 0601601-38.2022.6.10.0000
369 0601602-23.2022.6.10.0000
370 0601604-90.2022.6.10.0000
371 0601607-45.2022.6.10.0000
372 0601608-30.2022.6.10.0000
373 0601610-97.2022.6.10.0000
374 0601611-82.2022.6.10.0000
375 0601612-67.2022.6.10.0000
376 0601613-52.2022.6.10.0000
377 0601615-22.2022.6.10.0000
378 0601616-07.2022.6.10.0000
379 0601618-74.2022.6.10.0000
380 0601621-29.2022.6.10.0000
381 0601622-14.2022.6.10.0000
382 0601624-81.2022.6.10.0000
383 0601625-66.2022.6.10.0000

Fls. 555
Proc. 110
Rub.

384 0601626-51.2022.6.10.0000
385 0601627-36.2022.6.10.0000
386 0601633-43.2022.6.10.0000
387 0601635-13.2022.6.10.0000
388 0601636-95.2022.6.10.0000
389 0601642-05.2022.6.10.0000
390 0601645-57.2022.6.10.0000
391 0601646-42.2022.6.10.0000
392 0601649-94.2022.6.10.0000
393 0601650-79.2022.6.10.0000
394 0601651-64.2022.6.10.0000
395 0601654-19.2022.6.10.0000
396 0601656-86.2022.6.10.0000
397 0601657-71.2022.6.10.0000
398 0601659-41.2022.6.10.0000
399 0601668-03.2022.6.10.0000
400 0601669-85.2022.6.10.0000
401 0601670-70.2022.6.10.0000
402 0601672-40.2022.6.10.0000
403 0601673-25.2022.6.10.0000
404 0601676-77.2022.6.10.0000
405 0601681-02.2022.6.10.0000
406 0601682-84.2022.6.10.0000
407 0601683-69.2022.6.10.0000
408 0601693-16.2022.6.10.0000
409 0601700-08.2022.6.10.0000
410 0601705-30.2022.6.10.0000
411 0601708-82.2022.6.10.0000
412 0601709-09.2018.6.10.0000
413 0601709-67.2022.6.10.0000
414 0601715-74.2022.6.10.0000
415 0601716-59.2022.6.10.0000
416 0601717-44.2022.6.10.0000
417 0601723-51.2022.6.10.0000
418 0601728-73.2022.6.10.0000
419 0601731-28.2022.6.10.0000
420 0601737-74.2018.6.10.0000
421 0601751-58.2018.6.10.0000
422 0601753-28.2018.6.10.0000
423 0601771-49.2018.6.10.0000
424 0601772-34.2018.6.10.0000
425 0601786-76.2022.6.10.0000
426 0601796-62.2018.6.10.0000
427 0601817-38.2018.6.10.0000
428 0601817-96.2022.6.10.0000
429 0601822-60.2018.6.10.0000
430 0601834-74.2018.6.10.0000
431 0601836-44.2018.6.10.0000
432 0601869-34.2018.6.10.0000
433 0601870-19.2018.6.10.0000
434 0601871-04.2018.6.10.0000
435 0601874-56.2018.6.10.0000
436 0601875-41.2018.6.10.0000
437 0601889-83.2022.6.10.0000
438 0601911-83.2018.6.10.0000
439 0601912-68.2018.6.10.0000
440 0601914-38.2018.6.10.0000
441 0601916-08.2018.6.10.0000
442 0601917-90.2018.6.10.0000
443 0601925-67.2018.6.10.0000
444 0601926-52.2018.6.10.0000
445 0601930-89.2018.6.10.0000
446 0601938-66.2018.6.10.0000
447 0601945-58.2018.6.10.0000
448 0601959-42.2018.6.10.0000
449 0601998-97.2022.6.10.0000
450 0602002-76.2018.6.10.0000
451 0602009-29.2022.6.10.0000
452 0602028-74.2018.6.10.0000
453 0602038-21.2018.6.10.0000
454 0602039-06.2018.6.10.0000
455 0602139-58.2018.6.10.0000
456 0602188-60.2022.6.10.0000
457 0602195-52.2022.6.10.0000
458 0602245-78.2022.6.10.0000
459 0602249-18.2022.6.10.0000
460 0602282-47.2018.6.10.0000

Fls. 356
Proc. 110
Rub.

461	0602430-19.2022.6.10.0000
462	0602447-55.2022.6.10.0000
463	0602579-15.2022.6.10.0000
464	0602580-97.2022.6.10.0000
465	0602581-82.2022.6.10.0000
466	0602583-52.2022.6.10.0000
467	0602590-44.2022.6.10.0000
468	0602594-81.2022.6.10.0000
469	0602597-36.2022.6.10.0000
470	0602603-43.2022.6.10.0000
471	0602604-28.2022.6.10.0000
472	0602605-13.2022.6.10.0000
473	0602606-95.2022.6.10.0000
474	0602614-72.2022.6.10.0000
475	0602618-12.2022.6.10.0000
476	0602619-94.2022.6.10.0000
477	0602624-19.2022.6.10.0000
478	0602625-04.2022.6.10.0000
479	0602630-26.2022.6.10.0000
480	0602631-11.2022.6.10.0000
481	0602633-78.2022.6.10.0000
482	0602641-55.2022.6.10.0000
483	0602653-69.2022.6.10.0000
484	0602660-61.2022.6.10.0000
485	0602668-38.2022.6.10.0000
486	0602669-23.2022.6.10.0000
487	0602687-44.2022.6.10.0000
488	0602691-81.2022.6.10.0000
489	0602693-51.2022.6.10.0000
490	0602694-36.2022.6.10.0000
491	0602697-88.2022.6.10.0000
492	0602701-28.2022.6.10.0000
493	0602703-95.2022.6.10.0000
494	0602705-65.2022.6.10.0000
495	0602712-57.2022.6.10.0000
496	0602713-42.2022.6.10.0000
497	0602714-27.2022.6.10.0000
498	0602715-12.2022.6.10.0000
499	0602716-94.2022.6.10.0000
500	0602717-79.2022.6.10.0000
501	0602718-64.2022.6.10.0000
502	0602720-34.2022.6.10.0000
503	0602725-56.2022.6.10.0000
504	0602733-33.2022.6.10.0000
505	0602734-18.2022.6.10.0000
506	0602737-70.2022.6.10.0000
507	0602741-10.2022.6.10.0000
508	0602745-47.2022.6.10.0000
509	0602746-32.2022.6.10.0000
510	0602747-17.2022.6.10.0000
511	0602753-24.2022.6.10.0000
512	0602786-14.2022.6.10.0000
513	0602791-36.2022.6.10.0000
514	0602801-80.2022.6.10.0000
515	0602807-87.2022.6.10.0000
516	0602949-91.2022.6.10.0000
517	0602954-16.2022.6.10.0000
518	0602955-98.2022.6.10.0000

Fls. 357
Proc.
Rub.

Fls. 358
Proc. 110
Rub.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
Relatório: **Lista de Processos por Advogado**
Data de geração: **26/02/2025**
Parâmetros utilizados:
Advogado Parte: **LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES - OAB Nº 6.542**

Protocolo	Processo	Advogado	Tipo parte
18.435/2015	CART-3878	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE
143.596/2012	AIME-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO
144.765/2012	AIME-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO
14.862/2014	CART-962	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE
98.507/2012	RP-25447	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO
139.540/2012	RE-30033	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO
144.611/2012	RE-121091	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE
7/2017	RP-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO
12.540/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	CANDIDATO
12.949/2014	RCAND-51817	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPUGNADO(S)
25.787/2014	RP-216717	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
20.747/2014	RP-188309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
24961/2008	RE-5467	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
23.915/2009	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
59.693/2008	RE-6762	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
45.620/2008	RE-6970	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
144.611/2012	RE-121091	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
143.231/2012	AIJE-23918	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
102.966/2016	PC-38420	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
93.291/2016	RP-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
32.113/2017	RE-7287	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
30.338/2008	RE-6331	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
11.488/2009	RCED-271	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
6.300.518/2008	RE-7014	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

Fls. 359
Proc. 118
Rub.

95.904/2012	RE-39221	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
84.972/2012	AIJE-23727	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
104.649/2012	AIJE-40520	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
134.068/2012	RE-39442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
91.009/2016	AIJE-29184	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
97.870/2016	AIJE-29734	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18.278/2014	PC-144835	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
22.165/2014	PC-196103	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
18.287/2014	PC-145794	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
25.900/2014	MS-217069	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
3.823/2008	EXC-81	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
15033/2006	RP-4094	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
9825/2007	RP-4572	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
11.792/2014	RP-12155	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.786/2014	RP-216462	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
26.935/2014	RP-222520	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
24957/2008	RE-5471	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
23.470/2008	RE-5476	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
31.037/2008	RE-6395	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
32.779/2008	RE-6425	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
107.208/2016	PC-43191	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
39.660/2008	RE-6594	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
1.651/2009	RE-6892	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
41.965/2008	RE-6910	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
141.576/2012	RP-140828	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
98.507/2012	RP-25447	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18573/2007	PET-4225	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
48.695/2009	AC-509	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)

Fls. 360
Proc. 112
Rub.

18.464/2007	AIJE-3307	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
6.064/2014	PET-3062	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
39.013/2009	MS-594	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
26.875/2013	MS-7418	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
19.455/2006	RP-4328	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
20507/2006	RP-4476	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
22.472/2014	RP-194027	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
13.380/2014	RCAND-78234	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPUGNANTE(S)
14.248/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
27.168/2014	AIJE-222435	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
33.959/2008	RE-6464	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
118.932/2012	PC-82029	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
111.447/2016	PC-66108	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
144.765/2012	AIME-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
102.606/2016	RP-16161	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
111.326/2016	PC-67844	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
143.596/2012	AIME-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
32.420/2008	RE-6433	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
31.038/2008	RE-6397	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
33.961/2008	RE-6466	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
105.633/2012	AIJE-66243	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
34.664/2014	AIME-8635	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.435/2016	AIJE-49968	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.256/2016	AIJE-49616	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
105.068/2012	RE-41042	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
70.026/2012	RE-41988	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
19288/2006	PET-3975	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
24.696/2014	PET-211958	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)

Fls. 361
Proc.
Rub.

18322/2006	MS-438	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
6253/2008	MS-462	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
16.076/2009	MS-579	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
29265/2008	AC-442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRADO(S)
1.989/2008	EXC-79	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
3.301/2010	RE-91955	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
16623/2006	RP-4163	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
31.895/2008	RE-6420	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.488/2014	AIJE-215163	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.481/2014	RP-214726	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.785/2014	RP-216547	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
14.250/2014	RP-100839	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
23471/2008	RE-5468	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
34.461/2008	RE-6455	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
39.994/2008	RE-6815	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
33.961/2008	RE-6466	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
30402/2008	RE-6355	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
40.762/2015	PET-13335	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
118.944/2012	PC-81859	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
127.973/2012	AIJE-36892	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
132.509/2016	AIJE-80176	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
111.227/2016	PC-67407	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
133.822/2016	RE-284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
49.950/2009	RE-2460	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
11.489/2009	RE-6982	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
141.854/2012	AIJE-100017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
394/2013	RE-215	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
89.415/2016	RE-28917	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

Fls. 362
Proc. 116
Rub.

116.496/2012	RE-96585	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
144.765/2012	AIME-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
10.531/2014	AC-9035	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
12.538/2014	AC-78319	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
31.869/2014	AC-232050	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
18.422/2014	PC-155142	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
21.714/2014	MS-190567	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
21.715/2014	MS-190652	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
21.228/2006	AIJE-3303	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
95.226/2012	RE-25192	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	ASSISTENTE(S)
17.750/2014	RP-126819	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.752/2014	RP-216632	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
26.124/2014	RP-218368	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
14.247/2014	RP-100584	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
27.055/2014	RP-222095	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
22.532/2014	RP-194294	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
26.608/2014	AIJE-219752	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
24958/2008	RE-5469	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
27.669/2008	RE-5824	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
33.962/2008	RE-6467	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
126.406/2012	RE-90260	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
122.453/2012	PC-27086	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
18.811/2011	RE-18740	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
121.580/2012	PC-89653	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
23.083/2008	RE-5238	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
979/2013	AIME-141	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
30.372/2008	RE-6284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
30.442/2008	RE-6349	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

Fls. 363
Proc.
Rub.

31.037/2008	RE-6395	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.538/2012	RCED-100709	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
104.970/2012	AIJE-80467	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
100.025/2016	RE-50575	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
98.627/2012	RP-12494	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.661/2016	AIJE-50138	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
98.261/2016	AIJE-49531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
91.950/2012	AIJE-72843	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
86.066/2016	AIJE-28747	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
133.822/2016	RE-284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
17.496/2014	PC-124488	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
34618/2008	AC-449	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
21.552/2014	MS-190737	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
18861/2006	RP-4312	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
27.139/2009	RP-4680	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
16.251/2006	AIJE-3290	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
12.312/2014	RP-13284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
23.661/2014	RP-202950	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.482/2014	RP-214811	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
20.211/2014	RP-185286	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
28.573/2008	RE-6032	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
3.687/2007	25-4596	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
30.337/2008	RE-6327	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
33.960/2008	RE-6465	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
5.988/2009	RCED-255	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
40.509/2008	RE-6607	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.991/2012	RCED-38309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
7/2017	RP-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

Fls. 364
Proc. 112
Rub.

42.644/2013	RE-12881	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
20511/2006	PET-4032	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
17.637/2014	PC-129417	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
33994/2008	AC-447	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
26.139/2014	MS-218453	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
30.366/2009	MS-589	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
22.456/2009	RP-4593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
12.315/2014	RP-13539	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.111/2014	RP-213342	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.480/2014	RP-214641	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
14.249/2014	RP-100754	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
11.032/2014	RP-9812	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
24959/2008	RE-5470	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
24960/2008	RE-5466	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
30.609/2008	RE-6384	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
30.907/2008	RE-6396	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
12.659/2009	RCED-274	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
39.883/2008	RE-6621	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
97.139/2012	RE-39658	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
70.025/2012	RE-41806	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.545/2012	RCED-100891	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.544/2012	RCED-100624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
64.269/2016	RCAND-7866	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
141.855/2012	AIJE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
100.807/2012	RP-40180	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.659/2016	RE-50308	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
104.650/2012	AIJE-40605	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
91.879/2012	RE-50598	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

Fls. 365
Proc.
Rub.

70.633/2016	AIJE-16936	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
19289/2006	PET-3976	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
46.986/2015	PET-17669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
24.705/2014	AC-210222	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
3927/2008	EXC-82	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
7831/2006	28-1017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	INTERESSADO(S)
20549/2006	RP-4484	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
20671/2006	RP-4490	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
16079/2006	RP-4123	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
30.005/2009	RP-4681	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
8974/2006	RP-3904	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
6.327/2006	RP-3884	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
25.377/2006	AIME-32	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REU(S)
11.791/2014	RP-12070	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
21.258/2014	RP-189183	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
25.747/2014	RP-215770	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
34.460/2008	RE-6454	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
34.462/2008	RE-6456	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
143.591/2012	PET-59168	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
144.974/2012	AIME-52735	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
362/2013	RCED-222	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
125.864/2012	RE-69561	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
6.929/2007	25-4641	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
610.935/2008	RE-950441626	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
65.987/2008	RCED-269	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
97.140/2012	AIJE-39488	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.434/2016	AIJE-49883	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.658/2016	AIJE-50223	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

Fls. 366
Proc.
Rub.

99.255/2016	AIJE-49798	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
85.339/2016	RE-28662	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.596/2012	AIME-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
113.901/2016	RE-21010	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
9.551/2017	PC-5303	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
6.145/2014	PET-3147	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
26.376/2014	PET-223042	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
13684/2007	MS-453	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
6257/2008	MS-463	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
2.598/2015	MS-3805	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
1.990/2008	EXC-80	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
5044/2008	EXC-83	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
7756/2006	28-751	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	INTERESSADO(S)
102.079/2016	MS-24397	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
18.943/2006	RP-4317	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
8.601/2007	RP-4567	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
4.201/2006	RP-3859	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
9.739/2014	AC-7481	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	ASSISTENTE(S)
12.317/2014	RP-13624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
16.933/2014	RP-100754	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
14.993/2018	RE-50660	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
10054/2006	29-3854	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18.301/2010	RE-91955	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
28.999/2010	RCAND-312894	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
7.845/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
16.430/2014	RE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
15.658/2018	RE-16161	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
33.938/2016	RE-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)

Fls. 967
Proc.
Rub.

15.945/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
7.894/2015	RE-23918	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
3.935/2010	RP-4593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
8.509/2015	RE-66243	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
47.691/2015	RE-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
104.271/2016	RE-7866	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
32.530/2009	MS-585	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
14.598/2014	RCAND-78234	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPUGNANTE(S)
15.657/2014	RP-100839	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
7.850/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
11.079/2015	PC-129417	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
17.166/2018	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
28.746/2014	RE-100017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
33.800/2015	RE-40520	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
20.449/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
14.546/2018	RE-284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
24.470/2009	RCED-271	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
37.645/2011	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
14.447/2011	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
9.512/2014	RCED-100891	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
9.513/2014	RCED-100709	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.698/2015	RE-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
9.239/2018	RE-50660	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
4.615/2016	RE-39442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
2.596/2015	RE-69731	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
7.365/2018	RE-80176	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
17675/2006	29-4039	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
12.333/2014	RCED-100891	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)

Fls. 368
Proc. 110
Rub.

12.332/2014	RCED-100709	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
12.337/2014	RCED-100624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
29.362/2016	RE-18740	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
2.362/2019	RE-29734	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
24.311/2016	RE-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
12.490/2018	RE-80176	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
23.240/2015	RE-40520	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18.170/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
13418/2007	AIJE-3303	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
33.270/2014	AIJE-219752	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
22.215/2014	MS-190737	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
22528/2006	RP-4320	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
26.032/2010	RE-91955	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
16124/2006	29-4027	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
1.985/2016	RE-82029	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
48.375/2009	RP-4681	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
18.134/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
3.043/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
15.791/2014	RE-100017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
41.902/2009	MS-585	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
28.555/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
70.263/2016	RP-9812	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
24.734/2014	RP-202950	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
11.676/2018	RE-29734	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
15.333/2018	RE-28662	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
12.216/2014	RP-4531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
132.957/2016	RE-7866	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
10.247/2015	RE-6970	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

Fls. 369
Proc. 112
Rub. 8

11.368/2008	EXC-79	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
32.371/2014	RE-12881	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
30.415/2016	RE-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
33.605/2009	RE-6982	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
19.112/2014	RP-4531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
3.081/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
17.165/2018	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
19.871/2011	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
10.824/2018	RE-16161	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
9.696/2018	RE-284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
11.369/2008	EXC-80	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
759/2015	RP-185286	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
48.541/2015	RE-8635	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
48.715/2015	RE-39442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
16125/2006	29-4028	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
20510/2006	29-4312	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
25453/2008	RE-5238	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
3.944/2010	RP-4592	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.697/2015	RE-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
35394/2008	RE-6349	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
33.865/2014	PC-196103	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
2.666/2015	RE-69731	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
2.529/2015	RE-23918	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
40/2018	RE-49531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
9.423/2019	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
25.535/2014	RP-189183	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
15130/2008	RP-4561	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
34973/2008	RE-5476	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

Fls. 370
Proc. 110
Rub.

43511/2008	RE-6349	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
21.488/2016	RE-39442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
24.312/2016	RE-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
16.503/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
11.367/2008	EXC-81	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
11.212/2014	RCED-38309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
3.075/2015	RP-185286	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
1.658/2019	RE-28662	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
512/2019	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
30.512/2014	RE-100017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
2.363/2019	RE-16161	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
14527/2007	RP-4545	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
17.297/2014	RCAND-51817	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
15.274/2019	RE-7287	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.692/2015	RE-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
11.524/2019	RE-25617	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
13.108/2019	RE-25617	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
19.288/2014	RCAND-51817	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
19.109/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
23.825/2014	RP-4531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
7.278/2010	RP-4680	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
7.850/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
19.533/2014	RP-100754	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
28.982/2014	RE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
19814/2006	RP-4156	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
7.791/2014	RCED-100891	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
25.476/2014	MS-190737	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
30.511/2014	RE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)

Fls. 371
Proc. 112
Rub.

2.282/2019	RE-80176	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
7.790/2014	RCED-100709	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.067/2015	RE-82029	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
6.573/2018	RE-28662	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.072/2015	RE-89653	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
3.906/2016	RE-8635	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
9.944/2019	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
14.744/2014	RE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
13.107/2019	RE-25617	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
7.610/2014	RCED-38309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
28.445/2014	RP-214811	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
20.560/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
25.536/2014	RP-189183	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
10209/2006	29-3906	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
28.605/2011	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18.655/2015	RE-66243	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
32.350/2014	RP-188309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
8.157/2018	RE-49531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
7.893/2015	RE-23918	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
314/2016	RE-8635	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
1.542/2019	RE-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
1814/2007	AIJE-3303	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
22526/2006	RP-3884	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
7.788/2014	RCED-100624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
2.899/2019	RE-50660	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
22.890/2008	RP-4561	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
11.734/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
7.400/2019	RE-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)

Fls. 372
Proc. 112
Rub.

4.750/2014	RCED-38309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
9.514/2014	RCED-100624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.696/2015	RE-25447	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
7.369/2018	RE-29734	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
15.131/2016	RE-18740	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
25.029/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
16.553/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
17.334/2014	RCAND-78234	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
11.727/2018	RE-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
9.088/2019	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)

Protocolo	Processo	Advogado	Tipo parte
98.261/2016	AIJE-49531	LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	REPRESENTADO
19.870/2016	PC-3261	LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	REQUERENTE(S)
24/2017	RE-1542	LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	RECORRENTE(S)
111.643/2016	PC-65331	LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	RECORRENTE(S)
111.853/2016	PC-64202	LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	RECORRENTE(S)
111.449/2016	PC-66023	LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	RECORRENTE(S)
15.940/2019	PC-3261	LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	EMBARGANTE(S)
Total geral: 405			

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

CERTIDÃO

CERTIFICO que, revendo revendo o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos - SADP, bem como o Processo Judicial Eletrônico - PJE, verificou-se que o Dr. LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÉRES - OAB/MA 6.542 - atuou como advogado, neste Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, em 405 (quatro centos e cinco) processos físicos e 936 (novecentos e trinta e seis) processos eletrônicos, entre os anos de 2006 a 2025, conforme detalhado no relatório que vai acompanhado desta certidão. Para constar, eu, Letícia Silva Portela, matrícula 30990079, lavrei a presente certidão, em 26/02/2025. O referido é verdade e dou fé.

Documento assinado eletronicamente por **LETÍCIA SILVA PORTELA**, **Chefe de Seção**, em 26/02/2025, às 19:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar informando o código verificador **2414776** e o código CRC **6F616D4E**.

0002023-42.2025.6.27.8000 2414776v3

Fls. 373
Proc.
Rub.

Fls. 374
Proc. 112
Rub.

Luís Eduardo Franco Bouéres

Rua das Juçaras, Quadra 44, Casa 04 – Renascença I, São Luís (MA).
CEP 65075-230.

luiseduardo@daniellleiteadvogados.com
Fone: (98) 3235-5687

Advogado com 16 (dezesseis) anos de experiência atuando em questões de Direito Empresarial, Direito Eleitoral e Direito Administrativo, com enfoque específico na área do Direito Municipal.

Formação

- Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA em 2002;
- Advogado militante desde 2003 (OAB/MA sob o nº. 6.542);
- Pós-graduado em Direito Civil *lato sensu* pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, em 2005;
- Pós-graduando em Direito Processual Civil pela Faculdade Ibmec SP e em Direito Eleitoral pela PUC Minas.

Experiência

- Assessor Jurídico da extinta Gerência Regional de Articulação e Desenvolvimento da Região do Munim e Lençóis Maranhenses, com sede no Município de Rosário (MA), entre os anos de 2003 e 2004;
- Advogado do escritório Daniel Leite & Advogados Associados entre 2005 e 2009 e, novamente, em 2014;
- Atuação nas áreas de consultoria e representação judicial de sociedades empresárias, de Municípios, em questões envolvendo licitações, celebração e execução de convênios e contratos administrativos, além da representação judicial e consultoria a agentes políticos;
- Exerceu a função de Chefe da Assessoria Jurídica do DETRAN (MA), em 2007.
- Assessor de Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão entre 2010 e 2014.
- Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão em 2019.

Atividades adicionais

- Membro palestrante da Feira do Empreendedor 2005 no SEBRAE/MA, discutindo temas relativos ao Direito do Consumidor;
- Autor do artigo "Código Civil: A adoção de cláusulas gerais é a maior mudança na legislação", publicado no *site* Consultor Jurídico em 31 de março de 2005 - <http://www.conjur.com.br/static/text/33864,1> - e no Jornal da Paraíba, coluna semanal "Escrevendo Direito", veiculada na edição de 08 de abril de 2005.

Outras informações

- Curso "As Licitações: Processos e Procedimentos", realizado em março de 2004, pela Escola de Governo do Maranhão (EGMA);
- Curso "Licitações & Contratos – Novas Soluções para Velhos Problemas" ministrado por Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em Fortaleza (CE), no mês de junho de 2007;
- Seminário sobre Improbidade Administrativa na CNM – Confederação Nacional dos Municípios em maio de 2019.

São Luís (MA) – Junho de 2019

Fls. 375
Proc. 112
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

TERMO DE ENCERRAMENTO

VOLUME 01

Nesta data procedemos com o encerramento do primeiro volume do processo 112/2026 – PMAAP, devido à numerosa quantidade de páginas do primeiro volume.

Alto Alegre do Pindaré - MA, 07 de abril de 2026.

Edivan Pinho Pereira
Agente de Contratação da CPL / PMAAP